

**LEISA ROBLES BORBA DA SILVA**

**O *MERCADÃO* DE TRÊS LAGOAS: UM ESTUDO DE CASO DAS  
TRANSFORMAÇÕES URBANAS (1970 A 1979)**

**DOURADOS**

**2008**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**LEISA ROBLES BORBA DA SILVA**

**O *MERCADÃO* DE TRÊS LAGOAS: UM ESTUDO DE CASO DAS  
TRANSFORMAÇÕES URBANAS (1970 A 1979)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós - Graduação *stricto sensu* em História, da Universidade Federal da Grande Dourados, para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História, Região e Identidades.

Linha de Pesquisa: Região, Identidades e Representações.

Orientadora: Profa. Dra. Ceres Moraes.

**DOURADOS**

**2008**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

981.729 Silva, Leisa Robles Borba da  
S586m O *Mercadão* de Três Lagoas: um estudo de caso das transformações urbanas (1970 a 1979). / Leisa Robles Borba da Silva. – Dourados, MS: UFGD, 2008.  
108p.

Orientadora: Profa. Dra. Ceres Moraes  
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.

1. *Mercadão* Municipal de Três Lagoas, MS. 2. Cidades – Aspectos históricos. 3. Transformações urbanas. 4. Três Lagoas, MS (Cidade) – História. I. Título.

**LEISA ROBLES BORBA DA SILVA**

**O *MERCADÃO* DE TRÊS LAGOAS: UM ESTUDO DE CASO DAS  
TRANSFORMAÇÕES URBANAS (1970 A 1979)**

**COMISSÃO EXAMINADORA**

**DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE**

Presidente e orientadora:

Profa. Dra. Ceres Moraes \_\_\_\_\_

2º Examinador: \_\_\_\_\_

3º Examinador: \_\_\_\_\_

**Dourados, 19 de dezembro de 2008.**

## **DADOS CURRICULARES**

### **LEISA ROBLES BORBA DA SILVA**

NASCIMENTO	27/06/1983 – ANDRADINA/SP
FILIAÇÃO	Moacir Borba da Silva Cecília Robles da Silva
2000/2003	Curso de Graduação em História. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).
2006/2008	Curso de Pós-Graduação em História, nível de Mestrado, na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

*Aos meus pais, Moacir e Cecília,  
por me terem o amor genuíno.*

## AGRADECIMENTOS

É muito difícil agradecer a todos os nomes que tiveram contribuição para que este trabalho se concretizasse. Começar a lista é fácil, mas terminá-la é muito complicado, por causa da falibilidade da memória. Sendo assim, agradeço a todos que direta e indiretamente fizeram parte desta pesquisa, pois parte significativa da minha vida está nas páginas deste trabalho. Dos que me vêm a lembrança, agradeço...

Aos meus pais. Moacir, por todas as saídas de madrugada para ir ao trabalho e a partir dele e de suas lições de vida me ensinar a lutar pelos objetivos. Cecília, pela ajudadora perfeita que é no lar e nos conselhos que me servem em todos os momentos.

À Nina, por acreditar em mim. Esse mestrado também é seu.

Ao Rogério por ter tido a sabedoria de se afastar no momento certo.

Aos membros da Igreja Adventista do Sétimo Dia que tanto oraram por essa pesquisa e por mim, em minhas viagens, na elaboração deste trabalho e apresentações em congressos. Também pela paciência e tolerância de aceitarem as poucas forças que restavam para o trabalho na obra de Deus.

À Dona Raquel e a Gizéle pela sempre carinhosa hospedagem.

Aos meus colegas da turma de Mestrado de 2006, em especial aos amigos Adilso e Roney.

À Juçara, uma das pérolas que encontrei no caminho e que tanto me ajudou nas crises de escrita e com muita maturidade me ajudou a acreditar em mim.

Ao Gilmar, pelo socorro nos momentos em que os questionamentos pareciam infinitos e as respostas não existirem.

A todos aqueles que, desde do início da minha jornada de estudo, me ajudaram: Solimar e família por terem me acolhido em seu lar como uma filha, Keila e Sérgio pela convivência durante lindos anos e que gerou laços de amor, ao Maycom Lourenço e à Elizângela, meus irmãos adotivos em Dourados e, finalmente, à Evanilce e ao Guilherme, a esses todas as mais belas palavras de agradecimento não são suficientes.

Aos professores do curso de História da UFMS – CPTL pelas orientações e correções nos primeiros rascunhos do projeto que deu origem a esta dissertação, em especial ao casal de historiadores Professora Doutora Maria Celma Borges e o Professor Doutor Victor Wagner de Oliveira Neto e, também, aos Professores Mestres José Carlos Ziliani e Nazareth dos Reis.



Aos membros da Banca de Qualificação, Professores Doutores Adáuto de Oliveira Souza e João Carlos de Souza, pela leitura minuciosa e orientações sábias que colocaram novamente a pesquisa nos trilhos.

Ao Ademar por se lembrar de mim enquanto eu estava em Três Lagoas quase desistindo de continuar na vida acadêmica.

Aos professores do Mestrado em História, Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó de Queiróz, pela confiança em meu currículo e ter me aceito como aluna especial; ao Prof. Dr. Jérri Roberto Marin, Prof. Dr. Eudes Fernando Leite, Profa. Dra. Maria do Carmo Brazil, Prof. Dr. Cláudio Alves de Vasconcelos e Prof. Dr. João Carlos de Souza.

A todos aqueles que me cederam entrevistas, fontes e informações a respeito da temática da pesquisa. Essas pessoas merecem aplausos.

Ao Programa de Mestrado em História da Universidade Federal da Grande Dourados pela paciência, confiança, tolerância e apoio.

À Professora Doutora Ceres Moraes pela orientação primorosa, amizade e apoio incondicional e especialmente por me ensinar a humildade e a perseverança e pelo respeito com as minhas limitações e convicções.

A Capes pelo apoio financeiro concedido.

E finalmente à DEUS, meu criador e mantenedor, por ter colocado as pessoas certas e providenciado situações específicas para a finalização deste trabalho. Além do que, esteve sempre comigo. Eu o vejo não com olhos da alma, mas com os olhos da fé.

*O espaço geográfico se acha impregnado de história.*

OLIVIER DOLFUS

*De fato, nada tem sentido em si mesmo, mas em virtude da sua relação com alguma coisa.*

*A gama de relações reais possíveis, por sua vez, é infinita.*

MATOZZO

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Localização de Três Lagoas no MS .....	15
<b>Figura 2</b> – Feira-Livre de Três Lagoas .....	24
<b>Figura 3</b> - Mapa da localização do Mercado Municipal Administração Leal de Queiróz. ....	25
<b>Figura 4</b> - Prédio do Mercado Municipal de Três Lagoas “Administração Dr. Leal de Queiróz. ....	26
<b>Figura 5</b> - Mapa da estrutura urbana de Três Lagoas MS . ....	56
<b>Figura 6</b> - Distribuição espacial dos estabelecimentos industriais. ....	61
<b>Figura 7</b> - Mapa da principal área do comércio de Três Lagoas. ....	66
<b>Figura 8</b> - Mapeamento de outros eixos comerciais de Três Lagoas. ....	68
<b>Figura 9</b> – <i>Mercadão</i> . ....	69

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01:</b> Efetivo de indústrias, distribuído por categorias .....	60
<b>Tabela 02:</b> Atividades comerciais e de serviços/número de estabelecimentos .....	66
<b>Tabela 03:</b> Distribuição do comércio, por categoria e efetivo.....	67

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

CELUSA – Centrais Elétricas do Urubupungá S.A.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina.

CESP – Companhia Energética do Estado de São Paulo.

CPBU – Comissão de Pesquisa da Bacia do Rio Paraná.

CPTL – Centro Pedagógico de Três Lagoas.

DITL – Distrito Industrial de Três Lagoas.

NOB – Noroeste do Brasil.

PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado.

PMTL – Prefeitura Municipal de Três Lagoas.

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento.

POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento do Cerrado.

SUDECO – Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste.

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados.

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

UHE – Usina Hidrelétrica de Energia.

## RESUMO

Este trabalho apresenta uma reflexão acerca do *mercadão* enquanto um estudo de caso das transformações urbanas de Três Lagoas nos anos de 1970. A história do mesmo começa bem antes do início de seu funcionamento, pois houve todo um processo de transformações de uma feira-livre, que funcionava numa das ruas da cidade, para um espaço fechado denominado *Feira-livre de Três Lagoas*. Posteriormente, houve a transformação desta no mercado municipal denominado *Leal de Queiróz* nos anos de 1960 e, no final desse período, começa a ser construído o novo mercado municipal, denominado *Vereador Gentil Rodrigues Montalvão*, inaugurado em janeiro de 1970, e mais conhecido como *mercadão*, objeto desta pesquisa. Essas mudanças foram desencadeadas por causa do processo de modernização conservadora pelo qual passava a cidade. Esta dissertação divide-se em três capítulos: no primeiro deles, é analisado o *mercadão* enquanto um lugar da cidade; no segundo capítulo, são trabalhadas, mais especificamente, as transformações urbanas nos anos de 1970 da cidade de Três Lagoas e, no terceiro capítulo, o *mercadão* é ressaltado como um lugar de transformações no contexto urbano. Essa cidade passa por mudanças significativas, no decorrer desse período, em consequência de seu crescimento e da preocupação dos órgãos públicos municipais em adequar a mesma aos novos moldes da economia nacional. Essas questões são aqui discutidas, destacando o *mercadão* como um espaço comercial que se insere no processo de modernização, em que os espaços mudam constantemente. Para isso, foram utilizadas neste as fontes documentais oficiais, a imprensa e as fontes orais.

**Palavras-chave:** *Mercadão*. Cidade. Transformações urbanas.

## ABSTRACT

This work presents a reflection concerning the *mercadão* as a study of case of the urban transformations of Três Lagoas in the years 1970. Its history begins well before the beginning of its operation, because of a transformation process from a free market, that worked in one of the streets of the city, in a closed space denominated *Feira-livre de Três Lagoas*. Later on, there was the transformation of that market in the municipal market denominated *Leal de Queiróz* in the years 1960 and, in the end of that period, it begins to be built the new municipal market, denominated *Gentil Rodrigues Montalvão*, inaugurated in January 1970, and more well-known as *mercadão*, the object of this research. Those changes were unchained due to the process of conservative modernization by which went the city. This dissertation is divided in three chapters: in the first of them, the *mercadão* is analyzed as a place of the city; in the second chapter they are worked, more specifically, the urban transformations in the years 1970 of the city of Três Lagoas and, in the third chapter, the *mercadão* is stood out as a place of transformations in the urban context. That city goes by significant changes, in elapsing of that period, in consequence of its growth and of the concern of the municipal government in adapting it to the new molds of the national economy. Those subjects are discussed here, highlighting the *mercadão* while a commercial space that interferes in the modernization process, in which the spaces are constantly moving. For that, official documental sources, the press and oral sources were used.

Key words: *Mercadão*. City. Urban transformations.

## SUMÁRIO

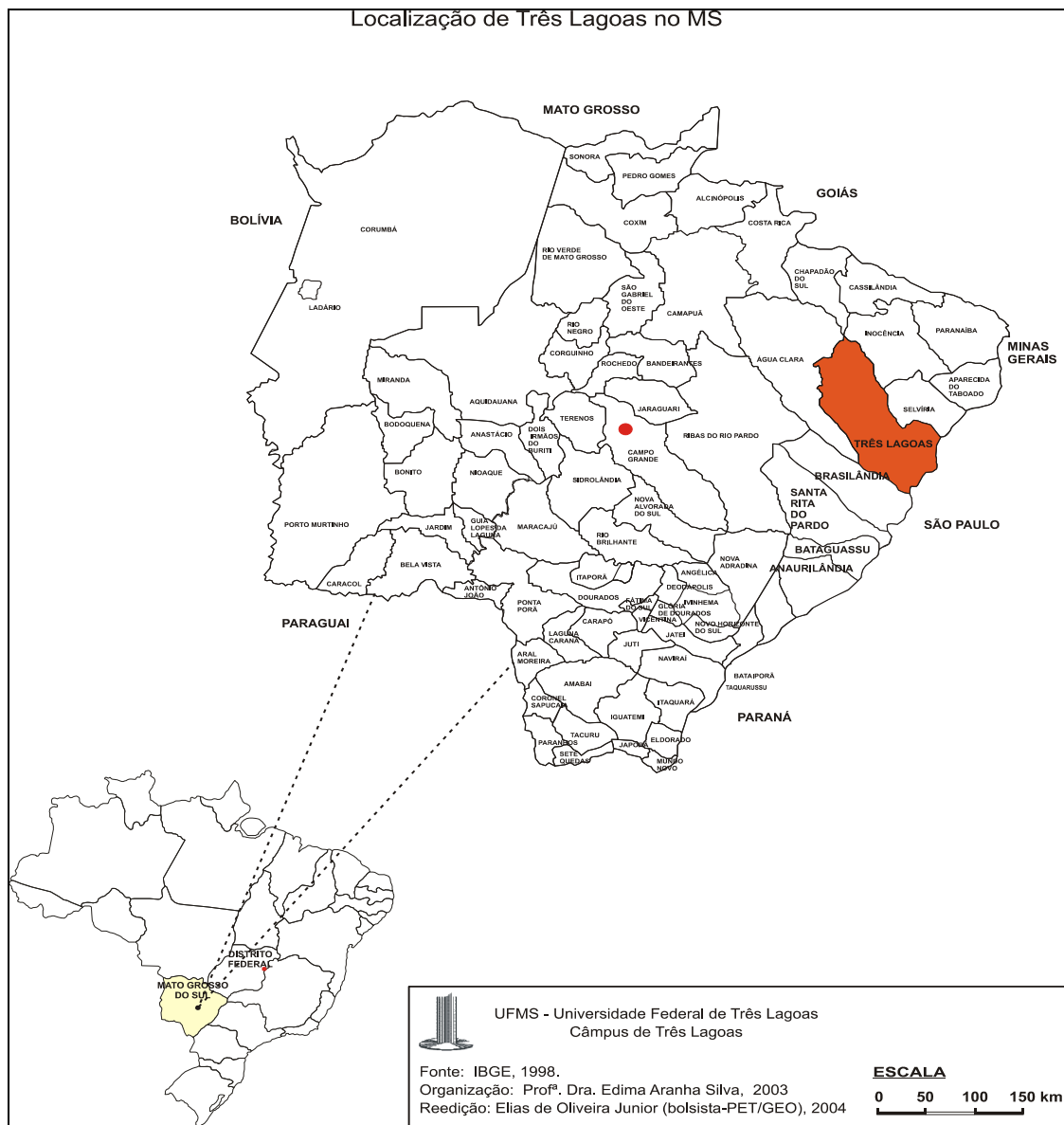
LISTA DE FIGURAS .....	8
LISTA DE TABELAS .....	9
LISTA DE ABREVIATURAS .....	10
Resumo .....	11
<i>Abstract</i> .....	12
INTRODUÇÃO .....	15
CAPÍTULO 1 – UM LUGAR DA CIDADE: O <i>MERCADÃO</i> .....	20
1.1 Mercado Municipal de Três Lagoas - Administração <i>Leal de Queiróz</i> .....	23
1.1.1 A instalação do mercado municipal.....	23
1.1.2 A Usina Jupιά e o crescimento econômico de Três Lagoas .....	26
1.1.3 Produção espacial do Mercado Municipal de Três Lagoas – Administração <i>Leal de Queiróz</i> .....	29
1.2 <i>Mercadão</i> .....	34
1.2.1 A mudança para o <i>mercadão</i> .....	35
1.2.2 Os comerciantes e a transferência para o <i>mercadão</i> .....	36
1.2.3 Produção espacial externa e interna.....	39
1.2.4 Administração do <i>mercadão</i> .....	43
1.2.4.1 As taxas cobradas no <i>mercadão</i> : Água, energia, aluguel e condomínio .....	43
1.2.4.2 Horário de funcionamento .....	44
1.2.5 Os frequentadores, os donos, os arrendatários e os trabalhadores dos espaços.....	46
1.2.6 Os produtos encontrados no <i>mercadão</i> .....	47
1.2.7 As relações comerciais no interior do <i>mercadão</i> .....	49
CAPÍTULO 2 – O <i>MERCADÃO</i> E AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS DE TRÊS LAGOAS .....	52
2.1 Estrutura Urbana de Três Lagoas.....	54
2.2 Processo de industrialização .....	57
2.3. O comércio da cidade .....	65
2.3.1 As feiras-livres .....	70
2.3.1.1 Declínio comercial do <i>mercadão</i> .....	73



CAPÍTULO 3 – O <i>MERCADÃO</i> NO CONTEXTO URBANO: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS .....	76
3.1 O <i>mercadão</i> : uma obra na cidade .....	80
3.2 Representações sociais construídas referentes ao <i>mercadão</i> .....	82
3.2.1 Memória individual e coletiva .....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	91
FONTES .....	94
Documentação Oficial .....	94
Entrevistas .....	96
Figuras .....	96
Internet .....	97
Jornais.....	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	98
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA .....	102

# INTRODUÇÃO

Três Lagoas, *Cidade das Águas* como é chamada, limita-se com o rio Paraná e possui ter três lagoas dentro de seu perímetro urbano. Está localizada no bolsão sul-mato-grossense<sup>1</sup>, a leste do estado de Mato Grosso do Sul, na divisa com o estado de São Paulo, conforme a figura abaixo.



Fonte: IBGE, 1998.

**Figura 1** - Localização de Três Lagoas no MS.

<sup>1</sup> O Bolsão Sul-Mato-grossense é uma subdivisão informal do estado de Mato Grosso do Sul, que está baseada em valores regionais e sócio-econômicos. É formado pelas microrregiões dos municípios de Três Lagoas, Paranaíba e Cassilândia, praticamente coincidindo com a Mesorregião do Leste de Mato Grosso do Sul, abrangendo os municípios de Três Lagoas, Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Água Clara, Selvíria, Paranaíba, Aparecida do Taboado, Inocência, Cassilândia, Chapadão do Sul e Costa Rica. Esse termo começou a ser utilizado antes mesmo da divisão do estado de Mato Grosso. A origem desse termo se deu nas campanhas políticas da década de 1950. (O BOLSÃO, 2008).

Ao olhar a cidade como um todo, inúmeros são os lugares que chamam a atenção e, no caso deste estudo, a atenção volta-se para o Mercado Municipal de Três Lagoas denominado *Vereador Gentil Rodrigues Montalvão* que, a partir dele, entendem-se as mudanças da cidade nos anos de 1970 a 1979. Esse mercado municipal é conhecido popularmente como *mercadão*, por isso, neste trabalho, também é utilizada essa nomenclatura para definir o lugar em questão.

Como aponta Carlos (1992), o *mercadão* é produto histórico e social das relações que se estabelecem entre a sociedade e o meio que a circundam, ou seja, ele não se defronta com a sociedade a partir de uma relação de exterioridade, pois é produto social de um processo de produção real e concreta, nascido do trabalho enquanto resposta das pessoas a uma série de necessidades que deve satisfazer para sobreviver e fazer história.

O *mercadão* está organizado socialmente em função da necessidade humana dentro da cidade que, sofreu e ainda sofre, modificações tanto espaciais, quanto políticas, sociais e econômicas. Ele faz parte do espaço urbano, é dinâmico e sofre transformações qualitativas e quantitativas, além de modificar o processo do espaço urbano, a estrutura, a forma e a função, de acordo com o período histórico, pois é um lugar onde o homem inseriu suas marcas.

Esta pesquisa trata de aspectos da cidade de Três Lagoas, demonstrando as transformações urbanas ocorridas nesse lugar nos anos de 1970. Para isso, utiliza-se o *mercadão* como um estudo de caso para compreender as mudanças no período determinado. É possível observar o *mercadão* como um produto histórico e social que sofreu e sofre processo de acumulação técnica cultural, apresentando-se para cada momento as características e determinações que a sociedade produz. A cidade e o *mercadão* são o tema desta pesquisa, as transformações urbanas de Três Lagoas nos anos de 1970 é sua problemática.

Para compreender as modificações ocorridas em Três Lagoas, é necessário estudar o processo de modernização da mesma, que se relaciona também com a ideia de *extensão* do estado de São Paulo. Esse estado representa os centros urbanos e essa extensão se dá no sentido do progresso e da urbanização, ideia ressaltada com a ponte ferroviária *Francisco de Sá*, que liga os estados do atual Mato Grosso do Sul e São Paulo. Essa ponte, inaugurada no ano de 1926, representa não só a ligação física dos dois estados, mas o caminho que poderia levar a modernização até Três Lagoas.

Da mesma forma, a construção da Noroeste do Brasil rematou cerca de meio século de discussões sobre a ligação ferroviária entre Mato Grosso e o litoral (QUEIRÓZ, 1997). Para Queiróz (1997), apenas a cidade de Três Lagoas se formou em decorrência da estrada de ferro. Originou-se de um acampamento de construção estabelecido próximo ao local onde seria construída a primeira estação ferroviária no sul de Mato Grosso.

Esse ideário de desenvolvimento, buscando o estreitamento de relações da região Centro-Oeste com o Estado de São Paulo, permanece na cidade ao longo dos anos, especialmente, através do discurso do poder público e de alguns setores da classe dominante, no decorrer dos anos de 1960 e 1970, estando ligados ao processo de modernização conservadora pelo qual o Brasil passava. É nesse contexto que se inserem as mudanças ocorridas em Três Lagoas, sendo assim possível analisar o processo de modernização da cidade, naquele período, através do estudo das transformações sofridas pelo *mercado*.

O discurso ufanista de progresso da cidade, veiculado pelos órgãos públicos municipais e, conseqüentemente, pelos meios de comunicação, levava à crença no potencial industrial de Três Lagoas. São essas transformações urbanas da cidade em 1970 que é a problemática da pesquisa, em que o *mercado* é analisado enquanto um estudo de caso das transformações urbanas.

Nesse mesmo período, os mercados municipais dos centros urbanos no Brasil estavam em decadência. Esse processo inicia-se por volta de 1960 e, em contrapartida, havia a ascensão deles nas cidades menores, impulsionados pelo discurso do desenvolvimento e do progresso.

As pesquisas relacionadas à história urbana têm se modificado a partir de meados do século XIX. Os objetos de pesquisa são inúmeros e é a *nova história urbana* que analisa as funções da cidade e seu vínculo com o fomento da urbanização. Para Pizzolatti e Rocha (2005), quanto maiores as complexidades do espaço urbano, maiores as exigências sobre o Estado pela instauração de políticas públicas que organizem esses espaços. O Estado atua sobre o espaço urbano para satisfazer as necessidades emergentes, fornecendo condições à expansão da urbanização.

A cidade revela-se, principalmente, por meio de estruturas disformes e pelas atividades exercidas, pois elas são capazes de refletir o espaço, o desenvolvimento e os problemas existentes. Exemplo disso foi o que ocorreu em Três Lagoas com a

implantação de políticas públicas que visavam à urbanização e à industrialização da cidade.

No decorrer desta pesquisa, foi necessária a utilização de diversas tipagens de fontes, por conta da amplitude de questões que se fizeram imprescindíveis. Foram utilizadas fontes documentais impressas tais como, decretos municipais, atas de reuniões da Câmara de Vereadores, convênios, etc., e o *Jornal do Povo* como fonte da imprensa, bem como fontes orais obtidas através de entrevistas realizadas com pessoas que de uma forma ou de outra mantiveram estreita relação com o *mercadão*. Além dessas fontes, foram também utilizadas fontes bibliográficas, estabelecendo-se o diálogo tanto com a produção bibliográfica de historiadores como também de geógrafos, numa perspectiva interdisciplinar necessária para se entender os processos de transformações urbanas.

Este trabalho se compõe de três capítulos. O primeiro capítulo está subdividido em duas partes: na primeira é discutida a *Feira-livre de Três Lagoas* que nos anos de 1950 passou a funcionar em um galpão, que com o tempo foi reformado e passou, no início da década de 1960, a ser o primeiro mercado municipal da cidade de Três Lagoas, denominado Administração *Leal de Queiróz*. No final dos anos de 1960, esse mercado foi desativado para que outro mercado municipal começasse a funcionar. Na segunda parte, trata-se da transferência do mercado antigo para o novo e o lugar específico desta pesquisa, o Mercado Municipal *Vereador Gentil Rodrigues Montalvão* (*mercadão*).

Nesse capítulo, é apontado um panorama geral do espaço e abordam-se aspectos, como a produção do espaço (tanto da parte interna, quanto da externa) e as diferenciações (existentes nesses dois espaços dentro do *mercadão*), e as pessoas que tinham suas ligações com o *mercadão* três-lagoense. Isso se fez necessário para que nos capítulos seguintes fosse possível aprofundar a problemática das transformações urbanas. É interessante ressaltar que não é o espaço físico o cerne da pesquisa, e sim as relações deste com as transformações urbanas de Três Lagoas nos anos de 1970 a 1979.

No segundo capítulo, analisa-se a relação das transformações urbanas com o *mercadão*, dentro disso, far-se-á uma análise da estrutura urbana presente nos anos de 1970, bem como do comércio em geral. Para compreender o *mercadão* e as suas transformações, é preciso atentar para o comércio em geral, onde estava localizado e qual a sua dinâmica e suas estratégias na cidade. Por fim, analisam-se as transformações da economia e da sociedade nos anos de 1970, e suas relações com o declínio das

atividades comerciais no mercado público. O primeiro capítulo trata do *mercadão* para entender o urbano, e o segundo analisa o urbano para compreender o *mercadão*.

Após as reflexões realizadas tanto no primeiro capítulo em que se trabalha o *mercadão*, enquanto um lugar da cidade, quanto no segundo que analisa as transformações urbanas de Três Lagoas, relacionadas com o *mercadão* nos anos de 1970 a 1979, o terceiro capítulo fecha as discussões a respeito do *mercadão*, enquanto um estudo de caso das transformações urbanas, inserido no contexto de Três Lagoas. Nesta parte do trabalho, discute-se o *mercadão* no contexto urbano analisando-se as mudanças e as permanências daquele lugar, bem como as representações sociais construídas sobre o *mercadão*.

## CAPÍTULO 1 – UM LUGAR DA CIDADE: O *MERCADÃO*

Com a contemporaneidade, tem-se a aceleração das mudanças no mundo. O homem modifica o espaço continuamente e, assim, é preciso entendê-lo inserido no espaço e no tempo. Conforme aponta Augé (1997), há uma diversidade de mundos que se recompõem a cada instante. Nesse processo, as mudanças se tornam cada vez mais rápidas e significativas tornando-se a expressão de um período histórico. O espaço não é humano porque o homem o habita, mas porque o constrói e o reproduz, tornando-o algo que lhe é próprio (CARLOS, 1992). “O fenômeno humano é dinâmico e uma das formas de revelação desse dinamismo está, exatamente, na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado (SANTOS, 1988, p. 37)”. Existe uma relação necessária e dialética entre a sociedade e o espaço, pois, é a ação humana que transforma a natureza. Assim, o espaço deve ser visto não como coisa, mas sim como produto, analisado por meio das relações que o produziram (CARLOS, 1992).

O espaço é modificado conforme muda sua função e sua forma, dessa maneira, ele pode ser modificado várias vezes e de diferentes formas com o passar do tempo. Dessa forma é a análise do contexto histórico que envolve essas modificações, que permite compreender as características do presente deste espaço. É nesse sentido que se busca, por meio do método de estudo de caso, compreender as transformações urbanas na cidade de Três Lagoas nos anos de 1970, a partir do estudo das alterações do *mercadão*.

O espaço urbano é fenômeno ao mesmo tempo demográfico e social, sendo a urbanização uma das mais poderosas manifestações das relações econômicas e do modo de vida vigentes numa sociedade em determinado momento histórico. É o processo mediante o qual uma população se instala e se multiplica numa área dada que, aos poucos, se estrutura como cidade. O processo de urbanização, no entanto, não se limita à concentração de elementos visíveis sobre o solo, mas inclui o surgimento de novas relações econômicas e de uma identidade urbana peculiar que se traduz em estilos de vida próprios. Com a continuidade do processo de urbanização, a cidade se transforma de diversas formas: setores urbanos especializam-se; as vias de comunicação tornam-se

mais racionais; criam-se novos órgãos administrativos; gradativamente, implantam-se indústrias na periferia do núcleo urbano original, modificando-lhe a feição. As formas urbanas são produtos da história e escondem realidades históricas sociais diferenciadas. Seus habitantes e governantes a reescrevem permanentemente. Um exemplo são os espaços de comércio que se tornam marginalizados, como o que ocorreu com o *mercado* em Três Lagoas.

Qualquer que seja sua função, a cidade não é apenas uma unidade de produção e consumo, caracterizada por suas dimensões, densidade e congestionamentos. Representa também uma força social, uma variável independente no interior de um processo mais amplo, capaz de exercer as mais variadas influências sobre a população e cuja principal consequência é o surgimento de uma cultura urbana. No plano material, essa cultura cria inúmeras exigências como, por exemplo, rede de água encanada, rede de esgotos e serviços em gerais. No plano psico-social, manifesta-se pelo aparecimento de uma nova personalidade.

A cidade também é um lugar, um espaço em que existe e está representada a identidade (AUGÉ, 1997). O lugar conhece as hesitações, as marchas e influências de projetos mais amplos, trazendo em si características do espaço em que se inserem, surgindo dos próprios interesses locais e que tem participação das pessoas que ali vivem, cujas relações passam a fazer parte do cotidiano. Lugar significa o espaço vivido dia-a-dia, ou seja, aquele ambiente que sofreu e/ou sofre ações do homem.

O conceito de 'lugar' está ligado a espaços que nos são familiares, que fazem parte da nossa vida. O nosso lugar nos dá identidade própria e nos permite estabelecer relações com lugares diferentes no resto do mundo. (ALMEIDA e RIGOLIN, 2005, p. 8).

A cidade não pode existir sem o espaço no qual se desenvolve. “Aí reside a dificuldade essencial de qualquer reflexão sobre a cidade, pois ela desemboca necessariamente num questionamento cujo objeto é o mundo inteiro como realidade plenamente contemporânea dela mesma (AUGÉ, 1997, p. 168)”. Elas representam o cotidiano moderno. É onde a maior parte das pessoas vive, trabalha, passeia, festeja, se socializa e consome, entre outros. “A cidade, por conseguinte, reúne detalhes preciosos sobre o real, não sendo apenas um aglomerado onde pessoas fazem trocas comerciais, como defende Weber (RAMINELLI, 1997, p. 195)”. Nesse sentido, a cidade pode ser entendida como um lugar revolucionário em que os lugares podem permanecer os



mesmos, mas as situações mudam, pois as cidades são compostas de vários lugares diferentes, cada qual com suas características e funções sociais.

A história atribui funções diferentes ao mesmo lugar. O lugar é um conjunto de objetos que tem autonomia de existência pelas coisas que o formam - ruas, edifícios, canalizações, indústrias, empresas, restaurantes, eletrificação, calçamentos, mas que não tem autonomia de significação, pois todos os dias novas funções subsistem as antigas, novas funções se impõem e se exercem. (SANTOS, 1988, p. 52).

É isso o que ocorreu com o *mercadão* de Três Lagoas. As mudanças nele promovidas, no decorrer da sua história, fizeram com que sua função e sua forma se modificassem diversas vezes. Sendo o *mercadão* um lugar, nele está representada parte significativa da história recente da cidade, esta que

[...] não é apenas um traçado regular de um espaço, uma distribuição ordenada de funções públicas e privadas, um conjunto de edifícios representativos e utilitários. Tanto quanto o espaço arquitetônico, com o qual de resto se identifica, o espaço urbano tem seus interiores. São espaços urbanos o pórtico da basílica, o pátio e as galerias do palácio público, o interior da Igreja. Também são espaço urbano os ambientes das casas particulares; e o retábulo sobre o altar da igreja, a decoração do quarto de dormir ou da sala de jantar, até o tipo de roupas e adornos que as pessoas usam. (ARGAN, 1992, p. 43).

Visualizada como questão social, a cidade é mais complexa que sua materialidade deixa perceber. Para Milton Santos, a cidade é um lugar de ebulição permanente, principalmente devido à evolução das técnicas. Essa paisagem cultural e seus artefatos são objetos deste estudo.

[...] o meio urbano é cada vez mais um meio artificial, fabricado com restos da natureza primitiva crescentemente encobertos pelas obras dos homens. A paisagem cultural substitui a paisagem natural e os artefatos tomam, sobre a superfície da terra, um lugar cada vez mais amplo. (SANTOS, 1988, p. 42).

Em Três Lagoas, um exemplo disso, é o Mercado Municipal *Vereador Gentil Rodrigues Montalvão*, objeto deste trabalho. Ao contrário do que afirma Birou, para quem o mercado é “[...] o lugar público onde se vendem periodicamente as mercadorias de diversos gêneros (1966, p. 251)”, entende-se que o *mercadão* é mais que isso. Ele é um lugar que traz em si o trabalho de homens e mulheres que cotidianamente buscam seu sustento, como também o vai e vem de pessoas que buscam alimentos e

tantas outras coisas que fazem parte de seu dia-a-dia e de sua família. Dentro dele, refletem-se as mais diferentes transformações, tanto sociais, quanto políticas e econômicas, da sociedade e da cidade de Três Lagoas.

Esse é o olhar que se busca para compreender o *mercado*. Entendê-lo não apenas como um lugar em que se vendem e que se compram mercadorias, mas como um lugar social em que as relações humanas também se desenvolvem que tem seus interiores, como os pavilhões, o pátio, os corredores, as bancas e as lojas, lugares que conhecem as hesitações, as marchas e as influências de vários interesses, desejos e frustrações, enfim o pulsar da vida da cidade. Esses ambientes são também a cidade, eles contêm aspectos da sociedade que estão guardados na memória de homens e mulheres que de alguma maneira fizeram parte daquele lugar, ou do lugar que fez parte de suas vidas.

## **1.1 Mercado Municipal de Três Lagoas - Administração Dr. *Leal de Queiróz***

### **1.1.1 A instalação do mercado municipal**

O processo de urbanização no Brasil acelera-se a partir dos anos de 1940. A expansão das atividades industriais nos centros urbanos atrai trabalhadores das áreas rurais, que vêm na cidade a possibilidade de rendimentos maiores e melhores recursos nas áreas de educação e saúde (SANTOS, 1996). Esse processo em menor proporção, mas sem perder importância para a localidade, também ocorre nos anos seguintes, na cidade de Três Lagoas. Como em todos outros lugares do país, nessa cidade esse processo traz também a alteração dos espaços públicos. Dentre eles, a transformação dos tradicionais espaços públicos de comércio de gêneros de primeira necessidade e produtos hortifrutigranjeiros, as populares feiras-livres, em mercados municipais.

A instalação do Mercado Municipal Administração *Leal de Queiróz* se dá com a construção, em 1952, de um prédio para abrigar a feira-livre<sup>2</sup>, denominada Feira-

---

<sup>2</sup> Documento: Autorização 06/Local: Prefeitura Municipal de Três Lagoas/MS – Setor de Aforamento/Livro: 004 Resoluções – Leis – Autorização/De: 1949 a 1957/Espécie: Autorização/Número:

livre de Três Lagoas, localizada atualmente na Rua João Carrato, entre a Creche Clementina Carrato e o estabelecimento comercial Casa dos Parafusos. A transferência da feira-livre para um espaço coberto tinha o objetivo de oferecer melhores condições para o comércio de hortifrutigranjeiros, já que este estaria protegido das intempéries, além de mais organizado e higienizado, com a comodidade e a segurança que um espaço fechado proporciona para as pessoas fazerem suas compras.



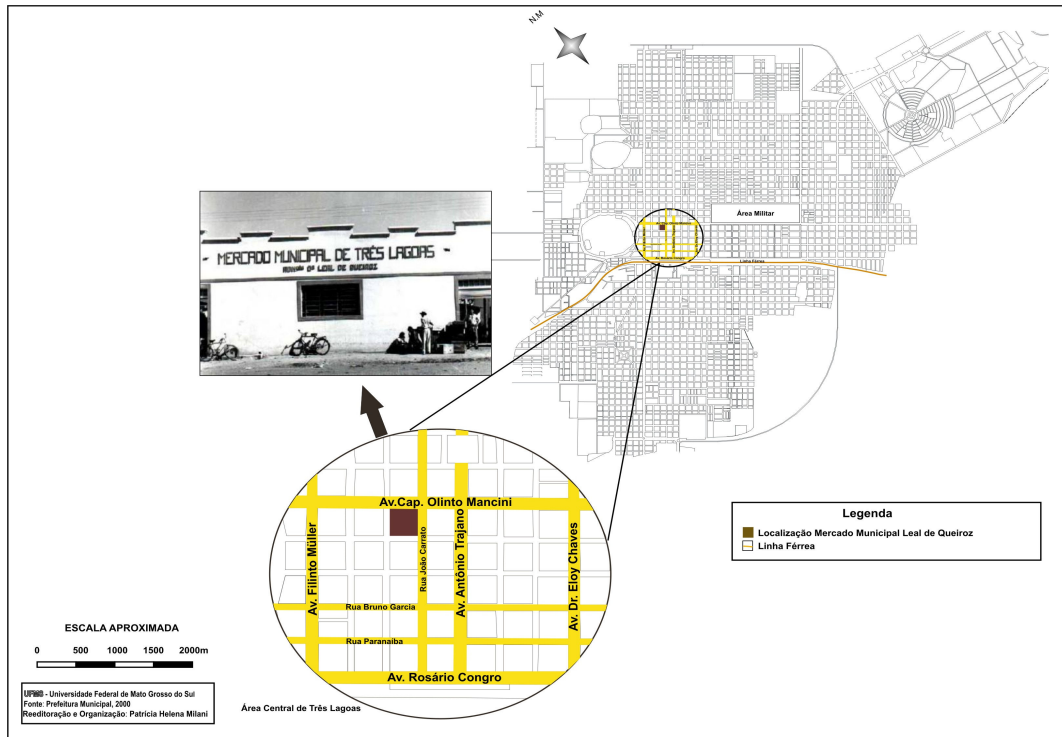
**Fonte:** Arquivo do Núcleo de Documentação Histórica da UFMS/CPTL – Honório de Souza Carneiro.

**Figura 2** - Feira-livre de Três Lagoas.

Com relação à construção do prédio que inicialmente abrigou a feira-livre da cidade, importa ressaltar que “a mais tolhida das artes, a arquitetura é, antes de mais nada, construção; mas construção concebida com o propósito primordial de organizar e ordenar o espaço para determinada finalidade e visando a determinada intenção (COSTA, 1980, p. 6)”.

A destinação da feira em ambos os lugares era a mesma, contudo a forma que tomou num lugar delimitado por paredes de alvenaria e coberto com telhas, fez com que ela se distinguisse do que era e mais se parecesse com um mercado municipal, embora não tivesse essa nomenclatura naquele momento. Em dezembro de 1954, com a

lei nº. 63<sup>3</sup> foi considerada inaugurada a Feira-livre em Três Lagoas. No início da década de 1960, esse prédio sofre reforma e ampliação passando, então, em 1961, a denominar-se Mercado Municipal de Três Lagoas.



Fonte: Prefeitura Municipal de Três Lagoas, 2000.

**Figura 3** - Mapa da localização do Mercado Municipal Administração *Leal de Queiróz*.

A transformação da feira-livre em mercado municipal, no discurso oficial e também na imprensa, era significativa para a cidade, pois demonstrava o crescimento e o desenvolvimento da mesma. A feira não mais se adequava à conjuntura vivida, pois essa exigia o novo, o moderno. Em nota do dia 26 de março de 1961, o *Jornal do Povo* destacava que se associava “[...] aos aplausos gerais da população três-lagoense pelo inestimável valor do novo pavilhão do nosso Mercado Municipal, construída pela profícua administração LEAL DE QUEIRÓZ”. Este era um novo espaço comercial da cidade que até então não conhecia um mercado municipal, sendo um espaço diferenciado do que existia. Nessa época, a cidade passava por um processo de modernização com a construção da barragem da Usina Jupiá, hoje Usina Hidrelétrica de Energia (UHE) Engenheiro Souza Dias, que começou a ser construída em 1961.

<sup>3</sup> Documento: Lei 63/Local: Prefeitura Municipal de Três Lagoas/MS – Setor de Aforamento/Livro: 004 Resolução – Lei – Autorização/De: 1949 a 1957/Espécie: Lei/Número: 63/Data: 14.06.1954/Folha: 113/Prefeito: Miguel Nunes/Assunto: Inaugura Feira Livre a partir de 10.12.1953.



Fonte: Arquivo pessoal de Jamille Fares Zaguir.

**Figura 4** - Prédio do Mercado Municipal de Três Lagoas “Administração Dr. *Leal de Queiróz*”.

### 1.1.2 A Usina Jupuí e o crescimento econômico de Três Lagoas

O início das obras de construção da Usina Jupuí provocou várias transformações na cidade de Três Lagoas. Além da chegada de enorme contingente de trabalhadores vindos de várias partes do país, houve o deslocamento de centenas de trabalhadores da zona rural do próprio município para a zona urbana, provocando um significativo aumento da população e aceleração do processo de urbanização. Esse processo, num primeiro momento, caracterizou-se, principalmente, pela construção das vilas operárias, provisórias ou permanentes, pela Companhia Energética do estado de São Paulo (CESP), responsável pela construção da usina. Entre 1961 e 1962, foi construída a Vila Piloto de Jupuí, de caráter temporário e que chegou a abrigar 15 mil pessoas, entre engenheiros, operários e pessoas das áreas administrativas, médica, educativa e de segurança.

Com a construção do Complexo de Urubupungá, formado pelas Usinas de Três Lagoas e Ilha Solteira, ocorreu a aceleração da urbanização em Três Lagoas, o que

favoreceu o processo de desenvolvimento da cidade, e o mesmo deve ser entendido como fazendo parte do processo que ocorria em todo o país.<sup>4</sup> Essa construção foi responsável por muitas alterações na estrutura da cidade e, conseqüentemente, na sua forma, o que ocorreu também com o mercado municipal. O crescimento populacional na década de 1960 foi grande, o que gerou crescimentos econômicos que levaram ao aumento das atividades no Mercado Municipal *Leal de Queiróz* e, por conseguinte, à necessidade de aumento de suas dependências físicas.

Há, nesse momento, o discurso ufanista de modernização da mesma, uma vez que a construção da barragem era associada à industrialização e ao potencial da cidade para tal fim. No discurso oficial, a geração de energia aumentava a possibilidade de industrialização da cidade. Para o prefeito de Três Lagoas, Francisco *Leal de Queiróz*, a cidade tinha em seu território “as obras da maior Usina Hidroelétrica do mundo, que se constrói em Urubupungá, Três Lagoas será, indubitavelmente, num futuro muito próximo, um dos grandes centros do país, rivalizando-se com as maiores cidades brasileira”.<sup>5</sup> Ainda de acordo com *Leal de Queiróz*, com o sistema de Urubupungá “[...] Três Lagoas será a cidade no mundo que com maior riqueza de energia elétrica contará”.<sup>6</sup>

Quanto ao papel desempenhado pela construção da Usina Hidrelétrica de Jupia, no crescimento da cidade de Três Lagoas, não há consenso. Para alguns autores, como Costa (2007), e o Relatório Preliminar de Desenvolvimento Integrado - Município de Três Lagoas - Mato Grosso (1970), o crescimento experimentado pela cidade na década de 1960 foi resultante, ou sofreu forte influência, da construção da referida usina. Cattânio (1976) considera que tal crescimento está ligado ao processo de urbanização pelo qual todo o Estado de Mato Grosso passava naquele período.

Em alguns trabalhos realizados sob a subvenção municipal, costuma-se atribuir o crescimento ocorrido na década de 1960 à influência das obras de Jupia. Colocamos o ponto de vista em dúvida, pois esse período foi o de mais

---

<sup>4</sup> Nos anos de 1956 a 1961 o governo de Juscelino Kubitschek implantou uma política desenvolvimentista que tinha como lema: Cinquenta anos (de progresso) em cinco (de governo), lançando seu Plano de Metas que privilegiava setores de energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação. Para implementá-lo, buscou financiamento externo para grandes empreendimentos, como usinas hidrelétricas e estradas.

<sup>5</sup> Conforme Memorial apresentado pelo Dr. Francisco Leal de Queiróz, Prefeito Municipal de Três Lagoas, na reunião dos Prefeitos, realizada em Campo Grande, nos dias 23 e 24 de março de 1961, objetivando as principais necessidades do município.

<sup>6</sup> Conforme Memorial apresentado pelo Dr. Francisco Leal de Queiróz, Prefeito Municipal de Três Lagoas, na reunião dos Prefeitos, realizada em Campo Grande, nos dias 23 e 24 de março de 1961, objetivando as principais necessidades do município.

alta média de crescimento no Estado, e onde houve um pequeno número (apenas 6) de cidades que apresentaram decréscimos. Assim, o rápido crescimento está ligado a um fenômeno de amplo espectro. É nítido como nesse decênio, todo o estado de Mato Grosso é envolvido por um movimento de urbanização, e não só Três Lagoas caracteriza-se por esse processo. (CATTÂNIO, 1976, p.81).

De fato, esse é um período de crescimento da população urbana em todo o Estado de Mato Grosso. Porém, não se pode negar a contribuição da construção da Usina Jupiá para o crescimento urbano e a alteração da produção do espaço em Três Lagoas. Vale salientar que, no período de 1960 a 1970, a população de Três Lagoas passou de 24.483 habitantes para 55.513, ou seja, houve um acréscimo de 31.020 habitantes na cidade. Em contrapartida, no período seguinte (1970 a 1980), quando as obras da usina já estavam concluídas, o crescimento foi de apenas 2.591 habitantes (IBGE, 2005). A explicação para o crescimento populacional de Três Lagoas, de 8,53% ao ano durante os anos de 1960, foi a construção da Usina de Jupiá, pois essa é uma variável importante existente na cidade nesse período.

No início dos anos de 1960, Três Lagoas foi alvo das chamadas correntes migratórias internas, em que pessoas de várias partes do país se deslocaram para determinadas cidades em que havia grandes construções e que, conseqüentemente, necessitavam um número extensivo de mão-de-obra. Mas com o fim dessas construções, esse contingente de trabalhadores se deslocava para outros locais ou regiões, onde estava começando a construção de outra grande obra. Isso também aconteceu em Três Lagoas, com o término das obras da Usina Jupiá e início da construção da Usina de Ilha Solteira. Por isso em Três Lagoas houve estagnação do crescimento, pois grande parte das pessoas que vieram para a cidade nos anos de 1960, no início de 1970 saiu em busca de trabalho em outras localidades. Procurando diminuir o impacto do final da construção da Usina na cidade e na economia, a administração municipal de Três Lagoas e o governo do Estado do Mato Grosso reivindicaram junto à Comissão Interestadual da Bacia do Rio Paraná (CIBPU)<sup>7</sup>, que a Vila Piloto de Jupiá não tivesse sua estrutura física destruída. Essa reivindicação não foi atendida de modo que a Vila Piloto de Jupiá foi removida, restando o prédio do hospital, onde é hoje a Universidade Federal do Mato

---

<sup>7</sup> A CIBPU foi criada em 1951, por iniciativa de governadores dos Estados da bacia do Paraná, respectivamente MG, MT, GO, SP, SC e PR, posteriormente houve a inserção do RS, com o objetivo fundamental de estudar as características desse espaço geográfico (da bacia) para um aproveitamento racional. Nesse sentido, a CIBPU fez diversos estudos – econômicos, físicos, enfim – sobre a bacia, indicando oportunidades de investimentos a serem desenvolvidos. Ela fazia parte do contexto de desenvolvimento daquele período no planejamento governamental brasileiro.

Grosso do Sul – Campus de Três Lagoas, unidades II e III, e mais quatorze casas. Atualmente, dez delas pertencem ao círculo militar e as outras quatro pertencem a moradores do atual bairro Vila Piloto.

O fim da construção dessa hidrelétrica, inaugurada em 1974, é um dos motivos da estagnação do crescimento populacional durante os anos de 1970. Com a chegada dos trabalhadores para a construção da usina, ocorre impulso para o crescimento. Porém, a saída desses operários causou o retraimento das atividades comerciais na cidade no que diz respeito, por exemplo, à estrutura, à dinamicidade e à massa salarial regular. Conforme o Relatório Preliminar de Desenvolvimento Integrado - Município de Três Lagoas - Mato Grosso (1970), isso ocorreu em decorrência da transferência para outra grande obra, a construção da Usina de Ilha Solteira, também parte do Complexo de Urubupungá.

### **1.1.3 Produção espacial do Mercado Municipal de Três Lagoas - Administração Dr. Leal de Queiróz**

Para compreender o espaço do mercado municipal, é essencial descrever, bem como analisar a produção do mesmo,<sup>8</sup> cujo funcionamento estava regulamentado pelo decreto n°. 181, de 30 de junho de 1963.<sup>9</sup> Esse decreto especificava que o mercado era destinado à venda de gêneros alimentícios a varejo para abastecimento da população, como também de produtos que, geralmente, são vendidos em feiras livres, tais como: flores, sementes, fumo, jornais, artigos de consumo doméstico, higiene e artesanato. Todavia, como até então no mercado também funcionavam bares e bazares, foi permitida a permanência daqueles que já estavam funcionando em caráter de exceção, e proibida a instalação de novos estabelecimentos dessa natureza. A manutenção desses estabelecimentos demonstra que o mercado, por sua própria dinâmica, se modificava e

---

<sup>8</sup> O conceito de produção do espaço é utilizado neste trabalho para demonstrar uma série de contradições que o mercado municipal agrega. Não é utilizado o conceito de organização do espaço, por este dar a ideia de que tudo já está organizado, o que não ocorre nem no espaço urbano de Três Lagoas e nem no mercado municipal da cidade, pois esses espaços expressam movimento, algo processual, que tem contradições, as quais são apontadas no decorrer do texto. O conceito de produção assinala um campo de forças que nem sempre o conceito de organização é capaz de acrescentar.

<sup>9</sup> Documento: Decreto 181/Local: Prefeitura Municipal de Três Lagoas/MS – Setor de Aforamento/Livro: 005 – Lei/Resolução/Decreto-Lei/De: 08/57 a 12/64/Espécie: Decreto/Número: 181/Data: 30.06.1963/Folha: 138 a 145 v/Prefeito: João Dantas Filgueiras/Assunto: Regulamento que rege o funcionamento do Mercado Municipal.



também se tornava um local de socialização, obrigando os órgãos públicos, no caso a prefeitura, a incluí-los em sua regulamentação.

Esse decreto também buscou normatizar o mercado no que diz respeito à distribuição/produção do espaço interno, estabelecendo a racionalidade do comércio moderno ocidental na ocupação do mesmo. Assim, a distribuição das bancas e compartimentos se dava de acordo com a natureza dos produtos vendidos: bares numa localização, bazares em outra, gêneros alimentícios em outra, açougues em outra, e assim por diante. O mercado era público e, dessa forma, o uso do espaço para a exploração do comércio no seu interior era concessão de responsabilidade da prefeitura, e realizada por meio de arrendamento, sendo proibida a transferência, a cessão ou sublocação total ou de parte das bancas ou compartimentos. Caso isso acontecesse, o locatário poderia ter seu contrato rescindido pela prefeitura.

Outros fatores também faziam com que fosse rescindida a locação, como, por exemplo, a falta de pagamento das mensalidades ou de multas, o desrespeito às tabelas de preços, a condenação por crime infamante, a fraude de balanças, pesos e medidas, a venda de produtos deteriorados ou de origem clandestina. Também eram motivos de rescisão quaisquer outras transgressões ou atos que a administração considerasse causadoras de problemas ao mercado municipal.

Como já citado anteriormente, o estabelecimento do Mercado Municipal *Leal de Queiróz* ocorreu num momento de crescimento econômico da cidade e sob um forte discurso de modernização da mesma. Sua regulamentação reflete isso, tanto no que dizia respeito à distribuição do espaço interno como também na realização das atividades comerciais, quando destina esse espaço não apenas ao comércio realizado por pessoa física, mas também por pessoa jurídica. Permitia, tanto num caso como em outro, a contratação de auxiliares ou empregados. No caso de pessoa jurídica, o proprietário ou proprietários seriam representados pelo gerente ou por um sócio devidamente autorizado pelos demais, apesar de estabelecer que tanto pessoa física quanto jurídica não poderiam ter mais de uma locação no mercado municipal, nem mesmo em formato de sociedade. Também não era permitida a locação para o mesmo ramo de negócio a um cônjuge ou a um filho menor desse arrendatário, ou à pessoa jurídica com sede no exterior. Todas as pessoas, que de uma forma ou outra trabalhavam no mercado municipal, deveriam ter registrados seus nomes na administração do mesmo.

Quanto ao preenchimento das vagas de bancas existentes no mercado municipal, o Decreto 181 estabelecia que seria feito por meio de concorrência pública,

tendo prioridade em primeiro lugar aquele que oferecesse melhores serviços e taxas; em segundo lugar, aquele que oferecesse comércio que estivesse em menor número no mercado municipal; em terceiro lugar, aquele que tivesse o maior número de filhos; e, por último, aquele que fosse casado. Além dessa ordem de prioridade, o decreto estabelecia uma ordem de preferência entre os participantes da concorrência pública qual seja os ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (F.E.B); os da Força Aérea Brasileira (F.A.B); os da Marinha Mercante ou ainda os de Guerra do conflito de 1939-1945. No caso de empate das propostas, o prefeito municipal poderia optar livremente.

Durante todo o período que o mercado municipal foi regido pelo Decreto 181, não foram permitidas a revenda de mercadorias, a presença de atravessadores<sup>10</sup> e a venda de mercadorias por atacado. Também não era concedida a modificação nem a alteração da disposição das bancas e compartimentos existentes no mercado municipal. Caso o arrendatário quisesse qualquer tipo de alteração, esta seria realizada pela prefeitura, desde que não prejudicasse a segurança do espaço, bem como a estética do conjunto, sendo os custos pagos pelo arrendatário.

A regulamentação do uso do espaço no mercado municipal pelos arrendatários estabelecia as normas que os mesmos deveriam obedecer quanto à produção e às estéticas gerais, assim como a do seu próprio espaço arrendado. Com relação à responsabilidade do arrendatário com sua banca no que tange à higiene, era de sua obrigação zelar para que as mercadorias que entrassem no mercado municipal estivessem limpas e em condições de exposição e ainda que os produtos orgânicos, como carnes, toucinho e frangos fossem embrulhados em papel próprio, podendo seu revestimento externo ser com jornais.

Dentro dessa regulamentação do uso dos espaços no mercado municipal, que representava a modernização da cidade no que dizia respeito ao abastecimento de produtos hortifrutigranjeiros, destacava-se a preocupação com a higiene do local. A limpeza e a coleta de lixo eram feitas duas vezes ao dia. A primeira realizava-se às treze horas e a segunda após o fechamento do mercado, juntamente com a lavagem completa de todas as passagens e locais dos boxes. Existiam recipientes de lixo em vários pontos do mercado municipal e cada arrendatário tinha um recipiente de dimensões proporcionais às suas necessidades, de modelo indicado pela administração. Esses

---

<sup>10</sup> Conforme o dicionário Aurélio, atravessador quer dizer aquele que tem o monopólio de algo; açambarcador. Já para o dicionário Melhoramentos, significa indivíduo que se interpõe entre o produtor e o vendedor; intermediário.

recipientes eram recolhidos e entregues ao serviço de limpeza nas horas de coleta, mas quando estes enchiam antes da coleta, os arrendatários deveriam transportá-los até o depósito de lixo do *mercadão* para serem esvaziados. Esse lixo não poderia ser varrido para a rua ou algum lugar que passasse água e cada arrendatário deveria desinfetar seu próprio recipiente. Era pedido que todos os compartimentos das bancas ficassem pelo menos a trinta centímetros de altura, de maneira que fosse possível a limpeza completa do espaço. Não era permitida a matança de aves ou outros animais no recinto do mercado municipal.

A produção do espaço por meio da regulamentação orientava que aos açougues era permitida a entrada de carne somente dos matadouros licenciados e transportados em veículos apropriados. Além disso, não era permitido fabricar linguiça nas imediações dos açougues e as bancas dos tripeiros<sup>11</sup> obedeceriam às disposições estabelecidas para os açougues. Com relação aos peixes, a venda era admitida somente dentro de um pavilhão especial, que possuía uma câmara frigorífica para os fins necessários. A venda de peixes sem essa câmara frigorífica somente era permitida até as doze horas. Nas bancas, só poderia ser feita a limpeza quando houvesse recipientes para recolher os detritos.

No tocante às aves, elas só poderiam ser mantidas dentro de gaiolas do mercado municipal também em um pavilhão apropriado, no qual era conservada separadamente segundo a espécie. A capacidade máxima nas gaiolas para cada metro quadrado era de vinte e cinco galinhas ou frangos, ou dez patos, ou quatro perus ou gansos, ou sessenta pombos. Os engradados que serviam de transporte dessas aves não deveriam permanecer nos *boxes*, mas, sim, ir para o depósito. Se fossem encontradas aves doentes ou impróprias para a venda, eram apreendidas pela administração do mercado municipal.

Ressalta-se ainda a determinação de se deixar a água fresca e o alimento para as aves nas dependências do mercado municipal. As gaiolas deveriam ser lavadas pelo arrendatário, assim como os pisos e os móveis deveriam ser desinfetados pelo menos uma vez ao dia. As aves mortas somente poderiam ser vendidas em compartimentos próprios e, como as exigências feitas aos açougues, completamente limpas de plumagem e miúdos.

---

<sup>11</sup> Comerciantes que vendiam os miúdos de animais.

Quanto às frutas, essas não poderiam ser vendidas descascadas ou em fatias, e as verduras deveriam ser lavadas e frescas. Por meio da legislação que rege o funcionamento do mercado, observa-se a preocupação com a saúde da população e o asseio do espaço em questão, relacionados com o processo de modernização da cidade.

Em 1967, o Decreto 1/67 de 09 de fevereiro de 1967<sup>12</sup> substituiu o decreto 181/1963 trazendo mudanças significativas no funcionamento do mercado, que iam, em alguns aspectos, na contramão do texto anterior. Por esse novo decreto, passava a ser permitido o estabelecimento de novos bares, bazares e comércio afim, bem como a transferência ou cessão de locação e a sublocação, apesar de manter a limitação de apenas uma locação por pessoa. Esse decreto também regulamentou o quanto de espaço físico cada pessoa/comerciante poderia ocupar no mercado, estabelecendo o máximo de quinze metros quadrados para cada pessoa. Para a transferência de *box* entre interessados, era necessária a autorização expressa e escrita do prefeito e, caso essa fosse feita, a prefeitura teria o direito de cobrar três vezes o valor da locação mensal, que seria investido em melhorias para o mercado municipal.

Outra alteração extremamente significativa e que trouxe mudanças profundas no funcionamento do mercado municipal foi a permissão para o comércio de mercadorias entre produtor ou atacadista com os comerciantes estabelecidos no mercado municipal, tendo como exigência principal que estes apresentassem comprovantes de origem das mercadorias. Enquadram-se, nesse caso, os produtores ou atacadistas de peixes, de aves, de ovos, de porcos, de caprinos e de subprodutos destes. Esses comprovantes deveriam ser apresentados à administração do mercado público e deviam conter o tipo de mercadoria, sua origem, os preços embutidos nela e o valor da transação com o comerciante.

Verifica-se que para compreender o funcionamento e produção do mercado municipal, é necessário analisá-lo distanciando-se do cotidiano do século XXI, e aproximando-se e familiarizando-se com o cotidiano daquele período histórico. Em 1960, a cidade de Três Lagoas passava por um momento sem precedentes em sua história. Como já visto anteriormente, grande contingente de pessoas deslocava-se para a cidade devido à construção da Usina Jupuíá, e a ideia de modernização fervilhava nos

---

<sup>12</sup> Documento: Decreto 1/67/Local: Prefeitura Municipal de Três Lagoas/MS – Setor de Aforamento/Livro: 007 Lei/Decreto/Resolução/De: 1967 a 1968/Espécie: Decreto/Número: 01/67/Data: 09.02.1967/Folha: 8 v a 10 v/Prefeito: Michel Thomé/Assunto: Dispõe sobre a regulamentação do Mercado Municipal e dá nova redação a alguns artigos.

discursos do poder público municipal e também nacional. A cidade crescia e se via no discurso das autoridades em processo rápido de modernização.

Esse conceito estava diretamente ligado às questões que envolviam a higienização da cidade e de seus espaços, tanto privados quanto públicos. É clara essa ideia e as ações feitas pelo poder público municipal nesse sentido, como demonstra a regulamentação aplicada no antigo mercado municipal. Naquele lugar, principalmente lidando com produtos de primeira necessidade, era necessário e cobrado pela legislação que regia o funcionamento a limpeza e a higiene, algo que reafirmava, cada vez mais, o juízo de moderno, de urbano, de crescimento e de desenvolvimento da cidade.

## **1.2 Mercadão**

No final dos anos de 1960, a mesma inadequação que ocorreu com a feira-livre passou a ocorrer com o Mercado Municipal de Três Lagoas Administração Dr. *Leal de Queiróz*. Isso demonstra uma característica fundamental do processo de desenvolvimento do comércio da cidade, pois, conforme afirma Barros (2007), os próprios habitantes da cidade e seus governantes vão reescrevendo a cidade permanentemente. Foi isso o que ocorreu com o citado espaço comercial, que se tornou inapropriado com o passar do tempo, tornando necessária a construção de um novo mercado municipal.

Para Lefebvre (2001), o espaço não é somente descoberto e ocupado, mas transformado. Como o que aconteceu com a feira-livre de Três Lagoas, que foi substituída pelo mercado municipal, por ser, naquele momento, considerada ultrapassada, foi construído um novo mercado denominado Mercado Municipal Vereador *Gentil Rodrigues Montalvão*<sup>13</sup>, que começou a funcionar no início de 1970. Isso demonstra que no sistema capitalista, os espaços mudam constantemente, buscando se adequar aos novos moldes políticos e econômicos de desenvolvimento nacional e municipal, e dentro disso está inserido o processo de modernização. Como visto, este é o processo vivenciado pela cidade de Três Lagoas que se procura demonstrar neste trabalho, através do estudo das transformações do *mercadão* nos anos de 1970 a 1979.

---

<sup>13</sup> Gentil Rodrigues Montalvão foi o vereador que formulou o projeto de lei para a criação do novo mercado municipal em Três Lagoas.

### 1.2.1 A mudança para o *mercado*

No início dos anos de 1960, a feira-livre não mais se adequava ao contexto do desenvolvimento de Três Lagoas, pois remetia a algo retrógrado e avesso a ideia de modernização que se tinha da cidade naquele momento da sua história e, por isso, foi transformada em mercado municipal. No início dos anos de 1970, o mercado municipal não mais atendia às necessidades da cidade, uma vez que o espaço urbano de Três Lagoas passara por mudanças significativas com a construção da Usina Jupuíá, que atraiu milhares de pessoas em busca de trabalho. Assim, um novo mercado passa a ser também preocupação do poder público municipal, pois aquele que havia não mais acompanhava a dinâmica do espaço três-lagoense e nem condizia com a expectativa de crescimento ainda maior que se tinha da cidade, que se mobilizava em torno da ideia de industrialização, profundamente propagada durante os anos de 1960.

O discurso oficial do desenvolvimento acelerado e do potencial industrial da cidade fez com que a ideia do crescimento e modernização de Três Lagoas se propagasse também entre a população. Conseqüentemente, as mudanças na estrutura da cidade e de alguns lugares aconteceram como resposta a essa ideia de desenvolvimento, tão trabalhada pelos órgãos públicos e por determinados setores da sociedade. Esse foi o caso da construção de um novo espaço comercial para atender às novas necessidades da cidade. Assim, o Mercado Municipal *Vereador Gentil Rodrigues Montalvão* encaixa-se no processo de desenvolvimento da cidade, que ocorria com certa rapidez.

É nesse período de desenvolvimento e de intenso euforismo na cidade que o prefeito Michel Tomé, em 1967, solicita à Câmara de Vereadores a autorização para construção de um novo mercado municipal, justificando que o mercado *Leal de Queiróz* não mais atendia às demandas da cidade, uma vez que

[...] o congestionamento de sua circulação é frequente, a ventilação é deficiente, o amontoado de barracas conduzem a um atendimento incômodo ao público e que aliados as condições mínimas exigidas pela higiene, impõe, sem qualquer contestação, que a Municipalidade transfira esse serviço público a outro local com mais amplitude, mais moderno, cômodo, higiênico, com mais conforto e com linhas funcionais e racionais para um melhor atendimento à sua população.<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> Câmara Municipal de Três Lagoas. Caixa 32: Projetos de Lei dos Anos: 1966, 1967, 1968 e 1969. Lei 294 – Autoriza Convênio e participação do município junto a Empresa Incorporadora, para construção do Mercado Municipal.

Em atendimento a essa solicitação do executivo, em 17 de julho de 1967, a Câmara Municipal, pela Lei 294,<sup>15</sup> autorizou a construção de um novo mercado municipal de Três Lagoas. A construção foi realizada por uma empresa privada conveniada à prefeitura municipal, a qual se comprometia em adquirir os locais destinados à venda de produtos hortigranjeiros e ficava encarregada da administração dos espaços destinados à circulação interna do *mercadão*.

A exposição de motivos para a construção de um novo mercado municipal demonstra a preocupação e o interesse do poder público por um novo espaço para a realização de comércio, que oferecesse melhores condições que o antigo, atentando-se para questões, como a higiene e a comodidade, elementos simbólicos da modernidade.

A construção de “[...] um moderno mercado municipal, dotado de todo conforto e higiene” (MARTIM, 2000, p. 322) trazia avanços tanto na arquitetura quanto nos aspectos higiênicos da cidade, representando, dessa forma, o conceito de modernidade presente tanto no discurso oficial como no imaginário da sociedade nos anos de 1970.

Em dezembro de 1969, com o término das obras de construção, começou a transferência das lojas e das bancas para o novo mercado municipal, inaugurado em janeiro de 1970 ainda na administração do prefeito de Michel Tomé, idealizador da obra.

## **1.2.2 Os comerciantes e a transferência para o *mercadão***

Após a entrega da obra do Mercado Municipal à prefeitura, abriu-se um edital de concorrência pública para a locação dos espaços da parte interna, que eram de propriedade municipal, sendo dada preferência aos produtores para a exposição e venda de seus produtos ao público, e aos locatários do Mercado Municipal de Três Lagoas Administração Dr. *Leal de Queiróz*.<sup>16</sup>

A respeito do posicionamento dos comerciantes frente ao fato da transferência do antigo para o novo mercado, as fontes documentais não trazem

---

<sup>15</sup> Câmara Municipal de Três Lagoas. Caixa 32: Projetos de Lei dos Anos: 1966, 1967, 1968 e 1969. Lei 294 – Autoriza Convênio e participação do município junto a Empresa Incorporadora, para construção do Mercado Municipal.

<sup>16</sup> Documento: Lei 294/Local: Prefeitura Municipal de Três Lagoas/MS – Setor de Aforamento/Livro: 007 Lei/Decreto/Resolução/De: 1967 a 1968/Espécie: Lei/Número: 294/Data: 17.07.1967/Folha: 35 a 36 v/Prefeito: Michel Thomé/Assunto: Convênio com a Empresa Incorporadora que construirá um Mercado em Três Lagoas.

nenhuma informação. Dessa forma, as fontes orais suprem essa lacuna. Por elas, pode-se perceber que os comerciantes realmente tiveram a preferência em igualdade de condições na compra de espaços no novo mercado. Contudo, não era desejo desses arrendatários mudarem-se, mas, por não terem escolha, uma vez que o Mercado Municipal *Leal de Queiróz* foi desativado após a inauguração do Mercado Municipal Vereador *Gentil Rodrigues Montalvão*, e pelo fato de ter sido construído um espaço mais amplo e moderno, aconteceu a mudança dos mesmos para o novo mercado.

Dona Júlia Teixeira, ainda hoje arrendatária do *mercadão*, ao falar sobre a transferência para o novo mercado, afirma que “[...] no começo eles não queriam vir não né, mais já tinha feito e aquele lugar ficou mais limpo, lá não era, assim, organizado”.<sup>17</sup>

Na fala de Júlia Teixeira, nota-se que o discurso da modernização tão afirmado e reafirmado constantemente pelas autoridades e determinados grupos da sociedade foi interiorizado pela mesma. Assim como dito anteriormente, era tão alentada essa ideia do desenvolvimento e da modernização que as pessoas também interiorizaram esse conceito do novo e do moderno para a cidade.

Por esse mesmo motivo, é que José Nunes Marques afirma que era uma necessidade da prefeitura e da população ter um novo mercado. “Não tem nem dúvida, naquela época o progresso foi muito grande, deu um pulo muito grande”<sup>18</sup>. O antigo mercado era menor que o *mercadão*.<sup>19</sup> Percebe-se, por meio das fontes orais, que o mercado antigo começou pequeno e houve pouco aumento de suas dependências físicas, não chegando a ocupar todo o quarteirão em que se localizava. Porém, o espaço ao seu redor passou a ser referência de comércio, pois se instalaram aos arredores certa quantidade de vendedores ambulantes que faziam a movimentação do espaço aumentar. Esses não faziam parte do mercado municipal antigo, mas a população local passou incorporá-los como tal, já que

---

<sup>17</sup> Júlia Teixeira, 61 anos, entrevista realizada dia 12.02.2007 em Três Lagoas/MS em sua banca de verduras na parte interna do *mercadão*.

<sup>18</sup> José Nunes Marques, 70 anos, entrevista realizada dia 13.02.2007 em Três Lagoas/MS em sua residência.

<sup>19</sup> As fontes a respeito das dimensões dos mercados para que seja feita a comparação entre ambos, conforme pesquisa de campo não existe. De acordo com informações obtidas por telefone (e foi a única forma de contato possível) com o atual desenhista da prefeitura municipal de Três Lagoas, responsável pelas plantas planas dos órgãos públicos da cidade, Sr. Edson, em maio de 2008, a planta do prédio do antigo mercado municipal denominado Leal de Queiróz não existe mais.

A explicação para tal fato é de que já se faz muito tempo da existência de tal espaço e que muitos de nós nem éramos nascidos ainda. Essa explicação demonstra a realidade de um pensamento que permeia muitos órgãos públicos, em especial, a prefeitura municipal de Três Lagoas que não dá o devido valor à história de seu município, visando apenas o desenvolvimento e o progresso, mesmo que isso custe o descarte de fontes históricas, que é também a desvalorização da história.



Não tinha lojas ali, [...] tinha os ambulantes. Aí com o tempo começou a ficar pequena a parte de verduras, e conseguiu ali ao lado, aí começou a fazer parte da feira, na parte de lá, dentro, tinha uma ala separada onde é, onde tinha roupas, ali, lá fora, ainda tinha parte de roupas, esses carrinhos que puxa carro aí, sabe, igual carrinho de cachorro quente antigamente, igual essa aí, então tinha, era roupas. E devia ter mais ou menos uns 50 carrinhos daquele vendendo roupas.<sup>20</sup>

Todos esses ambulantes que passaram a se instalar ao lado do antigo mercado foram também para o *mercadão* e “[...] ali cada um tinha sua portinha”.<sup>21</sup> Isso evidencia que a cidade passou a necessitar de outro espaço de comércio de gêneros de primeira necessidade, mais cômodo e amplo, pois a própria dinâmica do lugar gestou essa necessidade. Por isso, conforme José Nunes Marques:<sup>22</sup>

Quando inaugurou o *mercadão* foi uma correria muito grande, pelos espaços lá dentro, porque foi uma novidade grande pra cidade, seria como hoje inaugurar um shopping em Três Lagoas, naquela época foi inaugurar o *mercadão*, então os espaços que tinham lá dentro eram pouco pro pessoal que tinha no outro mercado antigo, por que o outro era menor, então lá era maior, mas a quantidade de feirantes, a quantidade de gente, de vendedores de queijo, de garapa, de restaurantes pequeno, de barbearia, de salão de beleza que tinha lá também, então a correria foi muito grande, então naquela época foi pequeno o espaço pelo tanto de gente que queria trabalhar lá dentro, pra usufruir daquilo lá.

Fica claro, nesse discurso, que um dos motivos para a criação do *mercadão* foi solucionar a questão do espaço físico para os comerciantes e feirantes que ocupavam o antigo mercado municipal, bem como dos ambulantes que aproveitavam os espaços ao redor. Na verdade, existem diversas explicações sobre a transferência do mercado municipal e os motivos que levaram à construção do mesmo.

Um dos pontos mais citados é de que a cidade necessitava de outro mercado municipal para atender à população, um lugar mais amplo, moderno e higiênico. Tanto que o *mercadão* ocupa todo o quarteirão na atual Avenida Filinto Miiller, com limitações com as Ruas Bruno Garcia, Munir Thomé e Avenida Aldair Rosa de Oliveira, que faz a circular da lagoa maior.<sup>23</sup> Também a escolha do local para a instalação do novo mercado demonstra a busca da modernização da cidade, tão presente no discurso do

---

<sup>20</sup> Ovídio Lopes de Oliveira, 57 anos, entrevista realizada dia 30.04.2008 em Três Lagoas/MS em sua residência.

<sup>21</sup> Ovídio Lopes de Oliveira, 57 anos, entrevista realizada dia 30.04.2008 em Três Lagoas/MS em sua residência.

<sup>22</sup> José Nunes Marques, 71 anos, entrevista realizada dia 30.04.2008 em Três Lagoas/MS em sua residência.

<sup>23</sup> Como é visto na Figura 8 no capítulo 2.

poder municipal e de parte significativa da sociedade, pois o mesmo foi construído na área onde se encontrava a antiga zona de baixo meretrício. A cidade cresceu e os espaços marginalizados, próximos ao centro, necessitavam ser (re)significados.

### 1.2.3 Produção espacial externa e interna

O *mercadão* da cidade de Três Lagoas, que ocupa o quarteirão localizado entre a Avenida Filinto Muller e a Lagoa Maior, agrega características em sua produção que demonstram ser ele mesmo um verdadeiro misto de público e privado. Dentro dele há diferenciação entre as dependências externas e as internas, tanto pelos aspectos físicos, quanto pelo caráter dos vendedores ali fixados, pois alguns são arrendatários e outros donos de lojas ou bancas. A parte externa compreende as lojas que têm suas portas para a Avenida Filinto Muller e para a Rua Munir Thomé. Esses espaços foram vendidos para particulares pela empresa incorporadora que ficou responsável pela construção do *mercadão*, em outras palavras, foram desde o início destinados a particulares. Algumas dessas lojas tinham também portas que davam para a parte interna do *mercadão*. Outra opção de acesso era pelo saguão que ficava na Rua Munir Thomé.

Na parte interna, estavam os pavilhões do *mercadão*, que foi comprada pela prefeitura municipal da empresa incorporadora, ou seja, ficou como propriedade do município para ser alugada para comerciantes (arrendatários) que destinassem suas vendas para produtos de primeira necessidade.

Além desses pavilhões, na parte interna do *mercadão* havia um pátio sem calçamento, no qual os caminhões entravam para fazer o abastecimento de produtos, era para “[...] entrar os caminhões [...] e os carros que entravam pra comprar também, eles tem algum que deixava lá na rua, mas outro deixava e entrava aqui dentro, estacionado aqui dentro”<sup>24</sup>.

Com o passar do tempo, alguns dos lotes (ou *boxes*) da parte interna também passaram a ser vendidos para particulares, tornando-a, no que diz respeito à propriedade, uma mistura de particular e público. Algumas pessoas eram proprietárias de seus boxes e poderiam proceder como queriam nos limites de suas propriedades, enquanto outras eram obrigadas a seguir a regulamentação estabelecida pela prefeitura. Essa alteração na

---

<sup>24</sup> Júlia Teixeira, 61 anos, entrevista realizada dia 12.02.2007 em Três Lagoas/MS em sua banca de verduras na parte interna do *Mercadão*.

disposição inicial da distribuição do espaço interno do *mercado* tendia a causar atritos no que tangia ao cumprimento de leis municipais, especialmente as de normatização do comércio no mercado municipal, uma vez que muitos comerciantes proprietários de boxes não se consideravam na obrigação de respeitar tais leis. Sobre esse assunto, o *Jornal do Povo*, principal meio de comunicação impresso em Três Lagoas naquela época, e demonstrando a importância do *mercado* para a cidade, se manifestava nos seguintes termos: “Como pode um fiscal municipal impedir que em determinado box se faça isso ou aquilo quando no box ao lado, que é particular, se faz exatamente o proibido”<sup>25</sup>?

Ainda, segundo o referido jornal, esses problemas já teriam sido objetos de discussão quando a prefeitura definiu a venda de parte dos boxes.

Quando foram vendidos a particulares, em condomínio, boxes daquele Mercado, escrevemos: <<ou o Mercado é Municipal ou é particular, as duas coisas não irão dar certo>>[...] Não nos esqueçamos que diversos atritos já tem surgido entre administradores - proprietários de boxes, por causa do cumprimento às leis municipais, por que os donos de boxes, não se julgam obrigados a cumpri-las.<sup>26</sup>

O *Jornal do Povo* também aponta que as duas coisas não iriam dar certo, pois é praticamente impossível fazer cumprir lei em uma propriedade semi-municipal onde se misturam inquilinos e proprietários<sup>27</sup>. Conforme essa mesma reportagem, na época da construção houve até a sugestão de deixar o novo mercado somente para os condôminos e que se fizesse uma ampla reforma no mercado antigo, que ficaria sendo somente de propriedade municipal.

Seria preciso que o Regimento Interno do Mercado rezasse <<que condôminos e inquilinos são obrigados a obedecer as mesmas leis estabelecidas pela Prefeitura>>. Mas, parece, na ânsia de vender boxes e fazer dinheiro, ninguém se lembrou disso.<sup>28</sup>

Com a venda de boxes também no interior do *mercado* de Três Lagoas, a prefeitura municipal passa a perder o controle da produção do espaço devido ao aumento do número de proprietários das repartições no *mercado*. Ele foi, no decorrer dos anos de 1970, alvo de interesse dos comerciantes da cidade, uma vez que se constituiu como

---

<sup>25</sup> *Jornal do Povo*, Três Lagoas - MT, 11 de abril de 1973.

<sup>26</sup> *Jornal do Povo*, Três Lagoas - MS, 20 de agosto de 1978.

<sup>27</sup> *Jornal do Povo*, Três Lagoas - MT, 11 de abril de 1973.

<sup>28</sup> *Jornal do Povo*, Três Lagoas - MT, 11 de abril de 1973.

importante centro comercial da cidade e fez com que proprietários de estabelecimentos comerciais na cidade se estabelecessem também no interior do *mercado*. Isso alterou as relações ali estabelecidas, revelando o papel que o mesmo representava nos interesses e disputas políticas da cidade.

Com o aumento de proprietários no *mercado* se estabelece um conflito de interesses comerciais e materiais que se manifestam tanto nos discursos do jornal, quanto nas ações da prefeitura municipal de Três Lagoas. A análise dessas questões é fundamental para compreender alguns aspectos da dinâmica, tanto interna quanto externa, do *mercado*. Os objetivos do jornal e da prefeitura eram diferentes, por isso, chocavam-se. No decorrer dos anos de 1970, a família Congro, proprietária do *Jornal do Povo*, era rival política dos governantes municipais, e utilizava-se das reportagens sobre o *mercado* para fazer críticas à prefeitura.

As ambiguidades existentes no *mercado* era a característica peculiar desse lugar. Uma dessas ambiguidades é o misto de público e privado, existente desde o início do funcionamento. Enquanto a parte interna do *mercado* tinha como característica, no início dos anos de 1970, seus ocupantes serem arrendatários da prefeitura, a parte externa se caracterizava por contar com proprietários particulares dos espaços.

Com o passar dos anos, as repartições internas, que eram todas de propriedade da prefeitura municipal, passaram a ser vendidas, assim como ocorreu com a parte externa logo no final de 1969 e início de 1970, gerando nova dinâmica naquele lugar. Alguns comerciantes passaram a comprar várias repartições dentro do *mercado*, algumas vezes se possível uma ao lado da outra, e os compartimentos, que tinham as mesmas dimensões físicas, passaram a se diferenciar uma das outras. Alguns passaram a formar grandes lojas, pois, após a compra, podiam destruir a parede que separava os cômodos e formar apenas um.

A dinâmica ali era impulsionada pelos interesses que foram se (re) modelando. Um exemplo disso é que a maioria dos produtos que eram vendidos nos espaços internos vinha de fora, do estado de São Paulo e, no próprio pátio interno do mercado, ocorriam as negociações entre os intermediários e os banqueiros. Parcela significativa dos produtos tinha seus preços impostos pela figura do intermediário que fazia o abastecimento do *mercado*.

Muitos arrendatários de boxes, por não conseguirem se adequar a essa situação, deixaram os espaços, que eram novamente arrendados, ou então passavam a ser vendidos para quem os pretendesse comprar. A produção do espaço se dava de maneira

processual, apresentando contradições, além de demonstrar movimento. O que explica essa diferenciação na produção interna do *mercado* é o conflito de interesses, que coexistiam e se chocavam. Esses conflitos se manifestavam claramente em seu cotidiano. Os interesses partiam tanto da prefeitura municipal em vender as repartições internas prédio, como da objetivação do jornal que utilizava essa situação para censurar os órgãos públicos municipais pela administração do *mercado*. Havia também o intuito de muitos comerciantes de ali se fixarem permanentemente, tendo a propriedade daqueles espaços que, no início dos anos de 1970, tinha grande valor comercial, por causa da sua movimentação naquele período.

Havia os ocupantes da parte interna que eram proprietários de algum(ns) espaço(s) e outros que eram apenas arrendatários. Nem todos os ocupantes dos cômodos tiveram condições de comprar os boxes que ocupavam. Alguns subsistiram a essa situação, e os que não conseguiram saíram do *mercado*. Porém, a saída dos que ocupavam a parte interna não se deu apenas por esse motivo, muitos saíram para instalar seus estabelecimentos comerciais em outros pontos da cidade. Alguns vinham comprando os compartimentos internos, como, por exemplo, o Sr. Seiji, proprietário de uma das repartições internas. O comerciante buscava muitos produtos vindos de fora do estado para vender em suas bancas e também revender para os outros banqueiros do *mercado*, com isso *expulsando* os pequenos produtores que tinham de se submeter aos altos preços praticados pelos intermediários, fazendo com que os custos dos produtos vendidos se elevassem.

Inicialmente os boxes internos poderiam somente ser alugados, ou seja, a renda gerada com os mesmos seria pelo pagamento dos aluguéis e condomínio, mas em seguida passaram a ser vendidos, o que interessava aos comerciantes que detinham o capital no *mercado*. Como propriedade privada, os boxes poderiam ser vendidos livremente, agregados uns aos outros e (re) vendidos quantas vezes fosse necessário e interessante comercialmente para os proprietários.

Já foi apontado que as lojas externas desde 1970 foram destinadas a particulares. A média de estabelecimentos comerciais externos nesse período é mensurada por Ovídio Lopes de Oliveira,<sup>29</sup> ao apontar em torno de vinte e oito lojas existentes. Posteriormente, o número de bazares foi diminuindo e suas extensões aumentando, pois alguns comerciantes compraram mais de um compartimento, como

---

<sup>29</sup> Ovídio Lopes de Oliveira, 57 anos, entrevista realizada dia 30.04.2008 em Três Lagoas/MS em sua residência.

por exemplo, a família Sakamoto e o Sr. Zé Mascate, com a propriedade de mais de uma repartição. Na parte interna, somava cerca de cento e vinte repartições. Por conta da movimentação do *mercado*, foram construídos mais boxes no pátio interno, em que eram vendidos os produtos granjeiros, caprinos e suínos conforme as normas de higienização estabelecidas. Ou seja, somando a parte interna e externa, deveriam ter “[...] no total [...] umas duzentas, total, eu acho que seria isso aí”.<sup>30</sup>

A movimentação comercial era grande e agitava a economia da cidade, trabalhavam ali “[...] umas 400 pessoas, 400 a 500 pessoas”,<sup>31</sup> levando em consideração que em cada repartição o espaço era para no mínimo uma pessoa, mas sabendo que, normalmente, trabalhavam de duas a três pessoas em cada compartimento. Todos esses homens e mulheres, que parte de seu cotidiano se fazia no *mercado*, foram agentes da história e fizeram parte dessas relações que se estabeleciam no *mercado*.

## **1.2.4 Administração do *mercado***

### **1.2.4.1 As taxas cobradas no *mercado*: água, energia, aluguel e condomínio**

Logo após a finalização do *mercado* e da venda das lojas da parte externa, a Prefeitura Municipal baixou normas através do decreto 04/70<sup>32</sup> estipulando a taxa de condomínio. Contudo, os proprietários particulares das lojas da parte externa ficaram isentos de impostos municipais e da taxa de condomínio pelo prazo de dez anos, mas que deveria ser cobrada dos proprietários de boxes internos no *mercado*.

No que se refere ao aluguel dos boxes da parte interna a Lei 517,<sup>33</sup> que dispõe sobre esse assunto, estabelece que o aluguel seria cobrado sobre a área utilizada pelo locatário e as taxas de água e energia ficaria sob responsabilidade da prefeitura na

---

<sup>30</sup> Ovídio Lopes de Oliveira, 57 anos, entrevista realizada dia 30.04.2008 em Três Lagoas/MS em sua residência.

<sup>31</sup> Ovídio Lopes de Oliveira, 57 anos, entrevista realizada dia 30.04.2008 em Três Lagoas/MS em sua residência.

<sup>32</sup> Documento: Decreto 04/70/Local: Prefeitura Municipal de Três Lagoas/MS – Setor de Aforamento/Livro: 008 Lei/Decreto/Resolução/De: 1968 a 1971/Espécie: Decreto/Número: 04/70/Data: 23.04.1970/Folha: 71 v a 72/Prefeito: João Dantas Filgueiras/Assunto: Fica estipulada a taxa de condomínio, a ser cobrada dos proprietários dos boxes no *mercado*.

<sup>33</sup> Documento: Lei 517/Local: Prefeitura Municipal de Três Lagoas/MS – Setor de Aforamento/Livro: 011 Leis/De: 11/77 a 11/84/Espécie: Leis 473 a 670/Número: 517/Data: 30.10.1979/Folha: 43 a 44/Prefeito: Lúcio Queiróz Moreira/Assunto: Dispõe sobre o aluguel, utilização e funcionamento do Mercado Público Municipal.

primeira década de funcionamento, anos de 1970, tendo os arrendatários a responsabilidade do pagamento do aluguel e do condomínio.<sup>34</sup>

Outras taxas também eram cobradas no interior do *mercado*, o que pode ser verificado por meio da súmula dos trabalhos realizados na 3ª Reunião Ordinária – Exercício 1973, em que o requerimento de um vereador “[...] solicitando do Executivo Municipal informar onde se baseia a cobrança da taxa de carga e descarga que se cobra no Mercado Municipal”,<sup>35</sup> dá a confirmação da cobrança de taxa de carga e descarga de mercadorias. O aspecto que fica nítido, ao estudar as taxas cobradas no *mercado* como um todo, é a diferença que se tinha entre os espaços interno e externo. Os arrendatários dos boxes da parte interna deveriam pagar seus aluguéis, fato esse que os impulsionou a comprarem os espaços que ocupavam.

As taxas cobradas no *mercado* dizem muito a respeito da sua organização e dinâmica. Fica clara a diferenciação entre as partes daquele espaço, em que os comerciantes da parte externa, que eram proprietários dos espaços, tinham uma relação diferenciada com o *mercado*, daqueles que apenas eram locatários dos boxes na parte interna. Conforme foi exposto anteriormente, começou a ocorrer um comércio imobiliário no interior do *mercado* e um dos motivos para essa situação era o fato de ser vantajoso ser proprietário de uma repartição, ao contrário de ser locatário.

#### **1.2.4.2 Horário de funcionamento**

O *mercado*, conforme citado anteriormente, não era somente um espaço comercial em que se faziam trocas, mas também em que as relações humanas se expressavam. Assim, torna-se importante observar o quanto ele se diferenciava de outros lugares de comércio da cidade. Essa diferenciação é criada nos discursos e ações da prefeitura e também pela própria população três-lagoense por sentir, por meio da vivência com o mesmo, que era um lugar de comércio diferente dos outros existentes na cidade, pois o mesmo surgiu em um momento que a cidade vivia em meio ao discurso de desenvolvimento, advindo de vários setores da sociedade, sendo criado como expressão dessa mudança na cidade. O *mercado* fez parte do processo de euforia vivida na cidade

---

<sup>34</sup> Documento: Decreto 1/67/Local: Prefeitura Municipal de Três Lagoas/MS – Setor de Aforamento/Livro: 007 Lei/Decreto/Resolução/De: 1967 a 1968/Espécie: Decreto/Número: 01/67/Data: 09.02.1967/Folha: 8 v a 10 v/Prefeito: Michel Thomé/Assunto: Dispõe sobre a regulamentação do Mercado Municipal e dá nova redação a alguns artigos.

<sup>35</sup> *Jornal do Povo*, Três Lagoas – MT, 08 de abril de 1973.

no decorrer dos anos de 1960. Nesse período, Três Lagoas, que já apresentado, passou por um processo de mudanças significativas, que tiveram efeitos em vários setores da sociedade, inclusive no comércio de gêneros de primeira necessidade, como os produtos hortifrutigranjeiros.

Uma das maneiras de se caracterizar a diferença do *mercadão* dos demais estabelecimentos de comércio da cidade está na legislação sobre os horários de funcionamento do mesmo. O que normalmente ocorria era uma legislação própria do *mercadão*, que orientava sobre esse assunto. Mas, em alguns casos, havia também a legislação para o comércio em geral e, dentro desta, havia referência ao *mercadão*.

O horário de funcionamento do *mercadão* dava-se das seis às dezoito horas em dias úteis e aos domingos e feriados nacionais das cinco às doze horas.<sup>36</sup> Contudo, o horário do comércio geral de Três Lagoas, posteriormente, sofreu algumas alterações e, em algumas dessas modificações, também se incluiu o *mercadão*. A Lei 474<sup>37</sup>, por exemplo, vetou o funcionamento aos domingos, feriados civis e religiosos dos estabelecimentos comerciais na cidade de Três Lagoas, e ressaltou que os estabelecimentos comerciais que faziam parte do *Mercadão* estavam também incluídos nessa lei.

Por outro lado, a Lei n.º. 484,<sup>38</sup> que regulamentava o funcionamento do comércio de Três Lagoas aos sábados, obrigava os estabelecimentos comerciais da cidade a funcionarem nesse dia até as doze horas, mas o *mercadão* não estava incluído nessa lei e poderia funcionar até as dezoito horas. Isso demonstra que a prefeitura da cidade levava em consideração a diferença entre o *mercadão* da cidade e os outros estabelecimentos comerciais que eram privados, pois o *mercadão*, mesmo tendo muitas repartições de propriedade particular, ainda assim não deixou de ter a característica distinta. O *mercadão* sempre foi diferenciado dos outros espaços comerciais da cidade e

---

<sup>36</sup> Documento: Decreto 1/67/Local: Prefeitura Municipal de Três Lagoas/MS – Setor de Aforamento/Livro: 007 Lei/Decreto/Resolução/De: 1967 a 1968/Espécie: Decreto/Número: 01/67/Data: 09.02.1967/Folha: 8 v a 10 v/Prefeito: Michel Thomé/Assunto: Dispõe sobre a regulamentação do Mercado Municipal e dá nova redação a alguns artigos.

<sup>37</sup> Documento: Lei 474/Local: Prefeitura Municipal de Três Lagoas/MS – Setor de Aforamento/Livro: 011 Leis/De: 11/77 a 11/84/Espécie: Leis 473 a 670/Número: 474/Data: 22.11.1977/Folha: 7 a 7 v /Prefeito: Ramez Tebet/Assunto: Regulamenta o funcionamento dos estabelecimentos comerciais aos domingos e feriados.

<sup>38</sup> Documento: Lei 484/Local: Prefeitura Municipal de Três Lagoas/MS – Setor de Aforamento/Livro: 011 Leis/De: 11/77 a 11/84/Espécie: Leis 473 a 670/Número: 484/Data: 22.08.1978/Folha: 12 a 13/Prefeito: Altair Cabral Tranin/Assunto: Regulamenta o funcionamento do comércio de Três Lagoas aos sábados, e dá outras providências.



quando outros locais passam a tomar força, como os supermercados, o movimento do *mercado* passa a diminuir.

### 1.2.5 Os frequentadores, os donos, os arrendatários e os trabalhadores dos espaços

O *mercado* de Três Lagoas agregava muitas pessoas diferentes, cada qual com sua função dentro daquele lugar. Ele tinha sua própria dinâmica e esta fez com que houvesse certa diferenciação de funções sociais naquele lugar, pois era organizado socialmente de acordo com a necessidade humana. O lugar nasce do trabalho enquanto resposta do homem a uma série de necessidades que deve se satisfazer para sobreviver e fazer história, uma vez que o homem ocupa um papel central na medida em que é sujeito, defendendo suas necessidades e seus interesses. Nesse sentido, se pode considerar como frequentadores do *mercado*:

A) os consumidores, que são aquelas pessoas que vão ao mercado, sempre ou eventualmente, para fazer compras. A partir de entrevistas coletadas na pesquisa pôde-se perceber que nesse sentido toda a população da cidade era frequentadora do *mercado*. Esse foi o discurso unânime dos entrevistados, que apontaram que pessoas de todas as classes frequentavam o *Mercado* nos anos de 1970. Para Júlia Teixeira, o frequentador do *mercado* era “todo o tipo de população, não tinha esse tipo de diferença não”;<sup>39</sup>

B) os donos e arrendatários dos espaços do *mercado* que desse local retiravam seu sustento; e

C) os trabalhadores do *mercado*, os funcionários da prefeitura municipal (servente, guardas, auxiliar administrativo e encarregado) e os empregados dos donos ou dos arrendatários, que também tiravam dali seu sustento, pois recebiam salário pelo trabalho realizado.

Na reportagem do *Jornal do Povo* em que é apresentada a súmula dos trabalhos da Câmara Municipal – Reunião Ordinária 05/06/73 aparece a indicação de um dos vereadores, ao executivo, solicitando providências para aquisição de fardamento e armamento para os guardas do *mercado*.<sup>40</sup> Também em outra súmula dos trabalhos

---

<sup>39</sup> Júlia Teixeira, 61 anos, entrevista realizada dia 12.02.2007 em Três Lagoas/MS em sua banca de verduras na parte interna do *mercado*.

<sup>40</sup> *Jornal do Povo*, Três Lagoas – MT, 08 de abril de 1973.

realizados na 3ª Reunião Ordinária – Exercício 1973, publicada também pelo *Jornal do Povo*, um dos vereadores pede para que o executivo municipal informe à Câmara se foi feita nomeação de outro fiscal de higiene municipal em substituição ao funcionário Wellington Azambuja, que se encontra servindo no *mercado*, em outra função.<sup>41</sup> Nessas duas súmulas de trabalhos, são apresentadas informações, ainda que sucintas, referentes aos trabalhadores do *mercado*.

### 1.2.6 Os produtos encontrados no *mercado*

O *mercado* teve, nos anos de 1970, a característica de ter variados estabelecimentos comerciais ali instalados e, por isso, a diversidade de produtos vendidos. Os discursos da própria população sempre apontam a diversidade ali encontrada. Um exemplo disso é a fala do Sr. Francisco Vicente da Silva, ao afirmar: “[...] olha, aqui tinha de tudo que você pensasse tinha”, ou seja, para ele, assim como para boa parte da população da cidade aquele lugar era bom e completo e, assim, o *mercado* era capaz de satisfazer todas as necessidades da população três-lagoense. O discurso de José Nunes Marques (re)afirma o discurso anterior, ressaltando que o *mercado* era organizado, bonito e moderno para a cidade na época.

A gente tem é saudade, essa recíproca é super verdadeira, a gente tem saudade daquela época, que aquilo era bonito, que aquilo que você queria, você ia e você encontrava, era um *ceasazinho* pequeno, tinha tudo, igualzinho aquele de Araçatuba lá, você vai ali e tinha tudo, o que você queria lá você encontrava verdura, você encontrava roupa, você encontrava tudo bem organizado, os *boxezinhos* tudo separado, com portas, tudo, iluminárias, coisas bem feitas pra época, que hoje não tem, hoje é, hoje a gente tem saudade.<sup>42</sup>

Havia movimentação de pessoas e muitas lojas no interior do *mercado*, e para aquelas pessoas que o frequentavam era o que havia de melhor, de mais bonito e moderno. É claro que o discurso de modernização e desenvolvimento foi incorporado pela população, mas, por outro lado, essas pessoas em suas experiências pessoais sentiam e vivenciavam o *mercado* como tal.

---

<sup>41</sup> *Jornal do Povo*, Três Lagoas – MT, 05 de novembro de 1972.

<sup>42</sup> José Nunes Marques, 70 anos, entrevista realizada dia 13.02.2007 em Três Lagoas/MS em sua residência.

A maioria das pessoas pouco conhecia outros lugares para poder comparar, além dos que havia nas cidades próximas. Nesse caso, o *mercadão* era sim o espaço de maior e melhor comodidade para a época naquela região do bolsão. Um exemplo disso eram os textos de propaganda veiculados no jornal da cidade nos anos de 1970 reafirmando a ideia de que aquele era o melhor lugar de comércio, pois, nele as pessoas encontravam todos os produtos que necessitavam ou desejavam.

Bazar Sobral e Bazar Oliveira I e II. Situados no Mercado Municipal, na Rua Oscar Guimarães e na Rua Paranaíba são os bazares onde se encontra de tudo: desde o afeto, a amizade e o carinho, até as melhores mercadorias, por que os seus proprietários - Os irmãos Oliveira - são bons mesmo e querem servir. Três Lagoas – MS.<sup>43</sup>

Observa-se que o discurso acima, explicitado por um bazar existente no *mercadão*, relaciona-se ao proferido por Francisco Vicente da Silva, ao afirmar que ali tudo poderia ser encontrado, começando pelo afeto, o que representa o estreitamento de laços fraternos que os comerciantes buscavam ter com seus clientes. Conforme José Nunes Marques, “[...] o movimento do *Mercadão* era um movimento assim de encher os olhos da gente na época, tudo que se queria, você encontrava, era de agulha de máquina a avião a jato, você encontrava [...]”<sup>44</sup>.

Ao analisar o que era vendido no *mercadão*, entende-se que ele realmente satisfazia a população naquele contexto, uma vez que as necessidades são criadas historicamente. O *mercadão* por certo período foi capaz de responder aos imperativos da sociedade, mas a mesma foi transformando-se e muitos dos comerciantes estabelecidos no *mercadão*, para adaptarem-se aos novos moldes da economia capitalista do comércio de primeira necessidade, passaram a instalar-se no centro comercial da cidade.

A população passou a preferir esses espaços, principalmente, os supermercados, pelos preços e comodidades oferecidas, além da feira-livre que voltava a funcionar no início dos anos de 1980. O *mercadão* não correspondia mais ao discurso oficial e da sociedade e entrava em decadência, tendo contado para isso também as mudanças que no decorrer dos anos ele próprio sofreu em seu interior e funcionamento como, por exemplo, a venda de seus boxes internos.

---

<sup>43</sup> Jornal do Povo, Três Lagoas – MS, 16 de abril de 1978.

<sup>44</sup> José Nunes Marques, 70 anos, entrevista realizada dia 13.02.2007 em Três Lagoas/MS em sua residência.

### 1.2.7 As relações comerciais no interior do *mercado*

É complexo pensar além das formas e das aparências no que diz respeito à cidade e aos seus espaços, é preciso também entrar no campo das relações comerciais, pois essas relações apresentam as transformações que ocorrem na cidade. Segundo Carlos (1992), ao discutir as cidades, a primeira impressão que se tem é do construído, muitas vezes se esquece das pessoas e as emoções que permeiam as relações humanas, pois estas estão além do diretamente percebido.

As transformações políticas e econômicas da sociedade no decorrer da história têm sido determinadas basicamente pela forma como organizaram e desenvolveram suas relações. No interior do *mercado*, especificamente os vendedores de produtos hortifrutigranjeiros, na sua maioria, compravam seus produtos ali mesmo, pois chegavam caminhões de fornecedores que entravam no pátio interno, chamados de atravessadores. Essa era uma transação permitida no interior do *mercado*. Nos anos de 1970, alguns comerciantes começaram a se destacar no seu ramo comercial e também ampliar seus estabelecimentos comerciais no interior do mesmo, pois, conforme já demonstrado, muitos comerciantes passaram de arrendatários do *mercado* a proprietários dos espaços. O *Jornal do Povo* apresenta um artigo abordando que com a permissão da venda a atacado para os comerciantes do *mercado* passou a haver comerciantes dentro dele que acabavam impondo seus preços, pois não somente eram fornecedores, mas também tinham suas bancas.

Podem alegar que possuímos um Mercado Municipal e que este está em condições de atender o povo. Em condições de atender não se pode negar, no entanto não atende as reais possibilidades populares e isso porque, ninguém ignora tudo o que comercia no Mercado passa pelas mãos de apenas dois comerciantes fortes da cidade.

Sendo assim estes impõem os preços e não permitem que os produtos sejam vendidos abaixo do que eles próprios vendem, sob pena, segundo fomos informados, de não fornecerem mais aos que possuem bancas naquele espaço do próprio do município. Esses dois comerciantes, que trazem mercadorias em alta escala dos centros produtores estão, por isso mesmo, em condições, de impôr preços, etc...Preferem até segundo se sabe e já foi verificado, atirar fora os produtos deteriorados pelo não consumo do que baixar os preços ou permitir que os outros baixem. Como os <<banqueiros>> estabelecidos no Mercado não tem condições de adquirir suas mercadorias nos grandes centros, esses comerciantes o fazem e em decorrência disso exigem a venda por aquilo que estipulam.<sup>45</sup>

---

<sup>45</sup> *Jornal do Povo*, Três Lagoas - MT, 01 de maio de 1977.

O declínio das atividades comerciais no *mercado* é atribuído, entre outros aspectos, a essa situação de imposição de preços no interior do espaço. Alguns comerciantes ali dentro eram também fornecedores dos produtos e com isso tinham o poder de controlar com maior facilidade os preços. De acordo com o *Jornal do Povo*, essa situação se dava com respeito aos produtos hortifrutigranjeiros. Com isso, começam as discussões entre os órgãos públicos da cidade e a propagação do discurso da imprensa em torno da criação da feira-livre, pois esta, segundo os discursos colocados, objetiva “[...] baratear para o público as verduras, legumes, ovos, frangos, frutas, e nada mais do que isso”.<sup>46</sup>

É importante verificar que no passado de Três Lagoas a feira representou o agrícola/atrasado, ideia essa que não mais se adequava à situação vivida pela cidade e, por isso, a necessidade de se criar o *mercado*. Para os órgãos públicos e alguns setores da sociedade três-lagoense, a feira não mais se adequava ao contexto de desenvolvimento. Em fins dos anos de 1970, o cerne das discussões é a criação de uma feira para sanar problemas que surgem no *mercado*, ou seja, a feira é discutida de uma forma diferente nos mesmos meios de comunicação e órgãos públicos que no passado aplaudiam o *mercado*. A feira passa a ser a saída para os preços elevados e, assim, a imprensa tenta introjetar na população a necessidade de sua volta à cidade, pois seria a única maneira de sanar os problemas advindos do *mercado*.

No final dos anos de 1950 e início de 1960, a necessidade urbana era de um mercado municipal, já no fim dos anos de 1970, com a existência do mesmo, havia a necessidade, posta por órgãos da imprensa, do retorno da feira-livre na cidade. De certa maneira, isso ocorreu para que fosse feita uma inserção de outro setor da população que estava às margens do comércio, os produtores que se localizavam ao redor da cidade. Assim, a cidade se reproduz continuamente, se modifica de acordo com as necessidades humanas que, muitas vezes, gira em torno do capital, “[...] a vida das pessoas se modifica com a mesma rapidez com que se reproduz a cidade (CARLOS, 1992, p. 19)”.

Devemos recordar que a Feira é uma necessidade, não apenas para que a população não fique sujeita aos preços exorbitantes cobrados em nosso Mercado - preços impostos por conhecidos açambarcadores – como também para dar saída aos produtos hortifrutigranjeiros que são cultivados na periferia urbana.<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> *Jornal do Povo*, Três Lagoas - MT, 11 de maio de 1977.

<sup>47</sup> *Jornal do Povo*, Três Lagoas - MT, 18 de setembro de 1977.

Essa feira funcionaria para que os produtores hortifrutigranjeiros dos arredores da cidade pudessem vendê-los, algo que não conseguiam no *mercado*. Para Cardoso e Singer (1972), não se pode desconhecer a presença de certas atividades agrícolas nas cidades, pois elas são praticadas nas periferias da área urbana. Busca-se, dessa maneira, uma maior articulação/relação com o campo. Cidade e o campo formam uma totalidade.

Os espaços não são apenas urbanos; existe a cidade e o campo. O modo de produção não produz cidades de um lado e campo do outro, mas ao contrário, esta produção compreende uma totalidade, com uma articulação intensa entre estes dois espaços. (SPOSITO, 1989, p. 64).

Frente ao que foi apontado pode-se perceber que as relações comerciais existentes dentro do *mercado* eram complexas e conflituosas. Os interesses do poder público municipal e dos proprietários dos espaços eram tão conflitantes que se torna uma característica do *mercado*. Um espaço denominado municipal, mas que a cada momento passa a ter proprietários dos espaços, não só externos, mas também internos.

## CAPÍTULO 2 – O *MERCADÃO* E AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS DE TRÊS LAGOAS

A cidade sempre conta uma história, ao percorrê-la é preciso ter olhos atentos. Segundo Makowiecky (2007, p. 01), “A cidade é o projeto primordial da modernidade, em que a totalidade vai se dando por pequenos pedaços e cada pedaço é importante. É preciso captar o singular de cada cidade”. Ela é plural, mas dentro dessa pluralidade existe o singular, é pode ser procurado e compreendido. E o que é esse singular? Ele pode ser visto de várias formas. No caso desta pesquisa é o *mercadão* de Três Lagoas.

A cidade pensada no plural faz as pessoas entenderem-na como objeto unificado, mas diferente disso, ela deve ser pensada no singular, pois dentro dela existe uma infinidade de criações, de situações, de trocas e de diferenças que estão imbricadas. O *mercadão* é um dos lugares, dos pedaços da cidade, não é uma porção a parte, mas é uma parte que forma a totalidade, o plural. É necessário um olhar mais apurado sobre a cidade para compreendê-la. Ela necessita de atenção, pois as mudanças são processuais e ocorrem cotidianamente. “A cidade se reconstrói a partir dos desejos e dos atos humanos. Igualmente sua forma é imposta pelos anseios e invenções dos homens, produtores e consumidores do espaço (ANDRADE, 2007, p. 2)”. Sempre muda, está em constante movimento, pois os seres humanos atuam sobre ela. A cidade é, portanto, resultado da ação humana, de seus atos, sonhos, pensamentos, intervenções, manifestações culturais, trabalho, entre outros aspectos “[...] é resultado direto da experiência dos homens que a habitam e fruto das realidades sociais, não importando que estejam no mesmo lugar e tenham ao longo do tempo o mesmo nome (LANNA, 1996, p. 25)”. São os indivíduos enquanto agentes históricos que vivem e imprimem suas marcas na sociedade, levando assim às mudanças nas formas urbanas, no aspecto físico e social.

A cidade pode ser analisada segundo diferentes dimensões que se interpenetram [...]. Diferentes sujeitos e grupos sociais se apossam do espaço, o experimentam-no e transformam. As formas urbanas por eles construídas produzem uma representação física dos modos de vida e das relações cotidianas das sociedades que ali viveram. São essas transformações imprimidas pelos indivíduos ao longo do tempo que leva o pesquisador a

refletir sobre as questões urbanas numa perspectiva de múltiplas possibilidades (LIMA, 2007, p. 01).

Não existe uma única dimensão para se analisar o urbano, as dimensões mesclam-se e as possibilidades de análise são múltiplas. Segundo Brescianni (1998), existem duas abordagens possíveis para a análise do urbano: uma essencialmente material em que a cidade aparece enquanto obra e outra em que ela aparece numa ótica social. Comungando desse conceito das diferentes abordagens da cidade, Lefebvre (1999) ressalta que

Mais do que um objeto dado a reflexão, a realidade do fenômeno urbano seria a de um objeto virtual. Se existe conceito é o da *sociedade urbana*. E, no entanto, ele não depende somente da sociologia. A sociedade urbana, com sua ordem e desordem específicas, se forma. Tal realidade envolve um conjunto de problemas: a problemática urbana. Aonde vai esse fenômeno? Para onde o processo de urbanização arrasta a vida social? Qual a nova prática global, ou quais as práticas parciais que ele implica? Como dominar o processo teoricamente e orientá-lo praticamente? Em direção a quê? Tais são as questões que se colocam ao urbanista e que ele faz aos especialistas, os quais não podem responder, ou respondem apenas por abuso de linguagem. (LEFEBVRE, 1999, p. 61 e 62).

O *mercado* faz parte da produção, do modo de viver das pessoas e das decisões político-administrativas dos governantes no âmbito municipal. Lefebvre (1999) aponta que a cidade é tudo e nada ao mesmo tempo, atuando como um ímã, atraindo o que está em volta, tanto os resultados da natureza quanto as relações de trabalho do homem. Ao fazer essa junção do que está espalhado na sociedade, a cidade centraliza, unifica e congrega concepções, criando, assim, novas formas, novas relações, que são primordiais no contexto urbano, pois na cidade tudo é diferente, está separado, mas as diferenças se relacionam e formam a semelhança.

As relações existentes no urbano multifacetado são variadas, as partes são articuladas, constata-se que a fragmentação é a expressão dos processos sociais. Esse espaço urbano é, também, representação da sociedade que o ser humano habita. “[...] o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado: cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade muito variável (CORRÊA, 1993, p. 7)”. É nesse sentido que aqui se analisa o *mercado* como um estudo específico das mudanças que se deram na cidade no decorrer dos anos de 1970.

A dialética está presente em todos os lugares e entendê-la é fundamental para compreender aspectos singulares que este trabalho apresenta. O *mercado* é um local



que mantém relações com a cidade, criado pela demanda de Três Lagoas que crescia por causa da instalação da Usina de Jupia.

É bem verdade que cada parcela do espaço tem particularidades históricas que lhe são únicas e que a caracterizam enquanto tal, mas estas particularidades – suas determinações específicas – também se determinam nas suas relações com o universal – nas determinações gerais, pois é na articulação (fundamentada na relação dialética entre o particular e o singular e o universal) que se desvenda o fenômeno em sua dimensão plena [...]. (CARLOS, 1989, p. 12).

Observa-se que cidade e *mercado* articulam-se. Dessa forma, o fenômeno aqui estudado é o *mercado* e suas relações com a cidade nos anos de 1970, que se dão entre parcelas do espaço que são determinadas pelas articulações com o global, pois Três Lagoas e o *mercado* não estão à parte de todos os processos de desenvolvimento que ocorrem no país, mas inseridos nele.

## 2.1 Estrutura urbana de Três Lagoas

A produção e a reestruturação do espaço é um processo em construção, em que os lugares mudam constantemente, não permanecem estáticos, pois têm influência da natureza e das ações humanas. Por isso, é preciso atentar para o processo histórico que permeia essas transformações, uma vez que as pessoas agem sobre os espaços modificando-o. Esses processos podem ser sentidos pela sociedade de forma lenta ou acelerada. Em cada período, as necessidades dos sujeitos são diferentes, são mutáveis e também capazes de fazer com que os homens e as mulheres tenham atitudes diferenciadas no meio em que vivem. É no sistema capitalista que essas relações dos seres humanos entre si e com o meio tornam-se cada vez mais conflituosas.

No capitalismo, o espaço urbano é profundamente desigual, o que é característica própria desse modo de produção. Como já dito, o espaço urbano é uma consequência da sociedade e esta apresenta dinamismo, pois esse espaço é mutável, tem ritmos de natureza diferenciados, mantendo-se desigual, mesmo que as formas do espaço alterem-se ele ainda permanece fragmentado e articulado (CORRÊA, 1993). Essa característica de mutação é complexa, já que tem ritmos e processos diferenciados, porém, mesmo com essa dinâmica, a cidade capitalista, assim como o sistema de produção, procura reestruturar-se para constantemente manter-se ativo. “Nesse sentido, o

espaço urbano pode ser o reflexo de uma sequência de formas espaciais que coexistem lado a lado, cada uma sendo originária de um dado momento (CORRÊA, 1997, p. 148)”.

Há um movimento cíclico no que se refere ao urbano. A cidade é tanto cenário quanto objeto de lutas sociais, todos visam o direito à cidade. Para Corrêa (2007), a organização e a (re)organização do espaço social formam-se com a transformação da natureza em espaços construídos, na verdade, são as marcas próprias de cada sociedade. A estrutura urbana das cidades no decorrer da história foi se (re) modelando e, principalmente, com o advento do capitalismo, o espaço urbano passou a ser modificado também por meio das atividades comerciais. Com o desenvolvimento, a cidade passa a diferenciar-se e (re) estruturar-se fisicamente e com o tempo a ser planejada.

A partir do século XVIII, as cidades passam a apresentar “[...] traçados mais regulares, utilizando a forma de tabuleiro de xadrez (LANNA, 1993, p. 33)” e passam a ser racionalizadas. Esse foi um marco na história urbana, os traçados regulares nas cidades proporcionaram nova dinâmica estrutural. A cidade é a expressão concreta de uma gama de processos sociais e também pode ser “[...] vista como forma de organização do espaço pelo homem (CORRÊA, 1997, p. 121)”.

Essa é a cidade do mundo ocidental: capitalista e contemporânea que cria a progressiva urbanização da humanidade. Entre os vários agentes modeladores que consomem e produzem o espaço urbano dessa cidade capitalista está o Estado. Ele efetiva as ações com interesses e em meio a conflitos de diferentes segmentos de classes, tendendo a dar prioridade aos objetivos daqueles que estão no poder (CORRÊA, 1993). Isso se aplica também à cidade de Três Lagoas, pois

a fragmentação e o zoneamento do espaço urbano foram feitos pelo Estado, via municipalidade, e tal espaço foi apropriado por pessoas detentoras do poder; poder esse adquirido pela capacidade representativa do capital, seja ele rural (pecuária), seja ele urbano (comércio). (SILVA, 1992, p. 145).

A estrutura urbana de Três Lagoas começa a formar-se com o início das obras de construção da ferrovia Noroeste do Brasil (NOB) no ano de 1909. A vila surge *ao silvo da locomotiva*, o então símbolo do progresso, ganhando consistência com a inauguração da estrada de ferro Noroeste do Brasil, em 1910. Até 1912 a área ocupada era de um traçado irregular com ocupação dispersa e construções precárias, características marcantes de uma população que ocupava o local provisoriamente, ou

seja, que não tinha a intenção de formar núcleo fixo. Historicamente, essas aglomerações provisórias atraem outras pessoas em busca de trabalho ou para estabelecimento de pequenos comércios, formando-se então, quase sempre, povoados permanentes. Em Três Lagoas, não foi diferente. O objetivo era construir a ferrovia, mas esse aglomerado provisório ao receber novos “moradores” deu origem a uma vila fixa.

Com a primeira estação ferroviária, surgem os primeiros traçados urbanos “[...] obedecendo a um plano em xadrez (CATTÂNIO, 1976, p. 13)”. Evidencia-se a racionalização do espaço e demonstra-se a intenção de edificar uma cidade de caráter permanente. Já em 1921 era estabelecido o Código de Posturas da cidade, pela Resolução nº. 42/1921. Por esse Código, percebe-se que desde o início se buscou estabelecer uma cidade planejada. O município foi dividido em três zonas: urbana, suburbana e rural. Atualmente, conforme mapa abaixo, na zona urbana, a área central da cidade de Três Lagoas está definida pelas avenidas Filinto Müller, Eloy Chaves, Rosário Congro e Olinto Mancini, que formam a zona mais valorizada da cidade e de definida vocação comercial. Destaca-se também, nesse mapa, algumas das ruas principais de comércio nos anos de 1970 – Rua Bruno Garcia, Paranaíba, João Carrato e Avenida Antônio Trajano e o quarteirão onde se localizava o antigo mercado municipal da cidade, na Rua João Carrato.



Fonte: Prefeitura Municipal de Três Lagoas, 2000.

**Figura 5** - Mapa da estrutura urbana de Três Lagoas.

De acordo com o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) de 1999,<sup>48</sup> é neste quadrilátero (das avenidas destacadas) que nos anos de 1970 estava a maior concentração de comércio e prestação de serviços. Como normalmente ocorre nas cidades, o espaço urbano começa a se formar do centro para a periferia. Em Três Lagoas, as áreas com preferências sempre foram as centrais, mas com o tempo os custos dos lotes passam a ser proibitivos para uma parcela da população. Assim, mesmo antes de todo o espaço central ser tomado, as áreas periféricas foram sendo ocupadas.

## **2.2 Processo de industrialização**

No início dos anos de 1970, sob a ditadura militar e a presidência do General Emílio Garrastazu Médici, o país vivia o chamado “milagre brasileiro”, nome dado à recuperação da economia, resultante da manutenção da política econômica desenvolvimentista, em que se projetava um Brasil desenvolvido. Vale lembrar, porém, que esse crescimento não foi acompanhado por políticas ou programas sociais, resultando dele uma forte concentração da riqueza e do crescimento exorbitante da dívida externa. De acordo com o então ministro responsável pela área econômica, Delfin Neto, era necessário primeiro fazer o bolo crescer para depois dividir. Posteriormente, veio o governo Geisel (1974-1979) que iniciou o processo de abertura política e representou o fim desse *milagre econômico* bem como o início da crise geral, política e econômica do país.

Não somente o Brasil, mas todo o mundo capitalista, estava passando por um momento de (re) ordenações principalmente quanto à organização das cidades, visando o seu desenvolvimento e para isso foi criada por François Perroux a teoria dos pólos, assinalando a importância da criação de cidades-pólos, que teriam o desenvolvimento industrial acelerado e conseqüentemente irradiaria o crescimento da localidade na qual estivessem inseridas. O interesse era concentrar para descentralizar e que se criassem, a partir dessas áreas, as chamadas economias de aglomeração, além de estimular esses pólos na dinamização da economia regional.

---

<sup>48</sup> Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) de Três Lagoas dos anos de 1999.

A produção do espaço voltada para o desenvolvimento industrial, embasada na teoria das cidades-pólos, faz com que se crie no Brasil o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), lançado em 1971, com metas para o período de 1972 a 1974, tendo como objetivo a ampliação do mercado nacional. Para a implantação do I PND, foram feitos estudos a respeito da região Centro-Oeste e delimitadas áreas-programas nas quais foram intensificados os investimentos. Os locais selecionados foram consolidados no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), de 1975 a 1979, e uma das cidades escolhidas foi Três Lagoas<sup>49</sup>. Assim, ela passa a estar em sincronia com a política desenvolvimentista brasileira que se dava naquele momento histórico embasada no desenvolvimento industrial, principalmente das cidades do interior. Três Lagoas, assim como as outras cidades<sup>50</sup> que foram elevadas ao nível de pólos de desenvolvimento, tinha a responsabilidade de impulsionar a indústria de alimentos e continuar o esforço na modernização e a reorganização das indústrias tradicionais, bem como atenuar os desníveis regionais de desenvolvimento industrial (SOUZA, 1995).

Inserida no Programa Nacional de cidades de médio porte, Três Lagoas foi beneficiada com uma série de recursos, tanto da Superintendência de Desenvolvimento para o Centro-Oeste (SUDECO), quanto do governo do estado. Em decorrência disso durante os anos de 1970 a cidade sofreu modificações em sua economia e sociedade tornando-se pólo regional. É importante considerar a historicidade dos processos no sentido de que se inserem numa relação de tempo e espaço, essas que se desdobram com o passar dos anos e indica a propensão da cidade a tornar-se economicamente polarizadora do ponto de vista industrial e de abastecimento.

As bases potenciais para esta polarização já existem: é o município mais populoso e urbanizado na região, além de possuir uma concentração proporcionalmente alta de atividades econômicas urbanas, em especial no sub-setor de serviços. Além disso, é atualmente um dos pólos estaduais para onde se canalizam os incentivos à industrialização que, se concretizada, tal como indicam as tendências, o colocará numa posição economicamente estratégica.<sup>51</sup>

Resultante de uma nova ordem econômica por conta do avanço capitalista no interior do Brasil, havia a necessidade de descentralização dos grandes parques

---

<sup>49</sup> A questão dos Planos Nacionais de Desenvolvimento não foram aprofundadas por não ser objeto deste trabalho.

<sup>50</sup> Também foram consideradas cidades pólos no Sul do Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, Dourados, Corumbá e Campo Grande.

<sup>51</sup> Estudos do Impacto Ambiental do Empreendimento Florestal e Industrial da Empresa Champion Papel e Celulose Ltda. Volume seis (06), p. 269.

industriais, por isso os mesmos começam a se instalar nas cidades do interior, especialmente nos distritos industriais que são criados para esse fim como é o caso do Distrito Industrial de Três Lagoas I (DITL I). O que ocorria era a política dos pólos, via distritos industriais. Nesse sentido, as ações oficiais foram direcionadas com prioridade para a criação dos distritos industriais, atraindo assim atividades complementares (SOUZA, 2002).

Vultosos investimentos foram aplicados em Três Lagoas para que ela se tornasse e consolidasse como pólo de desenvolvimento. Havia até mesmo um programa financeiro de implantação do Distrito Industrial de Três Lagoas I (DITL I), sendo programados estudos e projetos, terraplanagem, abastecimento de água, sistema viário, sistema de águas pluviais, sistema de esgoto, sistema de energia elétrica, sistema de telecomunicações, sistema de água, além de obras civis, criação de áreas verdes e obras ferroviárias. Porém, muito do que se projetou não foi feito. O projeto para esse distrito apresenta alguns fatores influentes no processo de industrialização como a existência de um mercado regional considerado importante, o fato de ter matérias-primas de natureza agropecuária susceptíveis à industrialização *in loco*, entroncamento rodo ferroviário que facilita o transporte da produção e a proximidade com as fontes de energia hidroelétrica (Complexo de Urubupungá).

Cattânio (1976) ressalta que a tendência é que as indústrias busquem localização vantajosa em resposta às suas necessidades locais. Em Três Lagoas, existia pouca organização das instalações industriais e em meados dos anos de 1970 ainda estava acertando seus primeiros passos no sentido industrial. A ideia de desenvolvimento da cidade no âmbito industrial é repetitiva, mas ainda

[...] as indústrias estão instaladas de maneira pouco orientada para a formação de um parque industrial; [...] um fator revelador do estágio inicial de industrialização é o número reduzido de estabelecimentos industriais: 105, sendo todas elas de pequeno porte. (CATTÂNIO, 1976, p. 62 e 63).

Na tabela 1, demonstra-se o efetivo de indústrias, distribuído por categorias. Somente foram contadas as indústrias com cinco (5) ou mais operários, “[...] sendo, portanto, as restantes 31, pequenos estabelecimentos com características de indústria caseira, e até de artesanato (CATTÂNIO, 1976, p. 63)”.

**Tabela 1:** Efetivo de indústrias, distribuído por categorias.

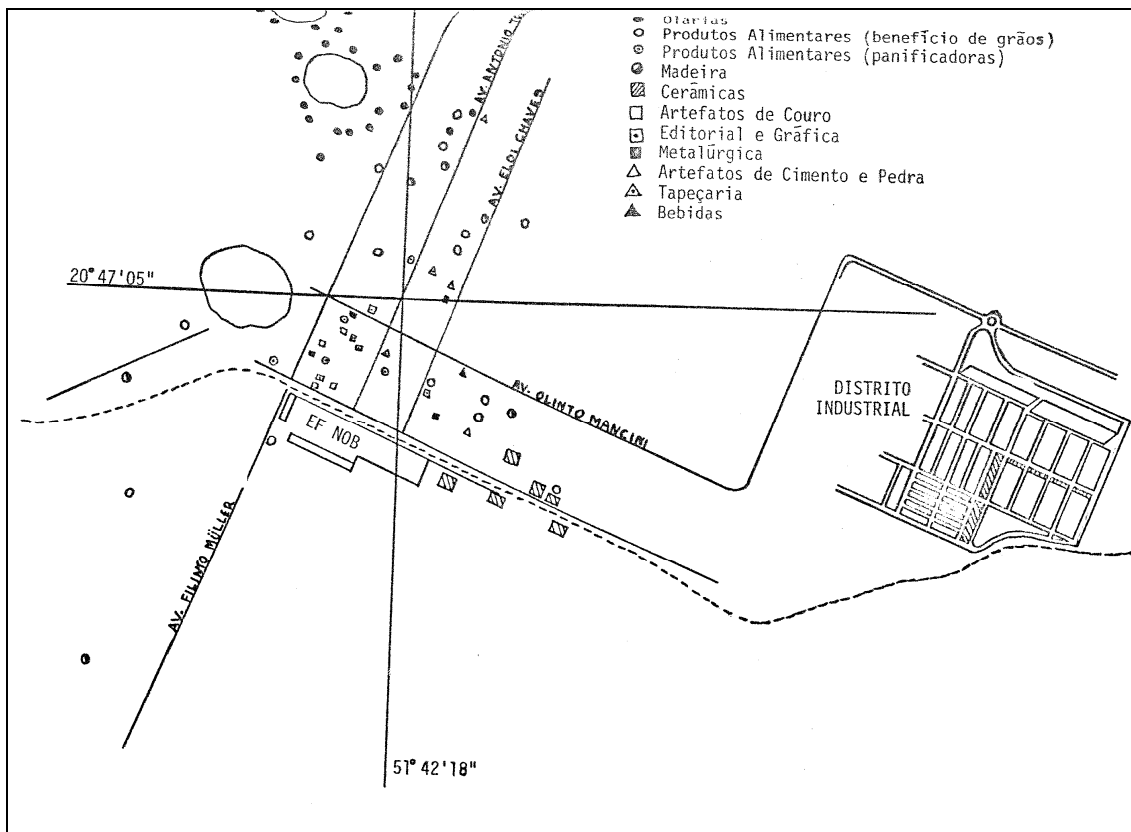
<b>CATEGORIAS</b>	<b>EFETIVO</b>	<b>% SOBRE O TOTAL</b>
Olarias	24	39
Alimentares (benefício de grãos)	13	17,4
Alimentares (panificadoras)	5	6,5
Madeira	6	8
Cerâmica	6	8
Artefatos de Couro	5	6,5
Editorial e Gráfica	5	6,5
Metalurgia	4	5,3
Artefato de Cimento e Pedras	3	4
Tapeçaria	2	2,6
Bebidas	1	1,6
<b>TOTAL</b>	<b>74</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** (CATTÂNIO, 1976, p. 63)

**Org.:** Leisa Robles Borba da Silva

Percebe-se, nessa tabela, que o maior número de indústrias existentes em Três Lagoas era de olarias, num total de 24 (vinte e quatro), o que estaria ligado ao significativo aumento populacional dos anos de 1960, pois o aumento da população leva ao crescimento urbano e isso significa maior número de moradias.

O total de indústrias catalogadas foi de 74 (setenta e quatro), dividindo-se nas categorias de olarias, alimentares (benefício de grãos), alimentares (panificadoras), madeira, cerâmica, artefatos de couro, editorial e gráfica, metalurgia, artefato de cimento e pedras, tapeçaria e bebidas. Diante desses dados, é interessante observar também a distribuição espacial desses estabelecimentos, conforme a figura 6.



Fonte: (CATTÂNIO, 1976, p. 62)  
 Org.: Leisa Robles Borba da Silva

**Figura 6** - Distribuição espacial dos estabelecimentos industriais.

Por meio da figura 6, é possível perceber que as indústrias de Três Lagoas estavam muito dispersas pelo perímetro urbano e, no ano de 1976, ainda nenhuma indústria havia se instalado no Distrito Industrial que foi criado pelo

Decreto Municipal N° 19, de 08 de janeiro de 1975, declarou de utilidade pública, para efeito de desapropriação, uma área de 455 ha. (quatrocentos e cinquenta e cinco hectares), situada à margem esquerda da Usina Hidrelétrica de Jupia, para a implantação do Distrito Industrial de Jupia em Três Lagoas (SOUZA, 2002, p. 205).

Esse local foi adquirido pela Prefeitura Municipal exclusivamente para a implantação desse distrito, porém, nele poucas foram as indústrias que efetivamente se fixaram. O distrito industrial ficava localizado na antiga Vila Piloto de Jupia, aproveitando uma estrutura criada para abrigar os operários da construção da Usina de Jupia, conforme já exposto. Muitos esforços foram feitos para a instalação das devidas indústrias (CATTÂNIO, 1976), mas poucos foram os resultados obtidos.



As indústrias existentes, em meados dos anos de 1970, em Três Lagoas têm como característica serem empresas de pequeno porte baseadas em sua maioria na transformação de matérias-primas. De acordo com Souza (2002), no projeto de implantação do distrito industrial I estava prevista a instalação de uma série de ramos industriais,

minerais não-metálicos, exceto as olarias que se localizariam junto às fontes extrativas; metalurgia; madeira; mobiliário; couros; peles e similares; produtos químicos, exceto a refinação de produtos alimentares; têxteis; vestuário, calçados e artefatos de tecidos; produtos alimentares; bebidas; editorial e gráfica. (SOUZA, 2002, p. 225).

Ainda de acordo com Souza, se por um lado, a lista dos ramos industriais era razoavelmente extensa, por outro lado, indicava o papel que a região ocupava no contexto da divisão regional do trabalho, em termos de Brasil. Esse distrito “[...] comporta em termos numéricos uma maior quantidade de indústrias de capital local, via de regra, não contempladas pela legislação de incentivo fiscal (SOUZA, 2002, p. 251)”. A primeira indústria a se instalar no Distrito Industrial foi o “[...] Laticínio Karina de propriedade do industrial Taufic Mohamad Farran, gerando 35 empregos (CÂNDIDO, 1998, p. 29)”. As atividades desse laticínio duraram até 1985. Logo após, o Laticínio Marajó se instalou no local. Conforme Cândido (1998), outra empresa instalada nesse período foi a Agrosul, em 1979, com 6 empregados, no setor de armazenagem de grãos de diversas regiões brasileiras principalmente arroz e farinha de mandioca para o mercado consumidor local.

Após a instalação do Frigorífico de Três Lagoas FRIGOTEL (1984), o setor secundário da cidade só apresentou crescimento significativo a partir de 1997, no momento em que o Distrito Industrial recebeu indústrias de médio e grande porte. “A ocupação do DI de Três Lagoas tem sido intensificada nos últimos anos, desde sua criação, no ano de 1975, ele abrigou durante duas décadas, poucas indústrias como a Triação, a Trema, e a Cargill (Matossul) (PAGANELI, 2002, p. 58)”. A Triação fabricando chapas de aço, a Trema com a manufatura de madeira e a Cargill com estocagem de grãos.

Há também instalações não industriais ocupando o espaço destinado primordialmente ao distrito industrial, como, por exemplo, o clube do ministério do exército que já havia se instalado em 1972, antes mesmo da instalação do distrito e permanece naquele espaço até os dias atuais e também há alguns galpões construídos em

1979 com recursos do Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO) e atualmente são ocupados pela GS PLÁSTICOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

A partir dos dados apresentados, é possível perceber que a industrialização de Três Lagoas nos anos de 1970 pouco se desenvolveu. As poucas indústrias que se instalam são de cerâmicas e outras de capital local. Como não atingiu aos objetivos que haviam sido propostos, aos poucos aquela área passou a ter outros fins. Um deles foi o de se tornar uma área de residências de população de baixa renda com a instalação de um conjunto habitacional de baixa renda – a Vila Piloto, depois, nos anos de 1980, parte dessa área foi destinada para a criação do cinturão verde da cidade. Em fins de 1990, a cidade tem um novo *boom* de industrialização e é criado um novo distrito industrial (DITL II) com recursos da CESP.

A industrialização de Três Lagoas nos anos de 1970 foi um ideal de desenvolvimento presente nos discursos municipais, estaduais e federais, mas que surtiu poucos resultados. O distrito industrial foi instalado, mas os poucos estabelecimentos que se construíram foram os que já estavam em algum outro espaço da cidade e apenas se transferiram para o Distrito Industrial de Três Lagoas I (DITL I). O documento da Champion<sup>52</sup> aponta que apenas no período de 1980 começa efetivamente a se configurar a diversificação do planejamento econômico direcionado à industrialização local de Três Lagoas, e se interligando às potencialidades do setor agropecuário.

Nos anos de 1970, realizaram-se empreendimentos intra-urbanos e também de higienização. Havia a preocupação com a ordenação dos espaços urbanos, como, por exemplo, a criação de um local específico para as atividades industriais que no caso foi o Distrito Industrial. Nesse contexto, insere-se também o *mercado* dando novos significados para alguns lugares da cidade, como é o caso do comércio de primeira necessidade. Dessa forma, é possível relacionar o processo que a cidade estava passando com o *mercado* nos anos de 1970.

Os motivos que explicam tal discurso em Três Lagoas é que a cidade tem vantagens pela sua localização geográfica de divisa com o estado de São Paulo, e também a presença da Usina Jupiá com seu potencial energético, a facilidade de escoamento da produção pela ferrovia e pela hidrovía Tietê-Paraná. Esses fatores e por ter sido considerada como cidade-pólo e alvo de investimentos nos anos de 1970 fez com que esse ideal fosse fortalecido. “É frequente associar a ideia de ‘progresso’ com os

---

<sup>52</sup> Estudos do Impacto Ambiental do Empreendimento Florestal e Industrial da Empresa Champion Papel e Celulose Ltda. Volume seis (06).

processos de crescimento urbano e industrialização, e supor que esses mantêm entre si uma relação tão estreita e necessária que ambos os termos possam ser usados de maneira quase intercambiável” (PEREIRA, 1979, p. 86). Os meios de comunicação, em grande parte reproduzindo o discurso oficial, foram responsáveis por disseminar a ideia de modernização da cidade, do crescimento e legitimar essas ações junto à população para que pudessem vislumbrar o processo de crescimento vertiginoso e ordenado que passava a cidade.

Um dos discursos do *Jornal do Povo* é que “[...] Três Lagoas é a capital energética do Brasil de amanhã, disso não tenhamos dúvida”<sup>53</sup>. Na mesma declaração, é colocada que foi a cidade de Três Lagoas que “[...] cuidou da construção do maior projeto hidrelétrico da América Latina: O Complexo de Urubupungá”<sup>54</sup>. Há verdadeira apropriação dos méritos da hidrelétrica para Três Lagoas, o que não pode ser afirmado, pois a Usina veio para a cidade por causa da sua localização geográfica e da disponibilidade de recursos hídricos, que gera potencial energético, e mais, a responsabilidade para tal obra pesava sobre os órgãos públicos federais, e não municipais. É nesse discurso de que Três Lagoas entrou num ritmo sem retrocesso, de que já havia a preocupação de transformar a cidade num complexo captador de investimentos industriais para aproveitar o complexo energético de Jupiá, que a cidade via-se e centrava-se nos anos de 1970.

Também no *Jornal do Povo* de 3 de março de 1974 se evidencia Três Lagoas como cidade industrial com futuro próximo e em 15 de junho de 1974 a reportagem de capa foi: “*Isto é Três Lagoas. Futura cidade industrial*”. Os discursos sempre sugerem a industrialização, e em outra reportagem, essa de 20 de outubro do mesmo ano, é ainda colocada que “[...] em poucos anos Três Lagoas será a primeira cidade industrial do estado”<sup>55</sup>. Ou seja, ocorria um discurso ufanista que ao mesmo tempo garantia e destinava recursos aos líderes locais, também legitimava os mesmos no plano eleitoral, dessa forma, arrecadava recursos com o objetivo de fazer os empreendimentos estruturantes de Três Lagoas.

O poder público municipal confiava no desenvolvimento da cidade via industrialização, mas isso realmente não vingou nos anos de 1970. Essa *cidade do desejo* é símbolo das ideias de quem a pensou e a estruturou, podendo ser realizada ou não. As

---

<sup>53</sup> *Jornal do Povo*, Três Lagoas – MT, 28 de fevereiro de 1973. Em todos os números desse periódico havia uma coluna intitulada “Fato em Foco”, em que ficava expressa a opinião do *Jornal do Povo*.

<sup>54</sup> *Jornal do Povo*, Três Lagoas – MT, 28 de fevereiro de 1973.

<sup>55</sup> *Jornal do Povo*, Três Lagoas – MT, 20 de outubro de 1974.

elites econômicas e políticas durante os anos de 1970 em Três Lagoas foram agentes *produtores do espaço*, tentaram produzir a *cidade do desejo*, que não se concretiza, mas talvez, por isso mesmo, alimenta e realimenta o discurso de desenvolvimento e modernização incentivando novas práticas e novos usos dos espaços.

### 2.3 O comércio da cidade

O comércio é a atividade econômica que tem sua razão de ser na divisão e especialização do trabalho das diferentes necessidades humanas, até porque as transformações políticas e econômicas da sociedade no decorrer da história têm sido influenciadas pela forma como organizaram e desenvolveram suas relações comerciais. Assim, é possível entender a dinâmica da cidade e do *mercado* ao analisarmos como estava sendo produzido<sup>56</sup> o comércio de Três Lagoas que era, e ainda é, também, o *mercado*.

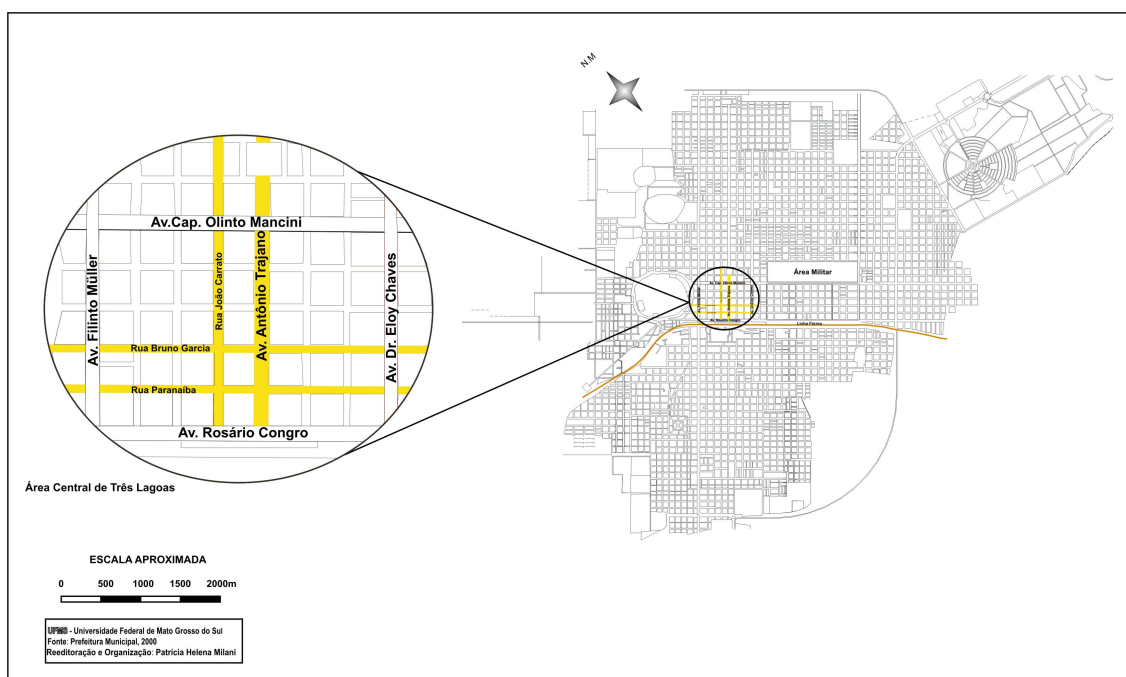
Como já demonstrado anteriormente o comércio três-lagoense desde o final da década de 1960 e início dos anos de 1970 está basicamente concentrado no quadrilátero formado pelas ruas Paranaíba, João Carrato, Bruno Garcia e Avenida Antônio Trajano, ali estão os principais estabelecimentos comerciais, sendo considerado o centro comercial da cidade. Os outros bairros não têm essa característica comercial, resumindo-se essa atividade nos açougues, armazéns, mercearias, bares e etc.

Na rua Paranaíba e nas paralelas e perpendiculares à esta, próximo ao centro ativo, se localizam os mais importantes estabelecimentos, tornando intenso o movimento de pedestres e viaturas, principalmente em certos horários do dia. (RELATÓRIO, 1970, p. I A: 4. 07).

---

<sup>56</sup> Como já foi citado anteriormente, trabalha-se nesta dissertação com o conceito de produção do espaço.

O mapa a seguir demonstra em realce essas ruas citadas.



Fonte: Prefeitura Municipal de Três Lagoas, 2000.

**Figura 7** - Mapa da principal área do comércio de Três Lagoas.

No início de 1970, estavam registrados na prefeitura de Três Lagoas 520 estabelecimentos comerciais distribuídos entre o setor de comércio e o de serviços conforme a tabela, a seguir.

**Tabela 2:** Atividades comerciais e de serviços/número de estabelecimentos.

ATIVIDADES	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
Comércio	
• Varejista	365
• Atacadista e Misto	18
Serviços	94
Profissionais	28
Não especificados	15
<b>TOTAL</b>	<b>520</b>

Fonte: Cadastro da Prefeitura Municipal e Pôsto de Fiscalização do Ministério do Trabalho e Previdência Social In: (RELATÓRIO, 1970, p. III B: 3. 06).

Org.: Leisa Robles Borba da Silva

Já em meados dos anos de 1970, o número de estabelecimentos era maior que o existente no início da mesma. Conforme Cattânio (1976), haviam 564 estabelecimentos comerciais cadastrados no ano de 1974 na cidade, mas somente 105 estavam expostos na planta urbana. O critério usado para representar esses estabelecimentos comerciais foi baseado no volume de negócios. Dessa forma, foram apontados na planta apenas os estabelecimentos comerciais com movimentação maior do que Cr\$ 80.000 (Oitenta Mil Cruzeiros) ao ano, ou seja, somente os maiores estabelecimentos foram expostos nessa planta urbana de 1974, não representando o total de estabelecimentos que tinha a cidade naquele período. Isso fica comprovado na tabela, a seguir, com a distribuição do comércio, por categoria e efetivo no município.

**Tabela 3:** Distribuição do comércio, por categoria e efetivo.

<b>CATEGORIAS</b>	<b>EFETIVO</b>	<b>% SOBRE O TOTAL</b>
Materiais de Construção e ferragens	06	5,7
Secos e Molhados, Bar	30	28,6
Artigos para vestuário	14	13,4
Supermercados	09	8,6
Calçados	06	5,7
Bancos	06	5,7
Farmácias	07	6,6
Eletrodomésticos	04	3,8
Comércio de Veículos e Auto Peças	11	10,5
Comércio de combustíveis e Auto Postos	05	4,8
Hotéis	07	6,6
<b>TOTAL</b>	<b>105</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** CATTÂNIO, 1976, p. 60.

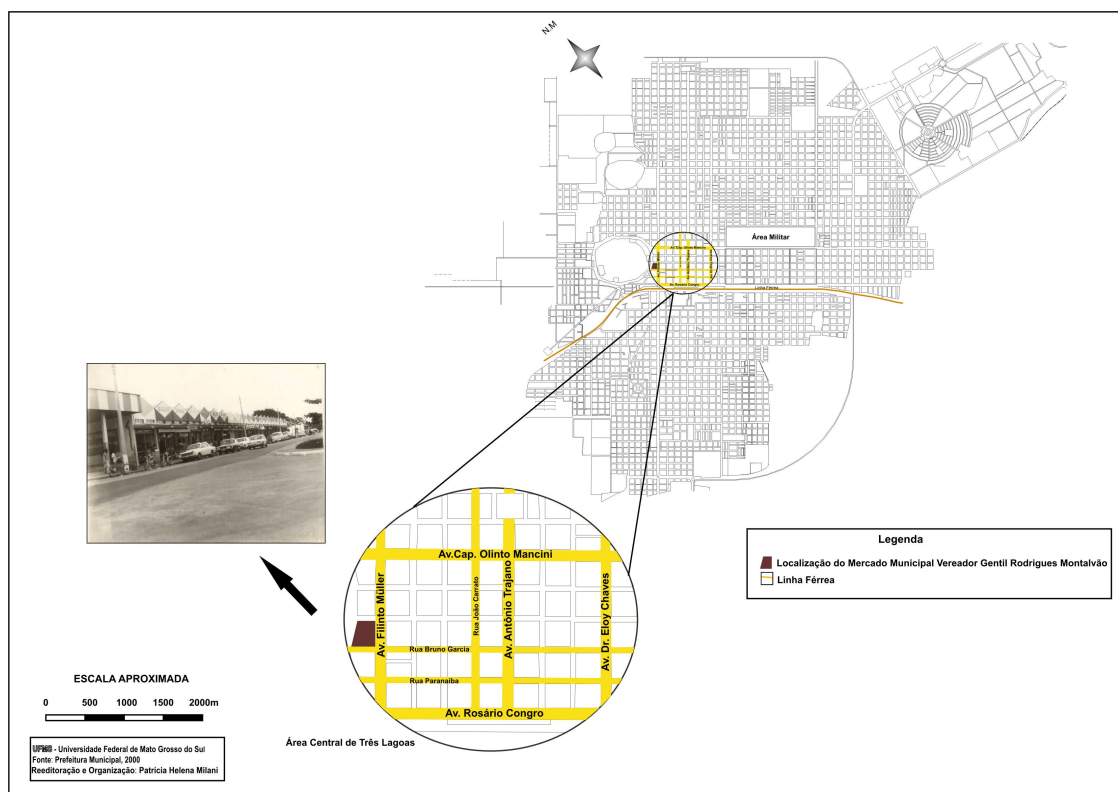
**Org.:** Leisa Robles Borba da Silva

Em 1974, os 105 estabelecimentos comerciais apontados na planta urbana, equivaliam a 18,6% do total e representavam 80% das atividades da cidade. De outro lado, estavam os outros 459 estabelecimentos que eram de pequeno porte e localizados de forma dispersa pela cidade, em geral eram bares que também atendiam com gêneros de primeira necessidade aos moradores de áreas mais distantes do centro.

Dos supermercados existentes em Três Lagoas, três localizam-se na área central da cidade e são apenas esses que mantêm as seções de verduras, frutas e açougue. O comércio de gêneros de primeira necessidade está concentrado nessa área. O

*mercado* também está localizado na área central da cidade, mas não na principal área do comércio, que é um pouco menor e mais concentrada, conforme já trabalhado anteriormente.

Em meados dos anos de 1970, outros eixos comerciais passam a ter importância, como é o caso da Avenida Filinto Muler em que está instalado o *mercado*, atraindo outros tipos de comércio, pois, conforme aponta Cattânio (1976), nas proximidades existiam três (3) secos e molhados (bares), um (1) supermercado e dois (2) hotéis. Isso demonstra o crescimento do comércio na proximidade do *mercado*, atraindo também outras casas comerciais, com artigos correlatos (CATTÂNIO, 1976, p. 61).



Fonte: Prefeitura Municipal de Três Lagoas, 2000.

**Figura 8** - Mapeamento de outros eixos comerciais de Três Lagoas.

Detalhe ampliado da imagem do *mercadão*:



Fonte: Prefeitura Municipal de Três Lagoas.

**Figura 9 - Mercado.**

Analisar o *mercadão* de Três Lagoas como um estudo de caso das transformações urbanas da cidade nos anos de 1970 é, também, refletir sobre o abastecimento de alimentos na cidade e o comércio, pois o mesmo foi um importante centro comercial. Há a responsabilidade por parte do poder público municipal de manter juridicamente formas para que a população supra as necessidades básicas de alimentação. Em Três Lagoas, nas décadas de 1960 e 1970, a prefeitura procura cumprir essa sua função através do estabelecimento do mercado municipal. Inicialmente, nos primeiros anos da década de 1960 foi instalado o Mercado Municipal “*Leal de Queiróz*”, menos de 10 anos depois sob o discurso de que o referido mercado não mais supria as necessidades da população foi construído o *mercadão* municipal cujas funções e normatizações estavam estabelecidas no artigo 248 do código de postura da cidade. De acordo com o artigo citado, os mercados municipais

são centros de comércio a varejo de gêneros alimentícios, destinados ao abastecimento da população, sob licença, controle e fiscalização da Prefeitura, com o objetivo de promover a venda direta desses artigos do produtor ao



consumidor e evitar atividades especulativas de intermediários e outros fatores que oneram o preço dos produtos.<sup>57</sup>

Apesar do Código de Postura do Município determinar que o *mercadão* fosse destinado à venda direta dos produtores para os consumidores, o convênio assinado pela prefeitura com a empresa responsável pela sua construção já estabelecia a venda de boxes externos e pouco tempo depois também boxes da parte interna do *mercadão* passaram a ser vendidos como também passou a ser permitida a presença dos chamados atravessadores. Com isso, começa haver na cidade, especialmente através do *Jornal do Povo*, órgão de imprensa de oposição ao grupo político que mantinha o poder na municipalidade, o discurso da necessidade de estabelecimento de feiras livres como a saída para os altos preços praticados no *mercadão*.

### **2.3.1 As feiras-livres**

Em fins dos anos de 1970, com o *mercadão* já em decadência, alguns setores da sociedade e principalmente a imprensa começam a discutir a necessidade de um novo espaço para o comércio de produtos hortifrutigranjeiros, cujos preços eram bastante altos no *mercadão*. Para esses setores, a alternativa para o abastecimento da cidade desses produtos (hortifrutigranjeiros e outros produtos considerados de primeira necessidade) era a instalação de uma feira-livre. Importa observar que durante o período aqui enfocado, a discussão em torno da feira-livre na cidade é recorrente, ora precisa ser desativada, ora precisa ser (re) ativada, isso, conforme os interesses de setores dominantes da sociedade e do poder público constituído. Por exemplo, logo no início dos anos de 1970, ou seja, logo após a inauguração do *mercadão*, a Câmara Municipal de Vereadores propôs a criação de feiras-livres na cidade. Conforme projeto de lei número 326 de 12 de abril de 1970, a intenção era criar três (3) feiras-livres que funcionariam intercaladamente às terças, às quintas e aos domingos.

Esse projeto não obteve êxito naquele momento, mas essa questão volta a ser discutida e em fins dos anos de 1970 a instalação da mesma é aprovada pela lei número

---

<sup>57</sup> Documento: Lei 483/Local: Arquivo da Câmara Municipal de Três Lagoas/MS/Espécie: Lei/Número: 483/Data: 25.04.1978/Folha: 01 a 110/Assunto: Institui o Código de Posturas do Município de Três Lagoas, e dá outras providências. (Projeto de lei)

de 470 de 1 de novembro de 1977.<sup>58</sup> No artigo segundo dessa lei, o Poder Executivo autoriza e determina os locais, dias da semana e onde deveriam funcionar as feiras livres. É revogado o impedimento de se instalar qualquer feira a mil metros de raio do *mercado*, texto esse que consta na alínea “a” do artigo quinto da lei 294, de 17 de julho de 1977. Isso demonstra que o *mercado* também, de certa forma, era alvo e concretizava algumas divergências e interesses políticos da classe dominante.

O *Jornal do Povo* de Três Lagoas traz a notícia em fevereiro de 1978 de que em breve haveria a feira na cidade, funcionando em vários lugares de duas a três vezes na semana, faltando para isso somente a decisão das datas e locais para o funcionamento. Essa informação aparece no jornal como uma vitória da população, pois, conforme o discurso, com a feira local a população teria maiores oportunidades de compra de produtos de primeira necessidade, pois ele denuncia que a população sofre com os vendedores que acabam impondo seus preços no *mercado*<sup>59</sup> e “[...] com a Feira-livre, pequenos produtores das imediações da cidade terão oportunidade de vender seus produtos e inclusive, pela procura, aumentar a produção”<sup>60</sup>.

Nesse mesmo artigo, o jornal ressalta que sem a feira a população fica sem possibilidades de menores preços, afirma ainda que existem pessoas dentro do *mercado* que manobram tanto aquele espaço quanto outros estabelecimentos. Tão intensa é a crítica que o jornal lança a ideia de que seriam esses próprios comerciantes que estariam intimidando os possíveis feirantes a não se instalarem na feira-livre proposta pelo poder público municipal.

Percebe-se nessas discussões um jogo de interesses e o próprio posicionamento do *Jornal do Povo* que estava claramente a favor da criação da feira-livre, pelo fato de se posicionar contra alguns comerciantes estabelecidos no *mercado*. A posição do jornal em relação à feira-livre era a de que a cidade sentia necessidade da feira para atender os consumidores e dar vazão aos produtos hortifrutigranjeiros cultivados na periferia.<sup>61</sup>

Segundo o artigo 250 do Código de Postura do Município, estabelecido pela lei 483 de 1978, é obrigação do poder público estimular a venda direta de gêneros alimentícios de primeira necessidade, produtos hortigranjeiros e outros artigos de

---

<sup>58</sup> Documento: Lei 470/Local: Prefeitura Municipal de Três Lagoas/MS – Setor de Aforamento/Livro: 011 Leis/De: 11/77 a 11/84/Espécie: Lei 473 a 670/Número: 470/Data: 01.11.1977/Folha: 2 v a 5/Prefeito: Ramez Tebet/Assunto: Estabelece normas de instalação da Feira Livre e dá outras providências.

<sup>59</sup> *Jornal do Povo*, Três Lagoas - MS, 12 de fevereiro de 1978.

<sup>60</sup> *Jornal do Povo*, Três Lagoas - MS, 13 de setembro de 1978.

<sup>61</sup> *Jornal do Povo*, Três Lagoas - MS, 07 e 10 de janeiro de 1979.

consumo doméstico, ao público consumidor. O artigo 253, do mesmo código, estabelece que as feiras-livres seriam mantidas enquanto o *mercado* não voltasse a demonstrar capacidade para atender adequadamente, isto é, oferecendo melhores preços e respondendo positivamente à demanda da cidade.

Nesse momento, fica clara as divergências entre o *mercado* e as feiras-livres, ou seja, a disputa de interesses entre o poder público que objetiva fortalecer o *mercado* e o *Jornal do Povo* que tentou imprimir na sociedade a ideia da criação da feira-livre como solução para os elevados preços praticados pelos comerciantes do *mercado*.

Ao discorrer sobre a implantação da feira-livre e falando a respeito dos protestos dos que comerciavam produtos hortifrutigranjeiros, principalmente no mercado municipal, onde atravessadores decidiam o preço final para o consumidor (as mercadorias vinham de São Paulo), tornando-o mais caro, o “*Jornal do Povo*”, em sua edição nº 1.777 publicava: *Apesar dos veementes protestos daqueles que comerciam no setor de hortifrutigranjeiros, a Feira-livre da cidade, recentemente implantada, vem se constituindo em amplo sucesso. Já há muito o “povão” gritava pela feira, dados os altos preços daqueles produtos impostos pelos que açambarcavam o comércio...até no Mercado Municipal... [...] (MOREIRA, 2003, p. 124).*

A respeito da criação da feira-livre, observa-se que a justificativa era o barateamento dos preços dos produtos. Essa é uma atitude que não vai ao encontro dos ideais do sistema capitalista. Essa não é a lógica do capital. Já que a lógica do capital é o lucro, independente de qualquer outra coisa e sem se preocupar com as necessidades e carências de quem paga pelos produtos. Na verdade, o *mercado* sempre foi o local do capitalista. É claro que ali também existiam os produtores e comerciantes menos capitalizados que sobreviviam naquele cotidiano, mas num contexto geral, era o espaço do comerciante capitalizado. Tanto que com o declínio das atividades comerciais no interior do *mercado*, grande parte desses comerciantes vão se instalar no centro comercial da cidade, ou seja, continuam com suas atividades comerciais, mas em outro espaço. A discussão em torno da feira-livre se deve pela disputa política de grupos dominantes na cidade, pois o jornal, ao criticar os preços do *mercado* e a prática comercial no interior do mesmo, critica a prefeitura que era responsável pela sua organização.

Toda essa discussão gerou modificações na cidade, uma delas foi o fato de se criar o chamado *Cinturão Verde* para que os produtores tivessem estímulos para que se pudesse reativar a feira-livre em Três Lagoas. Vale lembrar que, nesse período, final dos

anos de 1970, ao nível nacional, estava colocado o debate sobre a necessidade de incentivo à produção hortifrutigranjeiros nos espaços suburbanos das cidades criando os chamados cinturões verdes, com o intuito de aumentar a oferta desses produtos. Nos primeiros meses de 1980, começaram os acertos para a criação do *Cinturão Verde* em Três Lagoas aproveitando-se uma área destinada ao distrito industrial. Segundo Moreira (2003, p. 126), tinha-se o objetivo de “[...] fazer de Três Lagoas uma grande produtora de hortifrutigranjeiros, buscando auto-suficiência em alguns produtos”. Ainda para esse autor, um fator que contribuiu para a criação do *Cinturão Verde* foi o de estimular os produtores locais pela reativação da feira-livre.

O *Cinturão Verde* foi instalado em local onde anteriormente estava reservado para atividades estritamente industriais, o DITL I, mas como o mesmo não obteve êxito, uma parte do mesmo foi destinado para a agricultura, especificamente de produtos para serem vendidos na feira. Observa-se que o espaço passa a ter nova significação por conta de sua outra destinação. Em meados de 1970, o objetivo era industrializar aquela área. Já em fins de 1980, como o intuito não havia sido alcançado, a prefeitura municipal optou por aproveitar a área para uma nova necessidade da cidade, que era a produção de hortifrutigranjeiros a um preço mais acessível ao que era praticado no *mercadão*, pelo menos esse era o discurso apresentado pelos jornais e prefeitura.

Conforme Moreira (2003), somente em janeiro de 1981, por meio de uma nova lei a feira-livre voltou a funcionar nas ruas da cidade. Esta se localizou na Avenida Rosário Congro, entre a Avenida Filinto Miller e a João Carrato. A justificativa da (re) implantação da feira foi de que a cidade precisava da oferta de produtos hortifrutigranjeiros vindos diretamente do produtor ao consumidor, pois, dessa maneira, os preços seriam mais acessíveis. Também se justificou a implantação da feira-livre com o discurso da necessidade de estimular as pessoas da cidade a voltarem a se dedicar a esse tipo de produção, criando uma nova fonte de renda até mesmo para aqueles que possuíam um pequeno terreno. Buscava-se, assim, uma maior articulação/relação campo-cidade.

### **2.3.1.1 Declínio comercial do *mercadão***

Todos os lugares passam por transformações constantes, assim também é o comércio de Três Lagoas. O *mercadão* e o comércio central são lugares comerciais

diferentes entre si, a área central permanece com força até a atualidade, diferente do *mercado* que não conseguiu se manter com o mesmo vigor nos anos posteriores a 1970. Nesse período, como visto anteriormente, a cidade de Três Lagoas vivia um novo momento de entusiasmo e um discurso de crescimento e desenvolvimento com a definição de cidade como cidade-pólo pelo II PND. O seu comércio refletiu isso, especialmente, com a concentração das atividades comerciais no centro da cidade, que provocou, por exemplo, a transferência de vários estabelecimentos comerciais do *mercado* para o centro da cidade para onde convergem as atenções cidadinas, de comerciantes e consumidores. “[...] A Área Central constitui-se no foco principal não apenas da cidade, mas também de sua hinterlândia. Nela concentram-se as principais atividades comerciais, de serviços, da gestão pública e privada [...]” (CORRÊA, 1993, p.38)”. O autor completa que

Historicamente o processo de descentralização é mais recente que o da centralização. Aparece em razão de vários fatores. De um lado, como uma medida das empresas visando eliminar as deseconomias geradas pela excessiva centralização da Área Central. (1993, p. 45).

Algumas áreas das cidades funcionam como meios de descentralização (CORRÊA, 1993). Isso foi o que aconteceu com a instalação do *mercado* fora do foco central do comércio da cidade, atraindo para seu entorno um pequeno comércio, especialmente de bares e mercearias atuando o *mercado* como pólo comercial. Em fins da década, esse papel desempenhado pelo *mercado* passa a ser desempenhado pelo bairro central da cidade. A diferença entre o ritmo e a evolução dos centros comerciais faz com que surjam deslocamentos, distorções e desproporções, levando cada centro ter características próprias, uns fadados à estagnação e ao desaparecimento, outros à transformação.

Com o desenvolvimento de um centro comercial e a instalação de supermercados destinados a atender também o comércio de gêneros de primeira necessidade, as pessoas passam a preferir esses espaços, em detrimento do *mercado*. Francisco Vicente da Silva afirma que “antigamente não tinha esses supermercados grandes e o pessoal vinha tudo aqui, era pra verdura, era pra carne, era pra peixe, roupa, tudo tinha aqui, aí esses mercado começou a entrar aqui pra acuar, aí foi fracassando, foi

fracassando as bancas, os açougues”<sup>62</sup>. De fato, a população passou a preferir supermercados ao *mercadão*, pois

[...] não só pelo fato da higiene, mas eu acho mais é comodismo, comodismo, eu por exemplo não vou na feira por que eu esqueço, eu vou lá só pra comprar mel, mel, alguma coisinha assim, por que eu gosto muito de mel, ir lá pra comprar um suco diferente, um suco natural, polpa, mas a parte de verdura eu vou aqui ao lado. Coisa diferente eu vou no mercado, eu acho que os mercados hoje já ta tudo dentro de casa já, então fica, é mais fácil hoje.<sup>63</sup>

Nos anos de 1970, eram poucos os supermercados, eles passaram a aumentar gradativamente, e esse foi um dos motivos que fez o *mercadão* da cidade declinar comercialmente. Esses espaços comerciais além de localizados dentro do centro comercial da cidade de Três Lagoas eram mais higiênicos e ainda ofereciam menores preços e maiores facilidades aos compradores, o que fazia com que o *mercadão* fosse perdendo clientela. Mais uma vez a cidade se modifica e seu comércio também. Ela cria novas formas de se desenvolver e os lugares que eram importantes passam a perder sua importância, sendo substituídos por novos lugares que representam esse novo momento daquela sociedade.

As transformações ocorridas na cidade e especialmente o discurso em torno da cidade ser escolhida como cidade-pólo no programa de desenvolvimento do país levou conseqüentemente a modificações em seu comércio. Nos anos de 1970, surgem os supermercados em Três Lagoas retirando os clientes do *mercadão*. Em meio a todas as modificações que existiram na cidade, havia a necessidade de que a mesma se (re)adequasse aos novos parâmetros de desenvolvimento, por isso o *mercadão* que foi criado fazendo parte desse processo de desenvolvimento da cidade, agora não mais correspondia à ideia de um local organizado e com a ordenação que se requeria daqueles espaços. Agora o novo, o moderno que atende às novas exigências de higiene, organização e comodidade são os supermercados e o comércio central da cidade. Nas palavras do Sr. Francisco Vicente da Silva, “[...] o *mercadão* começou a travar, e assim vai, e assim vai. Depois foi afundando”.<sup>64</sup>

---

<sup>62</sup> Francisco Vicente da Silva, 85 anos, entrevista realizada dia 13.02.2007 em Três Lagoas/MS em sua garaparia na parte interna do *Mercadão*.

<sup>63</sup> Ovídio Lopes de Oliveira, 56 anos, entrevista realizada dia 14.02.2007 em Três Lagoas/MS em sua residência. Com as palavras *mercado* e *mercados* nessa fala, está se referindo aos supermercados da cidade.

<sup>64</sup> Francisco Vicente da Silva, 85 anos, entrevista realizada dia 13.02.2007 em Três Lagoas/MS em sua garaparia na parte interna do *mercadão*.

### CAPÍTULO 3 – O *MERCADÃO* NO CONTEXTO URBANO: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

O *mercidão* agrega muitas características de Três Lagoas e para compreendê-lo é preciso analisar alguns aspectos do contexto urbano, pois é nessa conjuntura que surgem suas mudanças e as permanências. Como visto anteriormente, o processo de urbanização de Três Lagoas teve início com a chegada da Ferrovia Noroeste do Brasil àquela região e teve seu processo acelerado, em um primeiro momento, nos anos de 1960 com a construção da Usina de Jupiaá.

A cidade é um foco, centro irradiador de funções essenciais ao contexto do desenvolvimento (FAISSOL, 1975). Ela promove o mundo urbano em todos os sentidos, desempenhando suas funções ela muda incessantemente, tanto é que as cidades surgem “[...] como um fenômeno da civilização ocidental (CARDOSO E SINGER, 1972, p.29)”:

só no mundo ocidental ocorreram dois processos simultâneos que permitem caracterizar com propriedade o assentamento populacional como uma **cidade**: o **mercado** (e as regulamentações da política da economia urbana) e a **autoridade político-administrativa** que sujeitava os habitantes da cidade, mas ao mesmo tempo, assegurava a eles (ou, pelo menos, a um grupo deles) certos direitos relativos a seu destino político. A caracterização da **cidade como lugar de mercado**, parece ser um ponto pacífico na literatura que cuida do fenômeno urbano na Europa Ocidental. (CARDOSO E SINGER, 1972, p.29). (Grifo do autor).

As cidades surgem baseadas na economia e também na autoridade político-administrativa e se caracteriza como um espaço para o mercado de trocas comerciais, assim, a cidade torna-se indispensável para a existência do capitalismo e pode ser entendida de diferentes formas e por diferentes ângulos (CARDOSO E SINGER, 1972). Além do que

[...] uma cidade fala eloquentemente dos critérios de segregação presentes em sua sociedade através dos múltiplos compartimentos em que se divide, dos seus acessos e interditos, da materialização do preconceito e da hierarquia social em espaço. Sua paisagem fala de sua tecnologia, de sua produção material; seus monumentos e seus pontos simbólicos falam da vida mental dos que nela habitam e daqueles que a visitam; seus caminhos e seu trânsito falam das mais diversas atividades que no seu interior se produzem; seus mendigos falam da distribuição de sua riqueza ao estender a mão em busca de esmolas. Cada um desses índices remete às letras de um alfabeto que pode ser pacientemente decifrado pelos sociólogos, pelos historiadores, pelos urbanistas. A cidade, sem dúvida, pode ser “lida”, e é nesta perspectiva que se têm colocado alguns estudiosos do urbanismo a partir de meados do século XX. (BARROS, 2007, p. 40 e 41).

Barros (2007) é incisivo ao afirmar que a cidade pode ser *lida*, uma vez que ela fala por meio das paisagens, dos monumentos, dos pontos simbólicos, dos caminhos e do trânsito; além do que as pessoas podem *dizer* a respeito da cidade em que habitam pelo seu cotidiano.

Considera-se, neste trabalho, que tudo é mudança, nada permanece estável. Dessa maneira, são essas mudanças do *mercado* no contexto urbano que são trabalhadas. Ele permanece no mesmo espaço físico, mas o próprio espaço em que ele está e o seu entorno se modificam e ainda vêm se transformando. O *mercado* em Três Lagoas foi sofrendo mudanças até por conta da dinâmica que a cidade tomou pela situação brasileira daquele período. Conforme Cattani (2003), nos anos de 1972 e 1973, o Brasil vivia um clímax econômico em que as taxas de investimento chegaram a 27%, sendo essa porcentagem elevada para qualquer economia capitalista.

A partir dos anos de 1970, “a taxa de acumulação da indústria de bens de produção começa a acelerar-se (CATTANI, 2003, p. 106)” e atinge seu ponto auge em 1973. Contudo, a taxa de expansão do setor de bens de consumo para capitalistas começa a demonstrar abatimento já em 1972. A política econômica seguida pelo governo e a aceleração vertiginosa da indústria de bens de produção foram as responsáveis por manter a demanda e a mesma passa a incentivar os outros setores, isso no final de 1973.

A recessão só não vem porque o investimento das grandes empresas não é paralisado, apenas diminui o seu ritmo. E, também, porque o gasto público manteve-se em nível elevado, reforçado por uma política monetária permissiva. Em 1975 a crise já é por demais patente, uma vez que o investimento privado sofre corte substancial (CATTANI, 2003, p. 106 e 107).

Ainda para Cattani (2003), no período posterior (1975-1980), a economia apresenta números em declínio, níveis de 7% a 8% ao ano, e uma taxa de inflação em



crescimento. A dívida externa também avança e em 1980 alcançou bilhões de dólares. Mesmo com os investimentos do II PND e seus Programas Especiais, a inflação está em alta, assim como a dívida externa. O estado do Mato Grosso é dividido e adentra em um processo de consolidação enquanto espaço moderno brasileiro. Tudo isso influencia a dinâmica do *mercado* em Três Lagoas, este que faz parte do cenário brasileiro e sul-mato-grossense, mesmo que em pequena escala.

O *mercado* faz parte de projetos e ações dos quais a cidade teve participação, como é o caso da Usina Jupuíá, construída na época nas proximidades do núcleo urbano, e dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), pois a cidade é considerada pólo no estado. Ambos os acontecimentos estão interligados, já que a geração de energia estimula projetos industriais e um dos aspectos que se leva em conta para sua implantação é a questão energética e, nesse ponto, a cidade é privilegiada.

No ano de 1970, iniciaram-se as atividades comerciais do *mercado* e com o decorrer do tempo as alterações foram surgindo. Sendo assim, ele sofreu alterações em sua dinâmica interna, fazendo com que o *mercado* se conservasse ao longo dos anos, mas isso não impediu o declínio das atividades comerciais. Esse fato contribuiu para que o *mercado* mudasse, pois tudo o que estava à sua volta também havia sofrido transformações.

O que houve com o *mercado* foi uma não-progressão, a paralisação de melhoramentos, ou seja, sua estagnação por ele não acompanhar o desenvolvimento do restante dos espaços comerciais da cidade, pelo fato de ter uma dinâmica diferenciada do restante do comércio três-lagoense. Um dos poucos estabelecimentos comerciais que resistiram ao declínio do *mercado* foi o Bazar Sobral, localizado em sua parte externa. O proprietário dessa repartição, Seu Zé Mascate, fala a respeito da sua estratégia de sobrevivência: “[...] aproveitamos as datas. No Natal, apostamos nos presentes e nas roupas; na volta às aulas, no material escolar; no Carnaval, oferecemos fantasias”<sup>65</sup>. Um dos fatores para a permanência do mesmo é de que existe a adequação às necessidades da sociedade. A respeito de alterações na paisagem urbana devido ao *mercado* poucas são as fontes documentais que demonstram tais ocorrências. Mas as fontes orais são veementes ao apontá-las como é o caso da afirmação de que

---

<sup>65</sup> BARBOSA, Ana Maria. Mercado Agonizante. Revista Nossa! Três Lagoas acontece aqui!, Três Lagoas: s.n, n° 07 p. 02-03 mar.2000.

Houve sim, por que com o tempo foi ... Eu não me lembro o que foi construído ao lado, mas não foi assim de imediato, mas uns cinco anos depois começou a chegar, chegou novas construções ali no quarteirão de cima, por que de baixo não tinha mais , por que[...] Outra parte, tinha a lagoa, e na parte sul do mercadão ali né, tinha uma casa que tem até hoje e na frente já existia alguns comércios pequenos que foram só melhorando ali, construção boa onde hoje é o mercadão ali, que é o Mercado Três Lagoas veio só depois de uns 5 anos, depois de uns 5 anos que começou a construção ali.<sup>66</sup>

O *mercadão* foi significativo para a sociedade de Três Lagoas e também para sua paisagem urbana, uma vez que impulsionou a instalação de outros estabelecimentos comerciais em sua proximidade. Além disso, à medida que atraía consumidores e outras pessoas fez com que os estabelecimentos comerciais menores, que já estavam instalados naquela região, para atrair novos clientes promovessem reformas e melhorias em seus prédios. Nesse sentido, o *mercadão* tem papel significativo no processo de urbanização da cidade, no entanto não gerou alterações no trânsito e nem no trajeto da avenida Filinto Miiller e isso, provavelmente, porque como lembra o Sr Ovídio Lopes de Oliveira:

[...] a modificação só teve por causa do comércio né, que provoca, [...] mas o número de veículos não é igual hoje, Três Lagoas tinha o máximo de 20% de veículos, charrete, tinha muito jipe naquela época [...], mas não era, não foi tão grande [...].<sup>67</sup>

A cidade e o *mercadão* estão entrelaçados, fazendo parte da dinâmica urbana. Em Três Lagoas, ele é um dos lugares que falam um pouco do que é a cidade, pois todas as cidades são um misto de histórias e “[...] nem sempre a historiografia sobre as cidades reconhece essa multiplicidade e procura submeter à compreensão da história urbana a variáveis gerais e constantes que costuram a cidade [...] (KNAUSS, 2006, p. 25)”. Por isso, entende-se, nesta pesquisa, a cidade como multifacetada e demonstra-se o *mercadão* como uma dessas faces, que agrega características da cidade, mas também têm elementos distintos da mesma. Para isso, é interessante analisar o *mercadão* enquanto obra, tendo em vista que a mesma ressalta aspectos da sociedade três-lagoense nos anos de 1970.

---

<sup>66</sup> Ovídio Lopes de Oliveira, 57 anos, entrevista realizada dia 30.04.2008 em Três Lagoas/MS em sua residência.

<sup>67</sup> Ovídio Lopes de Oliveira, 57 anos, entrevista realizada dia 30.04.2008 em Três Lagoas/MS em sua residência.

### 3.1 O *mercado*: uma obra na cidade

A arquitetura desempenha o papel de registrar e materializar as experiências de uma época. Essa materialidade do núcleo urbano é um suporte da memória, à medida que orienta o pesquisador na tarefa de conhecer a dinâmica das sociedades pretéritas. Ao discutir sobre a cidade, é importante ressaltar que ela pode ser vista das mais diversas formas seja política, econômica, social, literária, religiosa, cultural, entre outras, pois todos esses aspectos estão imbricados, haja vista que o espaço urbano se encarrega de contar parte da história.

O prédio do *mercado*, construído no final da década de 1960, tem importância para a cidade, não só no que diz respeito à sua estrutura física, que permitia uma melhor adequação do comércio, mas porque representa os acontecimentos históricos da cidade e a concretização do discurso de modernização da mesma. Ressalta-se ainda que a “[...] arquitetura é a vontade da época traduzida em espaço” (LUDWIG MIES VAN DER ROHE -1886/1969- apud LEMOS, 1982, p. 36).

O *mercado* conta uma parte da história das transformações urbanas em Três Lagoas, por isso a importância de analisá-lo com o olhar historiográfico que é diferente da contemplação do arquiteto. Analisar-se-ão aspectos que são parte da história do *mercado*, com o intuito de compreender a cidade do ponto de vista do construído. A cidade não se restringe apenas ao que a linguagem arquitetônica produz, ela pode ser “[...] objeto de análise e reflexão, ela é construída como desafio e, como tal, objeto de questionamento” (LIMA, 2007, p. 02), pois é “[...] a expressão palpável da humana necessidade de contato, comunicação, organização e troca, numa determinada circunstância físico social e num contexto histórico” (COSTA, 1980, p. 50). Ou seja, não é só o construído, começa ali, mas vai além, indo ao ponto de fazer as pessoas vivenciarem os espaços e interagirem com ele e, inclusive, muitas vezes modificar seu significado.

Analisar o *mercado* com esse olhar faz-nos compreender eventos da história da cidade inserida num processo de modernização dos espaços. O *mercado*, como já foi exposto anteriormente, era um local amplo e que abrigava os frequentadores, os trabalhadores, os donos e os arrendatários dos espaços. Ele fazia parte do processo de transformações que a cidade passava, em decorrência da euforia econômica vivida nos anos de 1960 e fez diferença para Três Lagoas no sentido de auxiliar na preparação da nova fase de transformações que, principalmente, os órgãos públicos apostavam, mas

que na realidade não aconteceu, ficando somente nos discursos oficiais e da imprensa escrita local.

No caso do *mercadão*, houve a intenção de organizá-lo para o comércio de gêneros alimentícios de primeira necessidade, e também a preocupação estética traduzida na preocupação com a infra-estrutura de higienização e distribuição do espaço em pavilhões e boxes, criando uma sensação de bem-estar e comodidade. Conforme Costa (1980), pode-se definir arquitetura como a construção gestada com o desígnio de arranjar e distribuir plasticamente o espaço e os volumes decorrentes, em função de uma determinada ocasião para certa finalidade. Também afirma José Nunes Marques que “[...] o mercadão era um shopping que nós tínhamos aqui, era um shopping que nós tínhamos na época”<sup>68</sup>, e ele continua, ao afirmar que

[...] o mercadão era pra ser até hoje o que era antigamente, que quem que não quer chegar num lugar entra onde você, não toma chuva, você não toma sol, você tá num ambiente bom, por que era um ambiente muito bonito, era um ambiente limpo, era um ambiente sadio [...].<sup>69</sup>

Objetivou-se para o *mercadão* de Três Lagoas um local mais amplo para os comerciantes e que aos olhos da população fosse um local que chamasse atenção e foi isso o que aconteceu. As pessoas iam até aquele lugar e vivenciavam o *mercadão* ao fazerem suas compras e, vez ou outra, se encontrarem com os amigos das fazendas vizinhas, ou então, com aqueles comerciantes e banqueiros que já estavam ali estabelecidos há certo tempo.

Para compreender a importância dessa construção, é necessário contextualizá-lo histórico e socialmente, bem como apreciar a construção identificando-o com ideais, valores e necessidades sociais. O *mercadão*, por exemplo, tem agregado uma série de ideais, são eles o de ordenação dos espaços citadinos, a atribuição de novo significado àquela parte da cidade que ainda era vista com preconceito pelas atividades de prostituição que ali tiveram sucesso em décadas anteriores, e ainda os valores e necessidades sociais, pois os órgãos públicos municipais imploravam juntamente com a

---

<sup>68</sup> José Nunes Marques, 71 anos, entrevista realizada dia 30.04.2008 em Três Lagoas/MS em sua residência.

<sup>69</sup> José Nunes Marques, 71 anos, entrevista realizada dia 30.04.2008 em Três Lagoas/MS em sua residência.

população por um novo mercado municipal. Assim, surge o *mercadão* em Três Lagoas com todo esse significado para a cidade.<sup>70</sup>

### **3.2 Representações sociais construídas referentes ao *mercadão***

A cidade é feita de relações entre o espaço físico e as relações sociais que ali se desencadeiam. Dessa forma, “[...] o olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas (CALVINO, 1990, p. 18)”. Na verdade, elas são realmente páginas escritas em que se pode ler a história da cidade. A população em geral tem na memória representações sociais desse lugar que foi centro de negociantes do município e da região do bolsão sul-mato-grossense.

A memória urbana não está somente nos monumentos e edifícios, mas na memória individual e coletiva. Nas repartições encontravam-se variedades de artigos e também de produção caseira. Observando a cidade é preciso retrair sua história para o conhecimento da memória. Conforme D’Aléssio (1993), tanto a memória quanto a história servem-se da mesma matéria-prima que é o passado, porém a memória coletiva ou social e a história não se confundem.

Os estudos que vêm sendo realizados a respeito da história urbana têm acompanhado as mudanças ocorridas nas cidades, procurando, dessa maneira, desvendar o crescimento das tensões urbanas. Busca-se, assim, decifrar as cidades e suas representações, com o objetivo de recuperar múltiplas experiências urbanas que foram e/ou são vivenciadas tanto de forma fragmentada, quanto de forma diversificada e contrastante. É desafiador entender as cidades, pois é cheia de enigmas e representações. Na cidade, existe a materialidade física, mas, por trás delas, também conflitos que estão invisíveis, pois as cidades são mais do que aquilo que está visível.

Na Revista Brasileira de História (2006), é ressaltado que ao longo das experiências urbanas são recolhidas impressões por meio das tramas da memória e de seus esquecimentos. “Nas cidades estabelecem-se conflitos e tensões, solidariedades e acolhimentos, mobilidade e enraizamento, planificação e representações [...]” (REVISTA, 2006, p. 7). Tudo isso envolvido em conflitos constantes que dão novo panorama para

---

<sup>70</sup> No decorrer dos anos de 1970 a disposição do prédio não foi modificada, somente algumas reformas foram feitas no espaço para dar maior comodidade para os banqueiros e lojistas no sentido de manutenção.

essa incessante pulsação do urbano. As cidades são realmente fascinantes, pois têm uma realidade muito antiga.

Às cidades reais, concretas, visuais, táteis, consumidas e usadas no dia-a-dia, corresponderam outras tantas cidades imaginárias, a mostrar que o urbano é bem a obra máxima do homem, obra esta que não cessa de reconstruir, pelo pensamento e pela ação, criando outras tantas cidades, no pensamento e na ação, criando outras tantas cidades, no pensamento e na ação, ao longo dos séculos. (REVISTA, 2006, p. 11).

Tem-se escrito muito a respeito das cidades, mas a sua apropriação como tema pelos historiadores não é assim tão recuada no tempo. A cidade ficou caracterizada como o espaço onde as coisas aconteciam. Essa caracterização se dá por muitos motivos destacando-se o fato de que há o desenvolvimento das forças capitalistas, pela expansão do mercado de trabalho nos maiores centros urbanos. A cidade é principalmente uma materialidade que foi erigida pelo homem, ou seja, uma ação humana sobre a natureza. Não podemos esquecer que a cidade é também sociabilidade, comportando atores, relações sociais, personagens, grupos, etc. Tudo isso, que deixa marcas no tempo e na história das cidades. A cidade dá sentidos e significados aos espaços. “É por esse processo mental de abordagem que o espaço se transforma em lugar, ou seja, portador de um significado e de uma memória [...]” (REVISTA, 2006, p. 14). É a partir dela que se fala

[...] de *progresso* ou de *atraso*, que distinguimos o *velho* do *antigo*; que construímos a noção de *patrimônio*, e instauramos ações de preservação, ou, em nome do *moderno*, que redesenhamos uma cidade, destruindo para renovar. São ainda os processos mentais de representação da realidade que nos permitem inventar o *passado* e construir o *futuro*, estabelecer as distinções entre *rural* e *urbano*, classificar ideias e práticas como *modernas* ou *arcaicas*, e considerar certas cidades como turísticas, rentáveis, sustentáveis. (REVISTA, 2006, p. 14 e 15).

Esses aspectos podem ser pensados ao se trabalhar com o *mercado* e a cidade de Três Lagoas. Todas essas questões já foram aqui trabalhadas, a questão do progresso e do atraso, do velho e do antigo, a noção de patrimônio e as práticas preservacionistas, etc. “A cidade é sempre um lugar no tempo, na medida em que é um espaço com reconhecimento e significação estabelecidos na temporalidade; ela é também um momento no espaço, pois expõe um tempo materializado em uma superfície dada” (REVISTA, 2006, p. 16). São estes conceitos e ambiguidades muito latentes naquele espaço.

No caso da cidade, é sempre necessário pensar em um espaço construído, pois a mesma sempre é vista, seja pelo traçado das ruas, seja pelas construções. Nesse sentido, a própria natureza das fontes se amplia, de modo que o historiador sempre tem um leque de possibilidades cada vez maior. Pois, conforme afirma Calvino (1990), o importante da cidade para o historiador é o que ela nos diz, a resposta que dá aos nossos questionamentos. É claro que “[...] jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo, existe uma ligação entre eles” (CALVINO, 1990, p. 59).

Como já vimos antes, no início dos anos de 1970, o *mercadão* era um local significativo quanto à venda de produtos de primeira necessidade, mas com o decorrer dos anos essa situação mudou, ele passou a sofrer declínio comercial, pois outros locais passaram a ser mais significativos para a população de Três Lagoas, no caso os supermercados. Assim, as representações sociais construídas a respeito do *mercadão* são diferentes, por modificarem-se no decorrer dos anos.

Por volta de meados dos anos 1970, Três Lagoas passava por uma fase singular em sua história, advinda de um processo de anos anteriores em que havia a ideia de que somente haveria crescimento via industrialização. Com os Planos de Desenvolvimento, esse conceito se fortaleceu ainda mais, principalmente por Três Lagoas ser uma cidade-pólo no estado. Nesse sentido, importa analisar as representações construídas acerca também da cidade. Historicamente uma das representações do que era moderno na cidade era o *mercadão*, por exemplo, e com as ações de industrialização na cidade, passam a representar a modernidade e desenvolvimento da mesma.

### **3.2.1 Memória individual e coletiva**

A cidade faz parte do processo histórico, ela tem mobilidade que caracteriza as relações sociais conflitantes. Observando a cidade, é preciso retrair sua história para o conhecimento da memória, pois ela é construída em meio a embates e conflitos sociais, tanto que a cidade tem em si as cicatrizes de vários momentos de lutas como “[...] as teimosas marcas de uma memória inscrita nas pedras do calçamento” (MAGALDI, 1992, p. 21). Tudo dentro da cidade demonstra sua história, com conflitos, conquistas, desenvolvimento, etc.

O *mercadão* em Três Lagoas é capaz de representar as transformações urbanas do espaço, as quais foram importantes para o desenvolvimento da mesma. Ele

não acompanhou as diferenciações da cidade no decorrer dos anos de 1970, por isso é importante atentar-se para o *mercadão*, que demonstra as mudanças e as permanências de Três Lagoas.

Júlia Teixeira afirma que na cidade “[...] não tinha comércio não, por isso que era uma relíquia, aqui era uma relíquia”<sup>71</sup>. Percebe-se que havia comércio na cidade além do *mercadão*, mas ela quis deixar claro que não havia no início do funcionamento do *mercadão* espaços comerciais de relevância, assim ela caracteriza o *mercadão* como uma relíquia de Três Lagoas.

Faz-se necessário ao discutir a respeito da memória atentar para aspectos da história cultural que muito nos auxilia nesse sentido e compreender que a história cultural é simplesmente uma parte necessária do empreendimento histórico, de modo que a história cultural apenas contribui com a visão de história como um todo (BURKE, 2005, p. 167).

É necessário que se utilizem os outros campos da história para que se tenha uma chamada história total. Para isso, utiliza-se da história econômica, política, intelectual, social, entre outras. Dentro da nova história cultural, a representação é um conceito central. As representações podem simplesmente refletir ou imitar a realidade social, essa caracterização não sendo suficiente, passou-se a pensar e a falar em construção ou produção da realidade social por meio das representações. A história é sempre uma (re) construção que agrega problemas por ser incompleta, pois o que foi, não é mais. Ela é uma operação intelectual e que exige análise e um discurso crítico, pois é escrita, impessoal e viva.

“A explicação tradicional da relação entre a memória e a história escrita, na qual a memória reflete o que aconteceu na verdade e a história reflete a memória, parece hoje demasiado simples” (BURKE, 2000, p. 69 e 70). Esse esclarecimento não dá conta de explicar a memória, história e suas relações. Atualmente memória e história revelam-se cada vez mais problemáticas. Outro ponto que diferencia memória e história é o modo com que eles se relacionam com o tempo.

Segundo Nora, a memória é um processo vivido, conduzido por grupos vivos, portanto, em evolução permanente “vulnerável a todas as manipulações”. A história em contrapartida, é registro, distanciamento, problematização, crítica, reflexão. (D’ALÉSSIO, 1993, 101).

---

<sup>71</sup> Júlia Teixeira, 61 anos, entrevista realizada dia 12.02.2007 em Três Lagoas/MS em sua banca de verduras na parte interna do Mercado.



Conforme Khoury (2004), sonda-se o passado, centrando a atenção na cultura, como todo modo de vida, e na memória como parte dela, para assim, entender as amplas mudanças históricas e, dessa maneira, melhor atuar nos destinos sociais. Tanto memória quanto história servem-se da mesma matéria-prima e evocam o mesmo tempo que é o passado (D'ALÉSSIO, 1993). Mesmo assim a memória coletiva ou social e a história não se confundem. Pelo contrário, a história começa onde a memória social acaba e a memória social acaba quando não tem mais como suporte um grupo. “A memória é um fenômeno sempre atual, uma ligação do vivido com o eterno presente; a história é uma representação do passado (DECCA, 1992, p. 130)”.

A renovação permanente das lembranças, defendida pela autora, evidencia outro aspecto que diferencia memória e história, qual seja a maneira como se relacionam com o tempo. De acordo com sua leitura, a condição necessária para que exista memória é o sentimento de continuidade presente naquele que se lembra. A memória não faz corte ou ruptura entre passado e presente porque retém. A história não é memória pelo fato de haver descontinuidade entre quem a lê e os grupos, testemunhas ou atores dos fatos ali narrados.

Há profunda relação entre a história e vida e a figura do historiador como um homem do seu tempo. “Assim, temos aqui três conceitos fundamentais para a produção de conhecimento no campo da história: o do tempo, o do espaço e o de sujeito histórico” (SALVADORI, 2001, p. 41).

Por outro lado, a memória é afetiva e está acomodada nos detalhes que a conformam. “A memória é produzida a partir de levantamento de fontes, da sua análise, da discussão entre diferentes correntes historiográficas” (SALVADORI, 2001, 44). Existe relação entre memória local e identidade, pois o espaço é muito importante para a construção da localização afetiva.

A memória social é sempre vivida, física ou afetivamente. A memória é história viva e vivida e permanece no tempo, renovando-se. Na perspectiva de Halbwachs, é a possibilidade de recolocação das situações escondidas que habitam na sociedade, na sensibilidade (HALBWACHS, 1990, p. 67 e 68). Ainda para esse autor a memória é a possibilidade de (re) colocação das situações escondidas que habitam na sociedade. Ela é excepcional pelo seu caráter livre e espontâneo. “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado” (BOSI, 1994, p. 55). Halbwachs liga a memória das pessoas à do grupo, e o da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade.

Já para Le Goff (1992), o conceito de memória é crucial, pois se tem a memória no campo científico global e dentro dela a memória coletiva e a individual. Antes mesmo de ser falada ou escrita, existe uma linguagem sob a forma de armazenamento de informações na memória. A memória é uma propriedade de guardar algumas informações, que nos remete primeiramente a um conjunto de funções psíquicas e que por elas os elementos são atualizados ou outras informações são passadas.

As memórias são construídas por grupos sociais. Os indivíduos lembram, mas os grupos sociais determinam o que e como será lembrado. Os grupos sociais também recordam da mesma maneira que os indivíduos (HALBWACHS, 1990). A partir dessa teoria, percebe-se que esse é o caso do que ocorre com a memória das pessoas que tiveram contato com o *mercado* nos anos de 1970. Houve o armazenamento de alguns dados que são acionados pelo cérebro e por meio dele esses elementos sofrem atualização. Nesta pesquisa e, principalmente, nesta parte foi necessário e indispensável dar atenção para as fontes orais.

[...] quando possível, é buscar na narrativa dos homens, mulheres e crianças, as suas histórias, as suas visões de mundo, as suas experiências, o que elas consideram importante, os *monumentos* que eles erigiram na memória. Ao investirmos nesta memória, possibilitaremos uma re-significação do passado, uma re-interpretação da história vivida, para fazer uma história viva, uma história transformação. (OLIVEIRA, 2004, p.15).

Maurice Halbwachs (1990), a respeito disso, afirma que o depoimento não faz sentido, senão em relação com o grupo social do qual faz parte e, dessa forma, pois “[...] supõe um acontecimento real, outrora vivido em comum, e, por isso, depende do quadro de referência no qual evoluem presentemente o grupo e o indivíduo que o atestam” (HALBWACHS, 1990, p. 13). “Nos entrecruzamentos dos tempos sociais onde se situa a lembrança, respondem os entrecruzamentos do espaço, quer se trate do espaço endurecido e cristalizado” (HALBWACHS, 1990, p. 15).

É possível analisar as memórias e as representações do *mercado* a partir dos depoimentos dos comerciantes que daquele local fizeram parte, foram agentes ativos de sua história num determinado período. Halbwachs (1990), ao discutir a memória no que diz respeito ao comércio, faz uma discussão bastante instigante e que mesmo abordando outro tempo e localidade, é possível visualizar o que ocorria no *mercado* nos anos de 1970.

Consideremos agora esses grupos de comerciantes que, como dissemos, constituem a parte mais ativa da sociedade econômica, já que é em seu seio que os valores se elaboram e se conservam. Quer estejam reunidos nos mercados, atrás dos balcões, ou nas ruas comerciais das cidades, pode aparecer primeiro que estejam mais separados do que reunidos e ligados uns aos outros por uma espécie de consciência comum. Voltados aos clientes, é com eles que se colocam em relação e não com os comerciantes vizinhos, que são seus concorrentes, aos quais parecem ignorar, ou que não vendem os mesmos artigos que eles, de tal modo que, como vendedores, deles se desinteressam. Entretanto, ainda que não haja ponto de comunicação direta entre um e outro, nem por isso deixam de ser agentes de uma mesma função coletiva. Neles circula um mesmo espírito, são portadores de aptidões da mesma ordem, obedecem a uma mesma ética profissional. Ainda que concorram entre si, sentem-se solidários quando se trata de manter os preços e de imputá-los aos compradores. (HALBWACHS, 1990, p.152).

A consideração que o autor faz a respeito dos comerciantes é salutar nesta pesquisa pelo fato de dar-se importância para os mesmos que estão envolvidos com a sociedade econômica, mas também envolvidos com Três Lagoas e as transformações da cidade, fazendo parte ativamente de todo esse processo. As relações com seus clientes e entre os próprios comerciantes são importantes, pois são todos agentes de uma mesma função coletiva. Para Halbwachs (1990), é interessante que os clientes se aproximem dos círculos comerciais, pois essa é uma condição indispensável para a troca,<sup>72</sup> via de regra, “[...] os comerciantes aguardam então os clientes em suas lojas” (HALBWACHS, 1990, p. 153).

A memória coletiva e o espaço estão intimamente relacionados, pois a memória se liga ao espaço do qual faz parte. A cidade tem muito a ver com sua estrutura física e as pessoas se apegam a isso com facilidade, por exemplo, “[...] o comerciante em sua loja, no local do mercado onde o encontramos costumeiramente, o transeunde nas ruas que percorre [...]” (HALBWACHS, 1990, p. 134).

A respeito do *mercado*, que têm função coletiva no espaço em que se insere, é possível perceber atualmente que “os sinais de decadência são fortes, mas não apagam da memória um tempo em que passavam pelo *mercado* milhares de consumidores, boa parte barrageiros da Usina de Jupiá”.<sup>73</sup> O passado do *mercado* foi bem diferente do que vive na atualidade, mas nele ainda é possível perceber os sinais da memória individual e coletiva principalmente quanto aos comerciantes ali instalados.

“Não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial” (HALBWACHS, 1990, p. 143). Isso se confirma com o caso do *mercado* numa fala de

---

<sup>72</sup> Ver maiores considerações em Halbwachs (1990).

<sup>73</sup> BARBOSA, Ana Maria. Mercado Agonizante. Revista Nossa! Três Lagoas acontece aqui!, Três Lagoas: s.n, n° 07 p. 02-03 mar.2000.

Christovam Moralles ao afirmar que não tem condições de atualmente sair do *mercadão*: “[...] só estou aqui porque sou obrigado. Meus fregueses, muitos de fora, já conhecem e sabem que me encontram no mercado”<sup>74</sup>. Sabe-se que não é somente por esse motivo que ele permanece ali, mas pela sua identificação com o *mercadão* e a identificação que a população da cidade fez a respeito desse comerciante.

As construções sobre a cidade estão ligadas ao solo urbano. Mesmo que haja mudanças sociais, as pessoas têm a percepção de continuidade. Para Magaldi (1992), na sociedade atual a cidade deve ser entendida como uma estrutura em que se realizam constantes interações, ou seja, as relações sociais. A problemática urbana somente pode ser entendida se for colocada em um contexto mais amplo, ou seja, parte do movimento histórico que passa por modificações constantes, afetando os espaços como um todo, seja ele urbano ou rural.

Portanto, fica claro nessas discussões que os aspectos do patrimônio, da memória e da história estão extremamente relacionados, formando “[...] um espaço de sentido múltiplo, onde diferentes versões se contrariam porque saídas de uma cultura plural e conflitante” (PAOLI, 1992, p. 25). Reconhecer que o homem tem direito ao passado está ligado ao conceito de cidadania.

Nos recônditos da memória, residem aspectos que a população de uma dada localidade reconhece como elementos próprios da sua história, da tipologia do espaço onde em que vive, das paisagens naturais ou construídas (PELEGRINI, 2006, p. 116). Existe um vínculo entre os homens e o tempo histórico. Esse vínculo constitui um elo afetivo que faz as pessoas se sentirem sujeitos da história. Assim como muitas pessoas de Três Lagoas sentem-se parte da história do *mercadão* pelo fato de terem participado daquele local e das relações do mesmo. Sendo vendedores, frequentadores, trabalhadores ou simplesmente transeúndes nos corredores dos pavilhões ou na calçada do mesmo. Um exemplo disso é que Júlia Teixeira deixa claro em suas falas que a história, ou as histórias do *mercadão* estão presentes em sua memória, conforme ela, “[...] a gente conta até história daqui [...]. Esse mercado aqui já foi quente, gente do céu”<sup>75</sup>. A partir daí, muitos são os fatos contados por essa personagem da cidade e do *mercadão*...

Diêgoli (1992) afirma a respeito do espaço que essa noção é complexa, pois dentro dele são gerados inúmeros processos. A distribuição do espaço interfere

---

<sup>74</sup> BARBOSA, Ana Maria. *Mercadão Agonizante*. Revista Nossa! Três Lagoas acontece aqui!, Três Lagoas: s.n, nº 07 p. 02-03 mar.2000.

<sup>75</sup> Júlia Teixeira, 61 anos, entrevista realizada dia 12.02.2007 em Três Lagoas/MS em sua banca de verduras na parte interna do Mercado.

diretamente no processo de formação de valores. O espaço não é bloqueado e congelado, e sim, transformado a todo instante. Assim como ocorre em Três Lagoas e em seus espaços, sejam eles de comércio ou não, o *mercadão* também agrega em sua dinâmica uma série de processos que, muitas vezes, são percebidos pela população da cidade e por pessoas que fizeram parte da história daquele local. Nesse sentido, vale observar a fala de Ovídio Lopes de Oliveira que quando questionado a respeito da mudança do antigo mercado para o *mercadão* chega a afirmar que

Eu penso que foi por causa que o progresso tava chegando, e as coisas né [...] pra impulsionar também o crescimento. A cidade também que não só crescer, também tem que desenvolver. E tava desenvolvendo, mas não tinha crescimento, acho que por isso que eles fizeram isso aí [...].<sup>76</sup>

Ele associa as mudanças do *mercadão* às transformações na cidade nos momentos de crescimento e nas ocasiões de declínio, fazendo ligações com o desenvolvimento dos setores urbanos de Três Lagoas. Não só o *mercadão* teve modificações, mas também a cidade, a todo instante.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que o espaço tem essa característica, tem também um outro elemento importante que é o fato de que de certa maneira a cidade ou o espaço urbano é uma espécie de escrita, uma espécie de texto que se lê. Quer dizer, além de se viver, se lê o espaço, que tem significados para além da mera relação funcional que é estabelecida geralmente por aquelas disciplinas que tratam o uso e ocupação do solo. (DIÊGOLI, 1992, p. 198 e 199).

O *mercadão* também pôde e ainda pode ser vivido pelas pessoas, é claro que não da mesma forma que foi no passado, pois esse objeto geográfico agrega características do tempo histórico do qual faz parte. É importante afirmar que a cidade “[...] é produzida por uma multiplicidade de agentes públicos, com “s” no fim, e privados” (DIÊGOLI, 1992, p. 199). Não é somente o poder público que produz a cidade, mas todos os que fazem parte dela, ou seja, todos nós. As construções sobre a cidade estão ligadas ao solo urbano, mesmo que haja mudanças sociais, as pessoas têm a percepção de continuidade.

---

<sup>76</sup> Ovídio Lopes de Oliveira, 57 anos, entrevista realizada dia 30.04.2008 em Três Lagoas/MS em sua residência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho analisaram-se as transformações ocorridas na cidade de Três Lagoas a partir de um estudo de caso. Ou seja, a partir do estudo das mudanças sofridas pelo *mercado* de Três Lagoas, buscou-se demonstrar as transformações acontecidas na cidade nos anos de 1970, momento em que a mesma passa a ser considerada pela política nacional, consubstanciada nos Planos Nacionais de Desenvolvimento, como cidade-pólo, tornando-se alvo de investimentos no setor industrial. Entendia-se que somente com a industrialização poderia se modernizar e haveria crescimento urbano.

Cidades e urbanismo são temas com peso significativo. Como se pôde perceber neste trabalho, a reflexão acerca da cidade responde a muitos questionamentos dos aspectos urbanos, como, por exemplo, a própria história do *mercado* em Três Lagoas. As ligações entre a cidade e o *mercado* são bastante intensas. O que faz tal trama realizar-se é o processo de modernização, ou seja, é a condição moderna da cidade, uma modernização tardia incentivada pela construção da Usina de Jupia nos anos de 1960 e, posteriormente, nos anos de 1970 com a cidade inserida em Programas de Desenvolvimento visando à industrialização.

O *mercado* é um dos lugares da cidade, um de seus fragmentos urbanos. Três Lagoas estava progredindo nos anos de 1960 e esperava-se que o crescimento acelerado da cidade se repetisse também durante os anos de 1970, mas essa foi somente uma projeção, um sonho, uma expectativa dos órgãos públicos municipais que verdadeiramente não se consolidou.

Sabe-se que o passado é imaterial, mas que produz materialidade por meio dos processos do qual faz parte. Por isso, o que nos resta é a procura dessa expressa materialidade e a análise dessa modernização nos anos de 1970. Neste caso, uma das materialidades a ser estudada é o *mercado* de Três Lagoas. Nele podem-se perceber as mais diferentes transformações sociais, políticas e econômicas da sociedade e da cidade.

Analisá-lo, enquanto um estudo de caso das transformações urbanas de Três Lagoas nos anos de 1970, foi significativo e instigante. Primeiramente foi preciso entender esse *mercado* e sua dinâmica interna relacionada com a própria dinamicidade da cidade. Percebe-se que o decorrer das modificações do *mercado* caminha ao lado do que a cidade vive, pois o *mercado* fala a respeito da cidade em todos os momentos.

Mesmo estando trinta e oito anos distante de sua inauguração e ter mudado muito no decorrer de sua história, o *mercado* ainda permanece na cidade como um ponto de referência da mesma e também continua sendo alvo de interesses tanto públicos quanto privados em Três Lagoas, pois mantêm significações para a população. Permanece a estrutura que ainda fala do passado, assim como alguns poucos comerciantes da parte interna e também os da parte externa. E ainda permanecem as lembranças na memória dos sujeitos que fizeram parte da história do *mercado* naquele período dos anos de 1970.

Os habitantes da cidade (re) escrevem Três Lagoas e a cidade fala a seus habitantes a partir do que ela tem em si mesma, suas ruas, construções, etc. Conforme Santos (1988), os lugares podem permanecer os mesmos, mas as situações mudam, foi exatamente isso que aconteceu em Três Lagoas, em que o *mercado* continuou no mesmo espaço físico com algumas alterações, mas as situações em si se transformaram. Ainda para Santos (1988), os lugares não têm autonomia de significação, pois quem atribui significado a eles são as pessoas que vivem nas cidades, ou seja, a cidade é muito mais complexa que a sua materialidade deixa perceber, por isso é considerado um local de ebulição permanente.

Houve um significativo crescimento populacional na cidade de Três Lagoas nos anos de 1960 que gerou crescimento de seu comércio, e teve como uma de suas consequências em anos posteriores a criação do Mercado Municipal Vereador *Gentil Rodrigues Montalvão*, o *mercado*, haja vista a necessidade da cidade em ter um espaço mais amplo e adequado aos novos moldes daquela sociedade.

Assim como é demonstrada nesta dissertação, a passagem da feira-livre de Três Lagoas das ruas da cidade para um local fechado é característica do processo de modernização dos espaços nos primeiros anos da década de 1960. Posteriormente, a construção de um novo mercado (o *mercado*), objeto deste estudo, fez parte do processo de crescimento da cidade e a adequação do aparato urbano aos novos padrões da sociedade urbana três-lagoense.

O mundo urbano é bastante complexo e repleto de mudanças, na verdade, tudo é mudança e, no que diz respeito às cidades, nada permanece estável. Tanto é que, neste trabalho, analisaram-se as transformações do *mercadão*, bem como as relações do mesmo com as transformações urbanas. São essas mudanças que geram mutações, um exemplo é o declínio comercial do *mercadão* em decorrência do estabelecimento dos supermercados que passam a ser atrativo enquanto lugares de comércio da cidade. Estes, agora, representam o moderno, o avançado, e não mais o *mercadão* como foi no início dos anos de 1970.

As transformações de Três Lagoas são também percebidas em parcelas do espaço físico, como é o caso do *mercadão*. Esse lugar serviu, não só como um comércio de hortifrutigranjeiros ou um centro de negociantes da cidade, mas como local que representou o cotidiano de uma época e que até hoje permanece na memória das pessoas que o vivenciaram.



## FONTES

### Documentação Oficial

- Documento: Autorização 06/Local: Prefeitura Municipal de Três Lagoas/MS – Setor de Aforamento/Livro: 004 Resoluções – Leis- Autorização/De: 1949 a 1957/Espécie: Autorização/Número: 06/Data: 13.05.1952/Folha: 85v/Prefeito: Miguel Nunes/Assunto: Autoriza elaboração de planta da Feira-livre.
- Documento: Lei 63/Local: Prefeitura Municipal de Três Lagoas/MS – Setor de Aforamento/Livro: 004 Resolução – Lei – Autorização/De: 1949 a 1957/Espécie: Lei/Número: 63/Data: 14.06.1954/Folha: 113/Prefeito: Miguel Nunes/Assunto: Inaugura Feira-livre a partir de 10.12.1953.
- Documento: Decreto 181/Local: Prefeitura Municipal de Três Lagoas/MS – Setor de Aforamento/Livro: 005 – Lei/Resolução/Decreto-Lei/De: 08/57 a 12/64/Espécie: Decreto/Número: 181/Data: 30.06.1963/Folha: 138 a 145 v/Prefeito: João Dantas Filgueiras/Assunto: Regulamento que rege o funcionamento do Mercado Municipal.
- Documento: Decreto 1/67/Local: Prefeitura Municipal de Três Lagoas/MS – Setor de Aforamento/Livro: 007 Lei/Decreto/Resolução/De: 1967 a 1968/Espécie: Decreto/Número: 01/67/Data: 09.02.1967/Folha: 8 v a 10 v/Prefeito: Michel Thomé/Assunto: Dispõe sobre a regulamentação do Mercado Municipal e dá nova redação a alguns artigos.
- Câmara Municipal de Três Lagoas. Caixa 32: Projetos de Lei dos Anos: 1966, 1967, 1968 e 1969. Lei 294 – Autoriza Convênio e participação do município junto a Empresa Incorporadora, para construção do Mercado Municipal.
- Documento: Lei 294/Local: Prefeitura Municipal de Três Lagoas/MS – Setor de Aforamento/Livro: 007 Lei/Decreto/Resolução/De: 1967 a 1968/Espécie: Lei/Número: 294/Data: 17.07.1967/Folha: 35 a 36 v/Prefeito: Michel

Thomé/Assunto: Convênio com a Empresa Incorporadora que construirá um Mercado em Três Lagoas.

- Documento: Decreto 04/70/Local: Prefeitura Municipal de Três Lagoas/MS – Setor de Aforamento/Livro: 008 Lei/Decreto/Resolução/De: 1968 a 1971/Espécie: Decreto/Número: 04/70/Data: 23.04.1970/Folha: 71 v a 72/Prefeito: João Dantas Filgueiras/Assunto: Fica estipulada a taxa de condomínio, a ser cobrada dos proprietários dos boxes no Mercado.
- Documento: Lei 470/Local: Prefeitura Municipal de Três Lagoas/MS – Setor de Aforamento/Livro: 011 Leis/De: 11/77 a 11/84/Espécie: Lei 473 a 670/Número: 470/Data: 01.11.1977/Folha: 2 v a 5/Prefeito: Ramez Tebet/Assunto: Estabelece normas de instalação das Feiras Livres e dá outras providências.
- Documento: Lei 474/Local: Prefeitura Municipal de Três Lagoas/MS – Setor de Aforamento/Livro: 011 Leis/De: 11/77 a 11/84/Espécie: Leis 473 a 670/Número: 474/Data: 22.11.1977/Folha: 7 a 7 v /Prefeito: Ramez Tebet/Assunto: Regulamenta o funcionamento dos estabelecimentos comerciais aos domingos e feriados.
- Documento: Lei 483/Local: Arquivo da Câmara Municipal de Três Lagoas/MS/Espécie: Lei/Número: 483/Data: 25.04.1978/Folha: 01 a 110/Assunto: Institui o Código de Posturas do Município de Três Lagoas, e dá outras providências. (Projeto de lei).
- Documento: Lei 484/Local: Prefeitura Municipal de Três Lagoas/MS – Setor de Aforamento/Livro: 011 Leis/De: 11/77 a 11/84/Espécie: Leis 473 a 670/Número: 484/Data: 22.08.1978/Folha: 12 a 13/Prefeito: Altair Cabral Tranin/Assunto: Regulamenta o funcionamento do comércio de Três Lagoas aos sábados, e dá outras providências.
- Documento: Lei 517/Local: Prefeitura Municipal de Três Lagoas/MS – Setor de Aforamento/Livro: 011 Leis/De: 11/77 a 11/84/Espécie: Leis 473 a 670/Número: 517/Data: 30.10.1979/Folha: 43 a 44/Prefeito: Lúcio Queiróz Moreira/Assunto: Dispõe sobre o aluguel, utilização e funcionamento do Mercado Público Municipal.
- Estudos do Impacto Ambiental do Empreendimento Florestal e Industrial da Empresa Champion Papel e Celulose Ltda. Volume seis (06).

- Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) de Três Lagoas dos anos de 1999.
- Memorial apresentado pelo Dr. *Francisco Leal de Queiróz*, Prefeito Municipal de Três Lagoas, na reunião dos Prefeitos realizada em Campo Grande, nos dias 23 e 24 de março de 1961, objetivando as principais necessidades do município.

### **Entrevistas**

- Francisco Vicente da Silva, 85 anos, entrevista realizada dia 13.02.2007 em Três Lagoas/MS em sua garaparia na parte interna do *mercado*.
- José Nunes Marques, 70 anos, entrevista realizada dia 13.02.2007 em Três Lagoas/MS em sua residência.
- José Nunes Marques, 71 anos, entrevista realizada dia 30.04.2008 em Três Lagoas/MS em sua residência.
- Júlia Teixeira, 61 anos, entrevista realizada dia 12.02.2007 em Três Lagoas/MS em sua banca de verduras na parte interna do *mercado*.
- Ovídio Lopes de Oliveira, 56 anos, entrevista realizada dia 14.02.2007 em Três Lagoas/MS em sua residência.
- Ovídio Lopes de Oliveira, 57 anos, entrevista realizada dia 30.04.2008 em Três Lagoas/MS em sua residência.

### **Figuras**

- (CATTÂNIO, 1976).
- Arquivo do Núcleo de Documentação Histórica da UFMS/CPTL – Honório de Souza Carneiro.
- Arquivo pessoal de Jamille Fares Zaguir.
- Prefeitura Municipal de Três Lagoas.
- IBGE (1998).
- Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – Campus de Três Lagoas. UFMS/CPTL.
- Cadastro da Prefeitura Municipal e Pôsto de Fiscalização do Ministério do Trabalho e Previdência Social In: (RELATÓRIO, 1970, p. III B: 3. 06).

## Internet

O **BOLSÃO sul-mato-grossense.** Disponível em:  
<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Bols%C3%A3o\\_Sul-Matogrossense](http://pt.wikipedia.org/wiki/Bols%C3%A3o_Sul-Matogrossense)>. Acesso em  
22.02.2008.

## Jornais

- *Jornal do Povo*, Três Lagoas - MT, 26 de março de 1961.
- *Jornal do Povo*, Três Lagoas - MT, 28 de fevereiro de 1973.
- *Jornal do Povo*, Três Lagoas - MT, 11 de abril de 1973.
- *Jornal do Povo*, Três Lagoas - MT, 08 de abril de 1973.
- *Jornal do Povo*, Três Lagoas - MT, 15 de junho de 1974. (Edição Especial).
- *Jornal do Povo*, Três Lagoas - MT, 20 de outubro de 1974.
- *Jornal do Povo*, Três Lagoas - MT, 01 de maio de 1977.
- *Jornal do Povo*, Três Lagoas - MT, 11 de maio de 1977.
- *Jornal do Povo*, Três Lagoas - MT, 18 de setembro de 1977.
- *Jornal do Povo*, Três Lagoas - MS, 12 de fevereiro de 1978.
- *Jornal do Povo*, Três Lagoas - MS, 16 de abril de 1978.
- *Jornal do Povo*, Três Lagoas - MS, 20 de agosto de 1978.
- *Jornal do Povo*, Três Lagoas - MS, 13 de setembro de 1978.
- *Jornal do Povo*, Três Lagoas - MS, 01/10 de janeiro de 1979.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Lúcia Marina Alves de e RIGOLIN, Tércio Barbosa. **Geografia**. Série Novo Ensino Médio. Volume Único. 2º ed. 4º reimpressão. São Paulo: Ática, 2005.

ANDRADE, Aneluska. A arte de embelezar as cidades: O uso da eletricidade na construção de novas paisagens. **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – 2007**. Associação Nacional de História – ANPUH, São Leopoldo/RS, 2007.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

AUGÉ, Marc. **Por uma antropologia dos mundos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BARROS, José D'Assunção. **Cidade e História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BIROU, A. **Dicionário das ciências sociais**. s.l: Publicações Dom Quixote, 1966.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: T.A. Queiróz/EDUSP, 1994.

BRESCIANNI, Maria Stella. **Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza**. 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

BURKE, Peter. (Org.) **A escrita da História. Novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1992.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Tradução Diogo Mainard. 5º reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e cidadãos; conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 2001.

CÂNDIDO, Maria de Jesus Mendes. **A importância do distrito industrial para Três Lagoas (MS) e suas perspectivas**. Monografia de Graduação. Três Lagoas, 1998.

CARDOSO, Fernando Henrique E SINGER, Paul Israel. **A cidade e o campo**. São Paulo, CEBRAP, 1972.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Indústria**. 2º ed. São Paulo: Contexto, 1989.

CATANI, Afrânio Mendes. **O que é capitalismo**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo. Brasiliense, 2003.

CATTÂNIO, Maria Bernadeth. **A dinâmica urbana e estruturação espacial de Três Lagoas**. Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras do Sagrado Coração de Jesus. Mimeografado (Dissertação de mestrado). Bauru: SP, 1976.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 2º ed. São Paulo: Editora Ática, 1993.

\_\_\_\_\_. **Região e organização espacial**. 8º edição. São Paulo: Ática, 2007.

\_\_\_\_\_. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSTA, Luceny Camila dos Santos. **Fluxos migratórios e a dinâmica sócio-espacial em Três Lagoas-MS**. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Dissertação de Mestrado. Aquidauana, 2007.

COSTA, Lúcio. **Arquitetura**. Biblioteca Educação é Cultura - Rio de Janeiro: Bloch: FENAME, 1980.

D' ALÉSSIO, Márcia Mansor. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, nº25/26, pp. 97-103, set.92/ago.93.

DECCA, Edgar Salvadori de. Memória e Cidadania. In: **O Direito à memória**. Patrimônio Histórico e Cidadania. DPH. São Paulo: DPH, 1992.

DIÊGOLI, Leila Regina. Preservação e modernidade. In: **O Direito à memória**. Patrimônio Histórico e Cidadania. DPH. São Paulo: DPH, 1992.

FAISSOL, Spiridião. **Urbanização e Regionalização**. Relações com o desenvolvimento econômico. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. IBGE. Diretoria Técnica: Rio de Janeiro, 1975.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

## **II Plano Nacional de Desenvolvimento. (1975-1979).**

KNAUSS, Paulo. A cidade como sentimento: história e memória de um acontecimento na sociedade contemporânea – o incêndio do Gran Circus Norte Americano em Niterói, 1961. In: **Revista Brasileira de História** – Órgão Oficial da Associação Nacional de História. São Paulo, ANPUH, vol.27, nº 53, jan. – jun., 2007.

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: ALMEIDA, Paulo Roberto de, FENELON, Déa Ribeiro, KHOURY, Yara Aun e MACIEL, Laura Antunes. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Uma cidade na transição - Santos: 1870-1913**. São Paulo-Santos: Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1996.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Tradução de Maria Helena Rauta Ramos e Marlena Jamur. 2º ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

\_\_\_\_\_. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. de Bernardo Leitão.(et.al.) Campinas, 2º ed., Campinas SP: Ed. da Unicamp, 1992.

LEMOS, Carlos Antônio Costa. **O que é arquitetura**. 3º ed. São Paulo: Brasiliense: 1982.

\_\_\_\_\_. **O que é patrimônio histórico**. 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LIMA, Keite Maria Santos do Nascimento. Cidade, ferrovia e modernização: contribuições da Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco para a modernização da cidade de Alagoinhas - 1860-1920. **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – 2007**. Associação Nacional de História – ANPUH, São Leopoldo/RS, 2007.

MAGALDI, Cássia. O público e o privado: propriedade e interesse cultural. In: **O Direito à memória**. Patrimônio Histórico e Cidadania. DPH. São Paulo: DPH, 1992.

MAKOWIECKY, Sandra. **Cidades, viagens, memórias**. **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – 2007**. Associação Nacional de História – ANPUH, São Leopoldo/RS, 2007.

MARTIM, Jesus Hernandez. **A História de Três Lagoas**. Bauru, SP: Editora do autor, 2000.

MOREIRA, Lúcio Queiróz. **Do sonho à realização**. São José do Rio Preto: Ativa, 2003.

OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. Tempo da História...E o fim da memória?. In: BORGES, Maria Celma e OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. (Orgs.) **Cultura, Trabalho e Memória**. Faces da pesquisa em Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2006.

PAOLI, Maria Célia. Memória, História e Cidadania: o direito ao passado. In: **O Direito à memória**. Patrimônio Histórico e Cidadania. DPH. São Paulo: DPH, 1992.

PAGANELI, Luzinete Cavalcante. **O crescimento do setor industrial de Três Lagoas/MS e as questões ambientais**. Monografia de Especialização UFMS: Três Lagoas, 2002.

PELEGRINI, Sandra. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. In: **Revista Brasileira de História – Órgão Oficial da Associação Nacional de História**. São Paulo, ANPUH, vol.26, nº 51, jan. – jun., 2006.

PEREIRA, Luiz. (Org.) **Urbanização e subdesenvolvimento**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

PIZZOLATTI, Roland Luiz, ROCHA, Fernando Goulart. Cidade: Espaço de Descontinuidades. In: **Estudos Geográficos**, Rio Claro, 3(2): 46-53, Dezembro - 2005) - [www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm](http://www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm).

QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. **As curvas do trem e os meandros do poder**. O nascimento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1904 – 1908). Campo Grande MS: Editora UFMS, 1997.

RELATÓRIO preliminar de desenvolvimento integrado. Município de Três Lagoas, Mato Grosso, Ministério do Interior SERFHAU Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, 1970.

**REVISTA Brasileira de História** – Órgão Oficial da Associação Nacional de História. São Paulo, ANPUH, vol.26, nº 51, jan. – jun., 2006.

RAMINELLI, Ronald. História Urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. (Org.) **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**, 5ª ed. Campus: Rio de Janeiro, 1997.

SALVADORI, Maria Ângela Borges Pelas ruas da cidade: patrimônio histórico, cidadania e ensino de história. Revista: **Área de conhecimento História** Ano I, nº 03, jun. 2001.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 3ª edição. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo. HUCITEC, 1988.

SILVA, Édima Aranha. **Três Lagoas: uma interpretação do rural com o urbano**. (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual Paulista - UNESP Faculdade de Ciência e Tecnologia. Presidente Prudente SP, 1992.

SOUZA, Adáuto de Oliveira. A estratégia dos pólos e a política nacional de desenvolvimento: programa cidades de porte médio em Mato Grosso do Sul. In: Encontro de História de Mato Grosso do Sul. **Anais do VI Encontro de História de Mato Grosso do Sul. História, Memória e identidades**. Dourados, 2002.

\_\_\_\_\_. **A estratégia dos distritos industriais como instrumento de desenvolvimento regional e a sua aplicabilidade em Mato Grosso do Sul**. Tese de Doutorados USP, São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Distrito industrial de Dourados – MS: intenções, resultados e perspectivas**. (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual Paulista - UNESP Faculdade de Ciência e Tecnologia. Presidente Prudente SP, 1995.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1989.



## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABREU, Silvana de. **Planejamento governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense. Contexto, propósitos e contradições.** Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. (Tese de Doutorado). São Paulo: 2001.

ALBERTI, Verena. **História Oral - a experiência do CPDOC.** Rio de Janeiro: FGV; Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

\_\_\_\_\_. **Ouvir contar. Textos em História Oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALVES, Walter Assis. Industrialização recente: novas relações socioeconômicas em Três Lagoas – MS. In: BORGES, Maria Celma e OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. (Orgs.) **Cultura, Trabalho e Memória.** Faces da pesquisa em Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2006.

AMADO, Janaína. **A culpa nossa de cada dia: ética e história oral.** In: Projeto História. São Paulo: n° 15, abril 1997.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões. Entre a história e a memória.** Bauru - São Paulo: EDUSC, 2000.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **O Brasil no Comércio Colonial.** São Paulo: Ática, 1980.

BARROS, José D'Assunção. Clio despedaçada; Os lotes da História, Demografia, Cultura Material e Geo-História. In: BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens.** Petrópolis: Vozes, 2004.

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade.** Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. 2° ed. 1° reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Tradução Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL, 1989.

BURKE, Peter. **História e Teoria Social.** Tradução de Klauss Brandini Gehart e Roneide V. Majer. São Paulo: Edunesp, 2002.

LINHARES, Maria Yedda Leite e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História política do abastecimento: 1918-1974.** Coleção Estudos sobre o desenvolvimento Agrícola. Brasília: Binagri, 1979.

BRESCIANNI, Maria Stella. Cidades: espaço e memória. In: **O Direito à memória**. Patrimônio Histórico e Cidadania. DPH. São Paulo: DPH, 1992.

BRUAND, Yves Goldberg. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. 4° ed., 1° reimpressão. Editora Perspectiva: São Paulo, 2003.

BURKE, Peter. (Org.) **A escrita da História. Novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1992.

\_\_\_\_\_. **Variedades de História Cultural**. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CAMPOS, Emerson César de e FLORES, Maria Bernadete Ramos. Carrosséis urbanos: da racionalidade moderna ao pluralismo temático (ou territorialidades contemporâneas). In: **Revista Brasileira de História** – Órgão Oficial da Associação Nacional de História. São Paulo, ANPUH, vol.27, n° 53, jan. – jun., 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion e MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.) **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.

CAVALCANTI, Marly e TOLEDO, Ana Helena Pompeu de. (Orgs.) **Planejamento urbano em debate**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.

CHAUÍ, Marilena. Política Cultural, Cultura Política e Patrimônio Histórico. In: **O Direito à memória**. Patrimônio Histórico e Cidadania. DPH. São Paulo: DPH, 1992.

CHAUVEAU, Agnes e TÉTARD Phillippe (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. 2° ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CUNHA, Maria Clementina Pereira da. Patrimônio Histórico e Cidadania: uma discussão necessária. In: **O Direito à memória**. Patrimônio Histórico e Cidadania. DPH. São Paulo: DPH, 1992.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. Tradução de Affonso Blacheyre. 3° edição, Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1973.

ESTADO de Mato Grosso do Sul. **Programa de Complementação urbana**. Cidades-Pólo. Três Lagoas, 1980.

FENELON, Déa. **Trabalho, cultura e história social: perspectivas de investigação**. São Paulo: PUC, 1985.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). **História Oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz/Casa Osvaldo Cruz/CPDOC – FGV, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1981.

GARRIDO, Joan del Alcàzar i. As fontes orais na pesquisa histórica: Uma contribuição ao debate. In: **Revista Brasileira de História** – Memória, História e Historiografia: Dossiê Ensino de História. São Paulo: ANPUH/ Editora Marco Zero, v. 13, n 25/26, set. 92/ago. 93.

GASKELL, I. História das imagens. In: BURKE, P. (Org.) **A escrita da História**. Novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1992.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais; morfologia e história**. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GUTIÉRREZ, Ramón. História, Memória e Comunidade: O Direito ao Patrimônio Construído. In: **O Direito à memória**. Patrimônio Histórico e Cidadania. DPH. São Paulo: DPH, 1992.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HOBSBAWN, Eric e RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 2º ed. Revista e Atualizada. Ateliê Editora: São Paulo, s/d.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

\_\_\_\_\_. **Por amor às cidades**. Conversações com Jean Lebrun. Tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1988.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

LUZ, Maturino. Os (des) caminhos da preservação. In: **O Direito à memória**. Patrimônio Histórico e Cidadania. DPH. São Paulo: DPH, 1992.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e história: algumas questões em torno da relação entre telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, Déa Ribeiro et.al. (Orgs.) **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Olho d'água, 2004.

MALATIAN, Teresa. A circularidade do discurso. Perspectivas Metodológicas da História Oral In: CREDDO, Maria do Carmo Sampaio Di. (Coord.). **Fontes Históricas: Abordagens e Métodos**. Assis: Editora UNESP, 1996.

MARTINS, Silmara Ribeiro. **Urbanização de Mato Grosso do Sul pós década de 1970**. Revista de Geografia – UFMS, Campo Grande – MS, (17): 37-44, jan./jun., 2003.

MATO GROSSO DO SUL, Secretaria de Indústria e Comércio. “Alguns aspectos do desenvolvimento de Mato Grosso do Sul.” In: **VII Encontro Nacional de Desenvolvimento Industrial**. Campo Grande: Codesul, 1982.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola.

**MELHORAMENTOS MINIDICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1997.

MENESES, Ulpiano Teixeira Bezerra de. Fontes Visuais, cultura visual, história visual. Balanço Provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**. O ofício do historiador Humanitás Publicações São Paulo, v.23, nº. 23, nº. 45, 2003.

\_\_\_\_\_. O patrimônio cultural entre o público e o privado. In: **O Direito à memória**. Patrimônio Histórico e Cidadania. DPH. São Paulo: DPH, 1992.

MINISTÉRIO do interior. Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste. SUDECO. **II Plano Nacional de Desenvolvimento. Programa de Ação do Governo Para a Região Centro-Oeste (1975-1979)**. Brasília, 1975.

MONTENEGRO, Antonio Torres. História oral, caminhos e descaminhos. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 13, n 25/26, set. 92/ago. 93.

\_\_\_\_\_. **História Oral e Memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 1992.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. In: **Revista Projeto Historia 10**. São Paulo, nº 10, Dezembro, 1993.

**O que é preciso saber sobre Mercados e Feiras-Livres**. Rio de Janeiro: Sarem/Seplan PR, 1982.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Trad. José L. Freitas. Lisboa: Moraes, 1967.

PERROUX, François. O conceito de pólo de crescimento. In: FAISSOL, Spiridião. **Urbanização e Regionalização**. Relações com o desenvolvimento econômico. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. IBGE. Diretoria Técnica: Rio de Janeiro, 1975.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 08, nº 16, 1995.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Editora SCT-CNPq-FINEP, vol. 5, n° 10, 1992.

PRINS, Gaskell. História Oral. In: BURKE, Peter. (Org.) **A escrita da História**. Novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1992.

QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. **Breve roteiro das transformações no campo sul-mato-grossense entre 1970 e 1985**. Revista de Geografia – UFMS, Campo Grande – MS, (8): 33-40, jul./dez., 1998.

\_\_\_\_\_. **Uma ferrovia entre dois mundos**. A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil na primeira metade do século XX. Bauru, SP: EDUSC; Campo Grande MS: Editora UFMS, 2004.

**Revista Brasileira de História** – Órgão Oficial da Associação Nacional de História. São Paulo, ANPUH, vol.27, n° 53, jan. – jun., 2007.

RUDIGER, Francisco. **Ciência Social Crítica e pesquisa em comunicação**: trajetória histórica e elementos da epistemologia. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil (1900 - 1990)**. 2° ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

SEVERO, Fernanda. Representações e Sentimentos Humanos frente às transformações do espaço urbano porto-alegrense. In: **Revista da Associação dos pós-graduandos em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul**, n° 3, 1998 – Porto Alegre: Associação dos pós-graduandos em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1998.

SILVA, B. (Coord. Geral). **Dicionário das ciências sociais**. Rio de Janeiro: FGV, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.

SILVA, Olga Brites da. Memória, Preservação e Tradições Populares. In: **O Direito à memória**. Patrimônio Histórico e Cidadania. DPH. São Paulo: DPH, 1992.

SILVA, Zélia Lopes da. Os dilemas da pesquisa: As fontes oficiais e a imagética. In. CREDDO, Maria do Carmo Sampaio Di. (Coord.). **Fontes Históricas: Abordagens e Métodos**. Assis: Editora UNESP, 1996.

SOUZA, Adauto de Oliveira. **Planejamento industrial e desenvolvimento regional: o caso de Três Lagoas**. Anais CD ROM do XII Encontro Sul-Mato-Grossense de Geografia, Três Lagoas, set. 2003.

SUZIGAN, W. “Estado e industrialização no Brasil”. In: ODALIA, Nilo. **Brasil, o desenvolvimento ameaçado: perspectivas e soluções**. São Paulo: Edunesp, 1989.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. História oral. 2° ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo. (Orgs.) **A pesquisa em história**. 4º edição, São Paulo: Ática, 2005.

ZILIANI, José Carlos. **Tentativas de construções identitárias em Mato Grosso do Sul**. 1977-2000. Dissertação de Mestrado. Dourados, 2000.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. Tradução Paulo Henrique Britto, São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 19 de dezembro de 2008.

---

LEISA ROBLES BORBA DA SILVA

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)



[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)